



-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2004-----

-----ACTA NÚMERO VINTE E CINCO / DOIS MIL E QUATRO-----

-----Aos dez dias do mês de Novembro do ano de dois mil e quatro, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência da Senhora Presidente Doutora Teresa Maria da Silva Pais Zambujo, estando presentes os Senhores Vice-Presidente Engenheiro José Arménio Lopes Neno e Vereadores Luís Filipe Martins Pires, Doutor José Eduardo Leitão Pires Costa, José Ferreira de Matos, Emanuel Silva Martins, Doutora Ana Isabel Beça Dias da Costa, Doutor Arnaldo António Pereira, Doutor Rui Manuel Marques de Sousa Soeiro, Doutora Maria Manuela de Almeida Costa Augusto e Doutor Jorge Barreto Xavier.-----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

-----Às dezoito horas e trinta minutos, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respectiva ordem de trabalhos que foi aprovada por unanimidade.-----

2 - DESPACHOS: -----

-----A Câmara tomou conhecimento, de harmonia com o disposto no número três, do artigo sexagésimo quinto, da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações constantes da Lei número cinco-A, de dois mil e dois, de onze de Janeiro dos despachos proferidos pelos Senhores Presidente e Vereadores no uso de competências delegadas, nomeadamente dos Senhores Vice-Presidente e Vereadores José Eduardo Costa, José Ferreira de Matos, Ana Isabel Beça, Arnaldo Pereira e Jorge Barreto Xavier: -----

-----“Relação dos despachos proferidos pelo Senhor Vice-Presidente, José Arménio Lopes Neno, no âmbito do despacho de delegação de competências número vinte e três, de dois mil e três, de vinte e sete de Março e que respeitam a autorizações de realização de despesas com obras por administração directa, adjudicações de empreitadas e de fornecimentos: -----

----- Despacho de vinte e seis de Outubro de dois mil e quatro: -----

----- Despacho exarado na informação setecentos e noventa e três, de dois mil e quatro, DEIP, autorizando a adjudicação da empreitada “Quatrocentos e um, de dois mil e quatro, DIM/DEIP - Beneficiação da Iluminação Pública no Passeio Pedonal do Oeiras Parque”, por ajuste directo, à empresa Visabeira, Sociedade Anónima, pelo montante de vinte e um mil oitocentos e quarenta e oito euros e cinquenta e um cêntimos mais IVA (cinco por cento) e com o prazo de execução de quinze dias. -----

----- Despacho de vinte e oito de Outubro de dois mil e quatro: -----

----- Despacho exarado no processo “Trezentos e oitenta e um, de dois mil e quatro, DIM/DOM - Conservação da Rua Instituto Conde de Agrolongo, em Paço de Arcos”, autorizando a aprovação do processo de concurso da referida empreitada, cujo preço base é de cem mil seiscentos e trinta euros e com o prazo de execução de três meses. -----

----- Despachos de quatro de Novembro de dois mil e quatro: -----

----- Despacho exarado no processo “Duzentos e setenta, de dois mil e quatro, DIM/DCAD - Arranjo Paisagístico - Viaduto do Espargal, em Paço de Arcos”, autorizando a adjudicação da referida empreitada por série de preços, à empresa Graviner, Sociedade Anónima, pelo montante de cento e vinte e três mil duzentos e vinte e três euros e cinquenta e seis cêntimos mais IVA (cinco por cento) e com o prazo de execução de noventa dias; -----

----- Despacho exarado no processo “Trezentos e oitenta e seis, de dois mil e quatro, DIM/DOM - Reparação da Rua Cidade do Mindelo, em Oeiras”, autorizando a aprovação do processo de concurso da referida empreitada, cujo preço base é de cento e doze mil seiscentos e quinze euros e com o prazo de execução de três meses. -----

----- Despachos de cinco de Novembro de dois mil e quatro: -----

----- Despacho exarado no processo “Quatrocentos e vinte e um, de dois mil e quatro, DIM/DCAD - Execução de Calçada em Diversos Locais das Freguesias de Algés, Dafundo e



Linda-a-Velha”, autorizando a aprovação do processo de concurso da referida empreitada, cujo preço base é de cento e catorze mil quatrocentos e vinte e cinco euros e cinquenta cêntimos e com o prazo de execução de cento e oitenta dias; -----

-----Despacho exarado no processo “Quatrocentos e vinte e seis, de dois mil e quatro, DIM/DCAD - Adaptação das Bancas do Mercado de Algés”, autorizando a aprovação do processo de concurso da referida empreitada, cujo preço base é de cento e doze mil seiscentos e oitenta e cinco euros e com o prazo de execução de trinta dias.-----

-----Relação dos despachos proferidos pelo Senhor Director de Obras e Ambiente, Engenheiro Luiz Reis de Melo, no âmbito do despacho de delegação de competências número vinte e três, de dois mil e três, de vinte e sete de Março e que respeitam a autorizações de realização de despesas com obras por administração directa, adjudicações de empreitadas e de fornecimentos: -----

-----Despacho de três de Novembro de dois mil e quatro: -----

-----Despacho exarado na informação oitocentos e quarenta e dois, de dois mil e quatro, DEIP, autorizando a adjudicação da empreitada “Quatrocentos e trinta, de dois mil e quatro, DIM/DEIP - Instalações Eléctricas, Telefones e Segurança - Gabinete Proqual na Quinta do Salles”, por ajuste directo, à firma Saninstel, Limitada, pelo montante de catorze mil oitocentos e setenta e dois euros e noventa cêntimos mais IVA (cinco por cento) e com o prazo de execução de trinta dias.-----

-----Relação dos despachos proferidos pelo Senhor Director de Departamento de Infra-Estruturas Municipais, Engenheiro Manuel dos Santos Pinto, no âmbito do despacho de delegação de competências número cinco, de dois mil e três, de um de Abril e que respeitam a autorizações de realização de despesas com obras por administração directa, adjudicações de empreitadas e de fornecimentos:-----

-----Despacho de doze de Outubro de dois mil e quatro: -----

----- Despacho exarado na informação oitocentos e oitenta e um, de dois mil e quatro, DCAD, autorizando a adjudicação da empreitada “Quatrocentos e trinta e quatro, de dois mil e quatro, DIM/DCAD - Recuperação da Cobertura do Edifício B na Quinta do Salles, Outurela - Portela, em Carnaxide”, por ajuste directo, à empresa Canas Correia, Sociedade Anónima, pelo montante de três mil oitenta e três euros e seis cêntimos mais IVA (cinco por cento) e com o prazo de execução de duas semanas; -----

----- Despacho de vinte e dois de Outubro de dois mil e quatro: -----

----- Despacho exarado na informação oitocentos e noventa e sete, de dois mil e quatro, DCAD, autorizando a adjudicação da empreitada “Quatrocentos e trinta e cinco, de dois mil e quatro, DIM/DCAD - Reordenamento da Circulação nas Ruas do Alto do Montijo e da Quinta do Pinheiro, na Portela de Carnaxide”, por ajuste directo, à firma M. Iglésias, Limitada, pelo montante de quatro mil seiscentos e oitenta e quatro euros e quarenta e quatro cêntimos mais IVA (cinco por cento) e com o prazo de execução de trinta dias. -----

----- Despachos de vinte e seis de Outubro de dois mil e quatro:-----

----- Despacho exarado na informação oitocentos e trinta e dois, de dois mil e quatro, DEIP, autorizando a adjudicação do procedimento “Quatrocentos e oito, de dois mil e quatro, DIM/DEIP - Alteração da Sinalização Semaforica do Nô da Cruz Quebrada”, por ajuste directo, à empresa Eyssa-Tesis, Sociedade Anónima, pelo montante de três mil cento e trinta e nove euros e quinze cêntimos mais IVA (dezanove por cento);-----

----- Despacho exarado na informação oitocentos e quarenta, de dois mil e quatro, DEIP, autorizando a adjudicação do procedimento “Quatrocentos e sete, de dois mil e quatro, DIM/DEIP - Melhoria das Condições Técnico-Funcionais, Intervenções na EB Um de Outurela/Portela, em Carnaxide”, por ajuste directo, à empresa Affinis, Sociedade Anónima, pelo montante de três mil e cinquenta euros mais IVA (dezanove por cento);-----

----- Despacho exarado na informação oitocentos e trinta e quatro, de dois mil e quatro,



DEIP, autorizando a adjudicação do procedimento “Quatrocentos e dez, de dois mil e quatro, DIM/DEIP - Reparações nos Mercados de Linda-a-Velha, Porto Salvo e Paço de Arcos”, por ajuste directo, à firma C.M.S., Limitada, pelo montante de três mil setecentos e oito euros e quinze cêntimos mais IVA (dezanove por cento);-----

-----Despacho exarado na informação oitocentos e cinquenta e seis, de dois mil e quatro, DEIP, autorizando a adjudicação do procedimento “Quatrocentos e nove, de dois mil e quatro, DIM/DEIP - Melhoria das Condições Técnico-Funcionais, Intervenções na EB Um de Algés Número Um”, por ajuste directo, à empresa Affinis, Sociedade Anónima, pelo montante de dois mil novecentos e oitenta euros mais IVA (dezanove por cento).-----

-----Despachos de vinte e nove de Outubro de dois mil e quatro:-----

-----Despacho exarado na informação setecentos e quarenta e nove, de dois mil e quatro, DEIP, autorizando a adjudicação do procedimento “Quatrocentos e onze, de dois mil e quatro, DIM/DEIP - Desactivação do Quiosque de Outurela e Ligação do Novo Quiosque, em Caxias”, por ajuste directo, à empresa João Jacinto Tomé, Sociedade Anónima, pelo montante de dois mil cento e vinte euros e noventa e um cêntimos mais IVA (dezanove por cento);-----

-----Despacho exarado na informação oitocentos e setenta e quatro, de dois mil e quatro, DEIP, autorizando a adjudicação do procedimento “Quatrocentos e vinte cinco, de dois mil e quatro, DIM/DEIP - Homenagem ao reverendo Padre Fernando Martins - Aluguer de Som”, por ajuste directo, à firma Audiomeios, Limitada, pelo montante de mil e cem euros mais IVA (dezanove por cento);-----

-----Despacho exarado na informação oitocentos e oitenta e cinco, de dois mil e quatro, DEIP, autorizando a adjudicação do procedimento “Quatrocentos e vinte e quatro, de dois mil e quatro, DIM/DEIP - Assistência Técnica à Rede de Frio nos Mercados do Concelho”, por ajuste directo, à firma A.S.H, Limitada, pelo montante de dois mil quinhentos e vinte e dois euros e sessenta e cinco cêntimos mais IVA (dezanove por cento);-----

----- Despacho exarado na informação oitocentos e oitenta e três, de dois mil e quatro, DEIP, autorizando a adjudicação do procedimento “Quatrocentos e vinte e três, de dois mil e quatro, DIM/DEIP - Substituição de material Semaforico”, por ajuste directo, à empresa Eyssatésis, Sociedade Anónima, pelo montante de mil novecentos e sessenta e três euros e setenta e seis cêntimos mais IVA (dezanove por cento);-----

----- Despacho exarado na informação oitocentos e sessenta e cinco, de dois mil e quatro, DEIP, autorizando a adjudicação do procedimento “Quatrocentos e cinco, de dois mil e quatro, DIM/DEIP - Melhoria das Condições Técnico-Funcionais, Intervenção no Jardim de Infância de Carnaxide”, por ajuste directo, à empresa Affinis, Sociedade Anónima, pelo montante de mil setecentos e cinquenta euros mais IVA (dezanove por cento).-----

----- Despacho de dois de Novembro de dois mil e quatro: -----

----- Despacho exarado na informação novecentos e quinze, de dois mil e quatro, DCAD, autorizando a adjudicação do procedimento “Quatrocentos e trinta e seis, de dois mil e quatro, DIM/DCAD - Execução de Três Estruturas Metálicas”, por série de preços, à firma Unilaser, Limitada, pelo montante de quatro mil novecentos e noventa e dois euros mais IVA (dezanove por cento) e com o prazo de entrega de quinze dias. -----

----- Relação dos despachos proferidos pela Senhora Chefe de Divisão de Equipamento e Iluminação Pública, Engenheira Teresa Dias, no âmbito do despacho de delegação de competências número dez, de dois mil e quatro, de vinte e oito de Setembro e que respeitam a autorizações de realização de despesas com obras por administração directa, adjudicações de empreitadas e de fornecimentos: -----

----- Despacho de vinte de Outubro de dois mil e quatro: -----

----- Despacho exarado na informação oitocentos e cinquenta e oito, de dois mil e quatro, DEIP, autorizando a adjudicação do procedimento “Quatrocentos e doze, de dois mil e quatro, DIM/DEIP - Festival de Homenagem à Marinha Mercante Portuguesa - Aluguer de Gerador para



a Escola Náutica Infante Dom Henrique”, por ajuste directo, à firma Neoenergia, Limitada, pelo montante de seiscentos e vinte e nove euros e cinquenta cêntimos mais IVA (dezanove por cento). -----

----- Despacho de vinte e oito de Outubro de dois mil e quatro: -----

----- Despacho exarado na informação oitocentos e oitenta e quatro, de dois mil e quatro, DEIP, autorizando a adjudicação do procedimento “Quatrocentos e treze, de dois mil e quatro, DIM/DEIP - Revisão de Extintores no Mercado de Tercena, em Barcarena”, por ajuste directo, à empresa VAP, Sociedade Anónima, pelo montante de sessenta e seis euros e cinquenta e cinco cêntimos mais IVA (dezanove por cento). -----

----- Despacho de dois de Novembro de dois mil e quatro: -----

----- Despacho exarado na informação oitocentos e quarenta e oito, de dois mil e quatro, DEIP, autorizando a adjudicação do procedimento “Quatrocentos e vinte e oito, de dois mil e quatro, DIM/DEIP - Revisão de Alguns Extintores Instalados em Diversos Edifícios desta Câmara Municipal”, por ajuste directo, à empresa VAP, Sociedade Anónima, pelo montante de duzentos e sessenta e quatro euros e setenta e cinco cêntimos mais IVA (dezanove por cento).” --

----- “Relação dos despachos proferidos pelo Senhor Vereador José Ferreira de Matos, no âmbito do despacho de delegação de competências número vinte e seis, de dois mil e dois, de trinta e um de Janeiro: -----

----- Despachos de dois de Novembro de dois mil e quatro: -----

----- Autorizado o pagamento no valor total de dois mil e vinte e três euros à empresa Adufmusica, referente à animação do Largo Cinco de Outubro e percurso pelo Centro Histórico de Oeiras, no âmbito da inauguração das Iluminações de Natal e da Festa de São Martinho, no dia onze de Novembro. Informação número quinhentos e vinte e oito, de dois mil e quatro, ST. --

----- Autorizado o pagamento no valor total de três mil quatrocentos e três euros e quarenta cêntimos, à empresa RCL - Imagens e Comunicação, referente à impressão/actualização

de cem mil info cards. Informação número quinhentos e vinte e sete, de dois mil e quatro, ST. ---

----- Despacho de oito de Novembro de dois mil e quatro:-----

----- Autorizado o pagamento no valor total de quinhentos euros, à Federação Portuguesa de Orientação, referente à elaboração de um mapa, no âmbito da elaboração de uma prova de orientação no Centro Histórico de Oeiras. Informação número zero duzentos e sessenta e quatro, de dois mil e quatro, Departamento de Projectos Especiais-CH.” -----

----- “Relação dos despachos proferidos pela Senhora Vereadora Ana Isabel Beça no âmbito do despacho de delegação de competências número vinte e seis, de dois mil e dois, de trinta e um de Janeiro: -----

----- Despacho de dezanove de Outubro de dois mil e quatro:-----

----- Autorizado o pagamento no valor total de mil duzentos e cinquenta euros, à Associação Portuguesa de Solidariedade e Desenvolvimento, referente à acção de formação “Procedimentos em Vida Familiar e Economia Doméstica” destinada às famílias de bairros sociais com dificuldades de gestão e manutenção do fogo em que habitam. Informação número dois mil e sessenta e três, de dois mil e quatro, DH.-----

----- Despachos de vinte de Outubro de dois mil e quatro:-----

----- Autorizado o pagamento no valor total de mil novecentos e cinquenta euros, ao grupo de técnicos representados pela psicóloga Cláudia Sofia Madeira Chagas, referente à prestação de serviços no âmbito das acções de Apoio à Função Parental, durante o primeiro trimestre do ano lectivo dois mil e quatro, dois mil e cinco. Informação número trinta e oito, de dois mil e quatro, DAS-PROQUAL; -----

----- Autorizado o pagamento no valor total de dois mil euros referente à prestação de serviços no âmbito do projecto “Métodos e Técnicas de Estudo”, a repartir da seguinte forma: ---

----- - mil euros a Ana Rita Fernandes Mariano Machado;-----

----- - mil euros a Rodrigo da Costa Palma. -----



----- Informação número trinta e nove, de dois mil e quatro, DAS-PROQUAL. -----

----- Autorizado o pagamento no valor total de oito mil quatrocentos e vinte e nove euros e cinquenta cêntimos, referente à segunda tranche da assessoria técnica para implementação da metodologia de planeamento estratégico participado, no âmbito da definição dos Eixos Prioritários do Programa Rede Social. Informação número duzentos e setenta, de dois mil e quatro, Acção Social;-----

----- Autorizado o pagamento no valor total de dois mil setecentos e noventa e quatro euros e dezoito cêntimos, à empresa Iduna Sul, referente à aquisição de mobiliário destinado ao Centro Comunitário do Alto da Loba. Informação número oitenta e nove, de dois mil e quatro, DAS.-----

----- Despacho de dois de Novembro de dois mil e quatro:-----

----- Autorizado o pagamento no valor total de mil novecentos e noventa e dois euros e seis cêntimos, ao Instituto do Desporto de Portugal - Complexo de Piscinas do Jamor, referente às actividades de natação e hidroginástica, integradas no Programa de Actividade Física Cinquenta Mais, durante o mês de Junho de dois mil e quatro. Informação número duzentos e setenta e nove, de dois mil e quatro, Acção Social.-----

----- Despacho de três de Novembro de dois mil e quatro:-----

----- Autorizado o pagamento no valor total de duzentos e cinquenta euros, à Doutora Catarina Delaunay, da Fundação Mário Soares, pela sua intervenção como oradora no Décimo Encontro da Alimentação, realizado no dia dezoito de Outubro de dois mil e quatro. Informação número cento e quarenta e três, de dois mil e quatro, Saúde (aditamento à Informação número cento e oito, de dois mil e quatro, Saúde).-----

----- Despacho de quatro de Novembro de dois mil e quatro:-----

----- Autorizado o pagamento no valor total de mil seiscentos e vinte e um euros e noventa e sete cêntimos, à empresa Ceramius - Cerâmica e Azulejos Santana, Limitada, referente

à aquisição de vinte e nove painéis de azulejos topográficos. Informação número mil duzentos e noventa e quatro, de dois mil e quatro, DLAA/Toponímia.” -----

----- “Despachos proferidos pelo Senhor Vereador Arnaldo Pereira, ao abrigo da subdelegação de competências:-----

----- Data / Informação / Assunto / Valor / Observações -----

----- Vinte e oito de Outubro de dois mil e quatro / quarenta e três, de dois mil e quatro, GPC / Corrida do Tejo - Pagamento de Almoços / duzentos e dez euros / -----

----- Vinte e oito de Outubro de dois mil e quatro / ... / Taças e gravações - Primeiro Campeonato Nacional de Jiu-Jitsu Brasileiro / cento e quarenta e cinco euros e dezoito cêntimos / Requisição interna. -----

----- Vinte e oito de Outubro de dois mil e quatro / ... / Sistema de som, mesa de mistura, microfones, leitor de CDs, projector de luz e de vídeo, computador, assistência, montagem, desmontagem e transporte - Gala do Desporto / mil setecentos e oitenta e cinco euros / Requisição interna. -----

----- Vinte e oito de Outubro de dois mil e quatro / ... / Troféus em latão, estojos para medalha e medalhões - Gala do Desporto / seis mil trezentos e sessenta e oito euros e oitenta e oito cêntimos / Requisição interna. -----

----- Vinte e oito de Outubro de dois mil e quatro / ... / Dormidas, jantares e almoços - Torneio de Natal em Basquetebol / novecentos e trinta e seis euros / Requisição interna. -----

----- Vinte e nove de Outubro de dois mil e quatro / ... / Design gráfico de site da Conferência com desenvolvimento dos links para as sub-páginas e acompanhamento à consolidação da página na Internet - Conferência Internacional EGREPA / dois mil e vinte e três euros /” -----

----- “Despachos proferidos pelo Senhor Vereador Jorge Barreto Xavier, ao abrigo da subdelegação de competências: -----



-----Serviço - Data - Acção - Entidade - Autorização - Valor com IVA -----

-----CDI - vinte e sete de Setembro de dois mil e quatro - Assinatura de Publicação - Coimbra Editora, Limitada - Informação número cento e trinta e sete - Factura número setecentos e vinte e nove - vinte e seis euros e noventa e três cêntimos-----

-----CDI - doze de Outubro de dois mil e quatro - Internet Terceira Série Duzentos e Cinquenta Acessos - INCM - Informação número cento e noventa; Factura número noventa e cinco milhões setenta e um mil novecentos e oitenta e sete - duzentos e dezasseis euros -----

-----CDI - catorze de Outubro de dois mil e quatro - Assinaturas de Publicações - Livraria Portugal, Limitada - Informação número cento e noventa; Factura número três mil oitocentos e quarenta e quatro - trezentos e oitenta e seis euros e quarenta cêntimos. -----

-----CDI - vinte e dois de Outubro de dois mil e quatro - Assinatura de Publicação - Livraria Portugal, Limitada - Informação número duzentos e um; Factura número três mil novecentos e vinte e oito - cento e sessenta e dois euros e setenta e cinco cêntimos. -----

-----CDI - vinte e dois de Outubro de dois mil e quatro - Revista Jurídica Urbanismo Ambiente - Almedina - Informação número duzentos e um; Factura número V zero dois vinte e quatro milhões seis mil e quarenta e três - oitenta euros e um cêntimo.-----

-----CDI - vinte e um de Outubro de dois mil e quatro - Publicações Diversas - Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano - Informação número duzentos e dois, de dois mil e quatro; Factura número mil oitocentos e trinta e três - oitenta e seis euros e quarenta cêntimos.-----

-----CDI - vinte e seis de Outubro de dois mil e quatro - Assinatura Revista do Tribunal de Contas - Direcção-Geral do Tribunal de Contas - Informação número duzentos e um, de dois mil e quatro; Factura número onze mil novecentos e cinquenta e sete, de dois mil e quatro - trinta euros e trinta e oito cêntimos.-----

-----CDI - vinte e seis de Outubro de dois mil e quatro - Assinatura Revista do Tribunal

de Contas - Direcção-Geral do Tribunal de Contas - Informação número duzentos e um, de dois mil e quatro; Factura número onze mil novecentos e cinquenta e oito, de dois mil e quatro - trinta euros e trinta e oito cêntimos.-----

----- CDI - vinte e seis de Outubro de dois mil e quatro - Assinatura Revista do Tribunal de Contas - Direcção-Geral do Tribunal de Contas - Informação número duzentos e um, de dois mil e quatro; Factura número onze mil novecentos e cinquenta e nove, de dois mil e quatro - trinta euros e trinta e oito cêntimos. -----

----- CDI - vinte e seis de Outubro de dois mil e quatro - Renovação anual assinatura “Revista Atletismo” - XITARCA, Promoções e Publicações Desportivas - Informação número duzentos e um, de dois mil e quatro; Factura número quatro mil duzentos e três - vinte e sete euros.-----

----- DBDI - vinte e seis de Maio de dois mil e quatro - Assinatura Revista Focus - Impala, Editores, Sociedade Anónima - Informação número cento e sessenta e cinco; Factura número quarenta milhões onze mil duzentos e vinte - oitenta e um euros e doze cêntimos. -----

----- DBDI - trinta de Junho de dois mil e quatro - Subscrição revistas - Edideco, Limitada - Informação número cento e sessenta e cinco; Factura número quarenta mil duzentos e trinta e um - noventa e nove euros e trinta e seis cêntimos.-----

----- DBDI - trinta de Junho de dois mil e quatro - Subscrição revistas - Edideco, Limitada - Informação número cento e sessenta e cinco; Factura número quarenta mil duzentos e trinta e dois - noventa e nove euros e trinta e seis cêntimos. -----

----- DBDI - vinte e três de Julho de dois mil e quatro - Aplicação da imagem gráfica “Dez livros que mudaram o mundo” - Secret Onix - Informação número duzentos e setenta e quatro; Factura número oitocentos e setenta e sete - cento e dezanove euros. -----

----- DBDI - vinte e seis de Julho de dois mil e quatro - quinze exemplares da publicação “Textos sentidos do Texto sentido” - Editorial Minerva - Informação número duzentos e setenta



e cinco; Factura número duzentos e cinquenta e nove - cento e quarenta e nove euros e noventa e quatro cêntimos. -----

-----DBDI - doze de Agosto de dois mil e quatro - Assinatura de dois mil e três - Sociedade Portuguesa de Energia Solar - Informação número cento e sessenta e cinco; Factura número dois mil novecentos e sessenta e seis - trinta euros. -----

-----DBDI - treze de Agosto de dois mil e quatro - Terceiro relatório do desenvolvimento humano dois mil e quatro - Promolivro Promoção do Livro - Informação número trezentos; Factura número mil setecentos e trinta e cinco - sessenta e três euros. -----

-----DBDI - dezanove de Agosto de dois mil e quatro - Programas Informáticos - Lidel Edições Técnicas, Limitada - Informação número trezentos e quarenta e oito; Factura número oitocentos mil e oitenta e quatro - mil quarenta e um euros e cinquenta e nove cêntimos. -----

-----DBDI - dezanove de Outubro de dois mil e quatro - Sítio do Picapau Amarelo - Estúdio Didáctico - Informação número duzentos e setenta; Factura número sete mil cento e setenta e nove - cento e quarenta e cinco euros.” -----

3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA:-----

-----Foi presente o balancete referente ao movimento de fundos do dia de ontem, o qual acusa um saldo de operações orçamentais no valor de catorze milhões quinhentos e oitenta e oito mil novecentos e sessenta e cinco euros e setenta e um cêntimos, tendo a Senhora Presidente informado da situação financeira, saldos cativos e encargos existentes, traduzindo-se a situação num saldo real de sete milhões novecentos e oitenta e quatro mil quinhentos e quarenta e nove euros e sessenta e dois cêntimos. -----

4 - PAGAMENTOS:-----

-----a) Pagamentos autorizados anteriormente: -----

-----A Câmara tomou conhecimento de terem sido processados os pagamentos a que respeitam autorizações no valor global de cinco milhões seiscentos e oitenta e nove mil

quinhentos e cinquenta euros e noventa e nove cêntimos. -----

----- b) Pagamentos autorizados: -----

----- Sob proposta da Senhora Presidente a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os seguintes subsídios: -----

----- Ao Centro de Cultura e Desporto, no valor de vinte e quatro mil seiscentos e noventa euros e cinquenta cêntimos. -----

----- Aos Bombeiros Voluntários do Concelho, um no valor de trinta e seis mil setecentos e oitenta e cinco euros e setenta cêntimos, sendo cinco mil duzentos e cinquenta e cinco euros e dez cêntimos, a cada Corporação, assim como um outro extraordinário do mesmo montante. -----

5 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SMAS: -----

----- A Câmara tomou conhecimento dos principais assuntos tratados nas reuniões do Conselho de Administração dos SMAS realizadas nos passados dias três de Novembro e oito de Novembro, os quais são: -----

----- Reunião Extraordinária de três de Novembro de dois mil e quatro: -----

----- “- Foi aprovado, por unanimidade as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de dois mil e cinco.” -----

----- Reunião Ordinária de oito de Novembro de dois mil e quatro: -----

----- “Foi presente a acta da reunião anterior. -----

----- Informações -----

----- Tomou conhecimento do Balancete de Movimento de Tesouraria à data. -----

----- Tomou conhecimento da Listagem das Ordens de Pagamento processadas nas semanas transactas. -----

----- Tomou conhecimento do Relatório da Campanha de Fugas de Água na Via Pública referente ao mês de Setembro de dois mil e quatro. -----



----- Tomou conhecimento da Remuneração do Senhor Administrador do Conselho de Administração Doutor Alcides Alberto Neves de Matos nos termos da alínea j) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número Cinco-A, de dois mil e dois, de onze de Janeiro.---

----- Tomada de conhecimento:-----

----- Anulação das facturas/recibos de Tarifa de Conservação referente ao ano de dois mil e três, emitido em nome de Edifer - Construções Pires Coelho & Fernandes, Limitada, no valor total de treze mil setecentos e seis euros e trinta e dois cêntimos. -----

----- Programa de Educação Ambiental Dois Mil e Quatro, Dois Mil e Cinco / Produção da brochura com a mascote dos SMAS de Oeiras e Amadora para distribuição nas escolas - Adjudicação do fornecimento, por ajuste directo, à empresa Chama, Limitada, pelo valor de doze mil cento e noventa e nove euros, acrescido de IVA, sem necessidade de celebração de contrato escrito.-----

----- Substituição do equipamento associado às câmaras de contagem de Miraflores e Carris, como suporte à facturação pela EPAL, no Nό Um - Adjudicação do fornecimento, por ajuste directo, à empresa Tecnilab Portugal, Sociedade Anónima, pelo valor de vinte e três mil novecentos e noventa e três euros e cinquenta cêntimos, acrescido de IVA, sem necessidade de celebração de contrato escrito.-----

----- Propostas de deliberação:-----

----- Foi aprovado, por unanimidade, a anulação da factura/recibo de água, emitido em nome de Manuel Ferreira A. J. Gamito, no valor de vinte e cinco mil cento e cinquenta e quatro euros e noventa e seis cêntimos.-----

----- Colaboração dos SMAS de Oeiras e Amadora no Programa de Educação Ambiental Dois Mil e Quatro, Dois Mil e Cinco, da Câmara Municipal da Amadora - Foi deliberado, por unanimidade aguardar aprovação do orçamento em CMO e Assembleia Municipal para se poder

tomar uma decisão sobre a matéria.-----

----- Foi aprovado, por votação secreta e unanimidade, autorizar a acumulação de funções privadas requerida pelo funcionário, com a categoria de Apontador, Artur José Balsas Nobre Vicente.-----

----- Empreitada destinada à substituição das redes de abastecimento de água na Avenida Dom Luís Primeiro, em Alfragide, no concelho da Amadora (primeira fase) - Foi aprovado, por unanimidade a abertura de concurso limitado sem publicação de anúncio, aprovação do caderno de encargos, programa de concurso, empresas a consultar, bem como a nomeação das comissões de abertura e análise.-----

----- Empreitada destinada à reparação de roturas na rede de águas nas freguesias da Falagueira, Mina, Venda Nova, Venteira, Reboleira e São Brás, no concelho da Amadora, para o ano de dois mil e quatro - Foi aprovado, por unanimidade a abertura de concurso limitado sem publicação de anúncio, aprovação do caderno de encargos, programa de concurso, empresas a consultar, bem como a nomeação das comissões de abertura e análise.-----

----- Empreitada destinada à reparação de roturas na rede de águas nas freguesias de Alforneiros, Alfragide, Brandoa, Buraca e Damaia, no concelho da Amadora, para o ano de dois mil e quatro - Foi aprovado, por unanimidade, a abertura de concurso limitado sem publicação de anúncio, aprovação do caderno de encargos, programa de concurso, empresas a consultar, bem como a nomeação das comissões de abertura e análise.-----

----- Fornecimento de uma viatura ligeira tipo pequeno furgão, por troca com idêntica sinistrada destes SMAS de Oeiras e Amadora - Foi aprovada, por unanimidade, a adjudicação, por consulta prévia, à empresa Vesauto, Sociedade Anónima, pelo valor de nove mil quinhentos e cinquenta e oito euros e sessenta e nove cêntimos, acrescido de IVA, deduzindo-se a quantia de mil oitocentos e noventa euros e setenta e seis cêntimos, referente à retoma. -----

----- Foi aprovado, por votação secreta e unanimidade, o exercício de funções a meio



tempo para efeitos de frequência de curso de nível superior / Concessão do estatuto de trabalhador-estudante, requerido pela trabalhadora, com a categoria de Assistente Administrativa Especialista, Maria Margarida Perestrelo de Vasconcelos Blom Vidal Abreu. -----

----- Empreitada da Conduta Elevatória para o Reservatório da Atalaia - Foi aprovada, por unanimidade, a proposta de revisão de preços. -----

----- Empreitada destinada à substituição das redes de abastecimento de água e rebaixamento de ramais em vários locais das freguesias da Falagueira e Reboleira, no Concelho da Amadora - Foi aprovada, por unanimidade a adjudicação, por concurso limitado sem apresentação de candidaturas, à empresa António Filipe Teodósio & Companhia, Limitada, pelo valor de oitenta e dois mil duzentos e quarenta euros e sessenta céntimos, acrescido de IVA, com celebração de contrato escrito. -----

----- Sistema de recepção de leituras / Edinfor - Sistemas Informáticos, Sociedade Anónima, - Foi aprovada, por unanimidade a renovação do contrato. -----

----- Pedido de concessão de licença sem vencimento de longa duração requerido pela Assistente Administrativa Especialista Isabel Maria do Carmo Fernandes Simões - Foi aprovado, por votação secreta e unanimidade, revogar da deliberação que a concedeu.” -----

----- Nesta altura ausentou-se, por momentos, da reunião a Senhora Presidente. -----

6 - PROPOSTA Nº. 603/04 - PRINCÍPIOS ESTRATÉGICOS PARA A CONCRETIZAÇÃO DO PREDICO: -----

----- Esta proposta, por sugestão do Senhor Vice-Presidente, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser votada em próxima reunião. -----

7 - PROPOSTA Nº. 978/04 - CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE “LISBOÉMIA - PRODUÇÕES E SERVIÇOS, LD^a.”, PARA A SOCIEDADE “DINAMITE CAFÉ, LD^a.”: -----

----- Esta proposta, por sugestão do Senhor Vice-Presidente, que mereceu a concordância

da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser votada em próxima reunião.-----

----- No uso da palavra o **Senhor Vereador Emanuel Martins** referiu que, na última reunião, foi questionado sobre esta proposta e fez-se, alguma, confusão que pretende esclarecer. Assim, disse que este assunto, neste momento, está no Património e nada tem a ver com a Doutora Paula Saraiva. Acrescentou que está ultrapassado e, inclusivamente, em vias de ultimação, dado que as pessoas com quem se vai fazer a transacção aceitam aquilo que foi objecto da sua observação quando pediu para esta proposta ser suspensa, ou seja, que aquilo que está no contrato com o actual detentor, que espera para ser feita a transacção da posição contratual, que era um direito leonino que lhe permitia ter preferência, em qualquer contrato, na Fábrica da Pólvora, situação que a Câmara já viu ultrapassada, aliás, como o contrato poderia dar a indicar uma outra situação que lá aconteceu, e que se achou que, se fosse necessário ir-se-ia para tribunal. Neste momento, as pessoas que estão interessadas em fazer esta transacção estão na disponibilidade de fazer um contrato já sem esta disposição que desfavorecia a Câmara. A Divisão de Património está a tratar do assunto e, na altura oportuna, fará chegar à Doutora Paula Saraiva este assunto para depois lhe dar sequência, pedindo as suas desculpas se algum lapso surgiu e deixou, nomeadamente, a Doutora Paula Saraiva como ré de qualquer coisa que não foi nunca.-----

8 - PROPOSTA Nº. 1469/04 - MINUTA DE CONTRATO DE PERMUTA DE PARCELAS DE TERRENO SITAS EM CACILHAS, FREGUESIA DE OEIRAS, A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E A EMPRESA ESPAÇO PRESENTE - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO CIVIL, LTD^a:-----

----- Esta proposta, por sugestão do Senhor Vice-Presidente, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser votada em próxima reunião.-----

9 - PROPOSTA Nº. 1488/04 - CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE OEIRAS:-----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----



-----“Um - Introdução-----

-----Com a publicação do Decreto-Lei número sete, de dois mil e três, de quinze de Janeiro, e a consequente criação e entrada em funcionamento do Conselho Municipal de Educação deu-se cumprimento ao diploma e agora apresenta-se a Carta Educativa.-----

-----A metodologia adoptada na elaboração da carta está contida no referido diploma, nomeadamente, artigos décimo a décimo terceiro do Capítulo Terceiro, sendo definidos o Conceito, os Objectivos e o Objecto, ou seja e em síntese, a Carta Educativa contempla o levantamento da situação actual do sistema educativo do concelho, incluindo os equipamentos, os recursos humanos e a população escolar, para além das acções complementares como a acção social escolar e todas as que são hoje imprescindíveis para uma educação de qualidade (cultura, desporto...), no sentido de caracterizar a oferta do sistema existente, bem como a procura local referente ao mesmo sistema, o que permite aferir, entre outros, a eficácia do sistema ou rede educativa, bem como elaborar previsões sobre a funcionalidade futura.-----

-----Em qualquer caso, é necessário enquadrar o sistema educativo, presente e futuro, nas condições locais de desenvolvimento, principalmente no que concerne às questões demográficas e de desenvolvimento urbanístico, entre outras, uma vez que o sistema educativo faz parte integrante da comunidade concelhia.-----

-----A Divisão de Educação conjuntamente com o Gabinete de Desenvolvimento Municipal, desenvolveram todos os esforços na elaboração da Carta Educativa de acordo com a nova realidade da rede educativa no concelho - agrupamentos de escolas. A actual formação e implementação dos agrupamentos de escolas estão de acordo com a “versão final” da Carta Educativa.-----

-----Das quatro reuniões havidas do Conselho Municipal de Educação (CME), três delas contemplaram pontos na sua ordem de trabalhos referentes, quer aos agrupamentos de escolas, quer à Carta Educativa, tendo sido apresentado um documento de trabalho - versão provisória da

Carta Educativa - para discussão e apresentação de contributos. -----

----- De acordo com o ponto um, do artigo décimo nono do Decreto-Lei número sete, de dois mil e três - “A elaboração da carta educativa é da competência da câmara municipal, sendo aprovada pela assembleia municipal respectiva, após discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação” - tendo na última reunião do CME, de catorze de Outubro passado próximo, todos os conselheiros presentes, dado parecer favorável à Carta Educativa. -----

----- Dois - Proposta -----

----- De acordo com os considerandos anteriores, proponho: -----

----- Dois.um - Aprovação da Carta Educativa para posterior submissão à Assembleia Municipal.”-----

----- II - Relativamente à Carta Educativa, o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** sublinhou a sua importância e o facto, de ser um instrumento fundamental para a intervenção da Câmara no campo educativo e congratulou-se porque se trata de um levantamento da situação, que supõe corresponder à realidade, embora tenha dúvidas, relativamente, a alguns dados, nomeadamente, os que se referem à frequência nas escolas do primeiro ciclo do ensino básico. Acha, em todo o caso, que foi um esforço notável da Divisão de Educação no sentido de se elaborar esta Carta Educativa, e gostaria também de felicitar o Senhor Vereador que tem o Pelouro da Educação por esse facto mas, tem algumas reservas e os seguintes comentários a fazer: o Executivo tem considerado, absolutamente, prioritário o reforço da rede pública do pré-escolar, e a Carta Educativa, a esse respeito é, perfeitamente, esclarecedora porque se verifica, a partir da página dez, que, ao nível do pré-escolar, existem quatro mil seiscentos e cinquenta e seis alunos e desses, apenas setecentos e quarenta e oito frequentam a rede pública, dois mil e vinte e um as IPSS e oito mil oitocentos e oitenta e sete frequentam o privado. E isto, do seu ponto de vista, é, manifestamente, insuficiente por duas ordens de razões: em primeiro lugar porque há famílias que não têm condições económicas para suportar os encargos do privado e



das próprias Instituições Particulares de Solidariedade Social, de modo que considera a situação do pré-escolar, no Concelho de Oeiras, manifestamente, insuficiente e insatisfatória e isso verifica-se nas previsões, ou recomendações que vêm incluídas na página oitenta e cinco. Pensa que a Carta Educativa, obrigatoriamente, tem de sublinhar o carácter insatisfatório da oferta, ao nível da rede pública do pré-escolar, e apontar como necessário, no Programa de Reforço do Sistema Educativo do Concelho de Oeiras, esta lacuna que é das principais que se verifica ao nível do Concelho de Oeiras. Continuou dizendo que o Executivo tem dito que, em muitos aspectos, o Concelho de Oeiras é pioneiro mas está convencido que em matéria de educação e, nomeadamente, ao nível da rede pública do pré-escolar o Concelho está atrás e, se fosse feita a comparação com a esmagadora maioria dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, talvez pudessem verificar esse facto. Constata que a Carta Educativa, neste particular, por um lado, sublinha a insuficiência da oferta da rede pública do pré-escolar e ao nível da previsão da necessidade de escolas, aponta, claramente, para a necessidade de um investimento muito sério nesta área; por outro lado, isto é agravado pela circunstância de os Centros de Tempos Livres, também, não funcionarem no âmbito da rede pública, existindo uma situação que devia ser diagnosticada e objecto de apreciação, em sede de Carta Educativa, porque o Executivo tem de admitir que o sistema público do Concelho, também, não dá resposta às necessidades das famílias, seja ao nível do pré-escolar, seja ao nível do primeiro ciclo. Reconhece que a Câmara, em parceria com Associações de Pais, tem promovido Centros de Tempos Livres mas, aqui, também, há lacunas de insuficiências importantes no Concelho e, sobretudo uma, que resulta do facto de, ao serem promovidos em parceria com as Associações de Pais serem pagos, penalizando as famílias que não os podem pagar.

-----Ainda em relação à caracterização da situação ao nível do primeiro ciclo do ensino básico e, também, das necessidades apontadas na Carta, se bem que, de acordo com os quadros, a capacidade instalada ao nível do primeiro ciclo do ensino básico seja suficiente para a procura,

há uma dúvida que resulta da constatação do grande aumento percentual que se tem verificado, em termos do pré-escolar, e que se irá reflectir a, relativamente, curto prazo, nas escolas do primeiro ciclo do ensino básico.-----

----- Continuando, disse que a sua assessora tem uma filha que frequenta uma escola do primeiro ciclo do ensino básico que esteve para entrar no regime duplo e, por imposição do Ministério, ficou com regime normal mas, para isso, teve que ser sacrificada a sala de professores, pedindo ao Senhor Vereador do pelouro para esclarecer essa situação e para lhe confirmar quais são as escolas do Concelho que estão em regime duplo, porque, de algum modo, significa que há algumas carências ao nível do equipamento do primeiro ciclo do ensino básico e, assim, deixar o Executivo confortado, quanto à capacidade instalada ao nível do primeiro ciclo do ensino básico, ou seja, relativamente à necessidade de mais escolas, para além daquelas que vêm mencionadas na Carta. As que vêm referidas na página oitenta e cinco dizem respeito à freguesia de Barcarena, Santa Catarina, Queijas e Algés e não havendo informação em relação às freguesias de Porto Salvo, Barcarena e, mesmo a de Oeiras, sobre a capacidade instalada e a previsão da evolução tendo em conta o aumento do pré-primário que justificará, também, o reforço do parque escolar do primeiro ciclo do ensino básico.-----

----- Relativamente à situação, diagnosticada na Carta, (embora não esteja contemplada em sede de PIDDAC), da escola dos primeiro, segundo e terceiro níveis na freguesia de Barcarena, perguntou se era uma escola integrada que iria ter primeiro, segundo e terceiro ciclos.

----- Concluiu a sua intervenção reconhecendo a importância e felicitando os serviços pela elaboração da Carta Educativa, dizendo que as suas reservas principais, se referem, fundamentalmente, à situação do pré-escolar e, tem algumas dúvidas sobre a capacidade instalada do primeiro ciclo do ensino básico e se responde, satisfatoriamente, às necessidades do Concelho.-----

----- No uso da palavra, a **Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto** disse, também,



querer congratular-se pelo facto do Executivo ter este documento para discutir hoje. É sabido que, já há muito tempo, se pedia um documento como este para poderem ter uma noção mais acertada ou, pelo menos, mais concretizada dos equipamentos educativos do Concelho e da situação da população escolar. Antes deste documento não tinham, inclusivamente, a noção das necessidades do pré-escolar porque essa aferição não estava feita.-----

-----Continuando, disse querer também dizer algumas coisas que se prendem essencialmente, com o facto do pré-escolar continuar a ser um problema em termos da rede pública. Evidentemente que não pode deixar de afirmar que tem havido algum esforço na construção de novos equipamentos, e deixando uma nota sobre os equipamentos novos, que teve oportunidade de visitar, que são pensados para o nível de ensino a que se destinam mas, é um facto que eles continuam a ser, manifestamente, insuficientes. Indo ao encontro do que o Senhor Vereador Arnaldo Pereira disse, manifesta, também, as preocupações sobre este facto porque, quando verifica a verba que o PIDDAC transporta para dois mil e cinco, a nível do pré-escolar, se já era, substancialmente, insuficiente nos anos transactos, este ano é tão ridícula que nem vale a pena comentar. O sistema educativo prevê o ensino pré-escolar obrigatório a partir dos três anos e, portanto, era natural que a rede pública contemplasse todas as potenciais crianças que procurassem este nível de ensino.-----

-----Continuando, disse que os horários são, hoje em dia, uma preocupação dos pais e como é uma realidade, tem que se pensar numa solução que remedeie esta situação. Na verdade, as Actividades de Tempos Livres têm sido apontadas como uma solução das que se afiguram como das mais razoáveis para colmatar este facto. Tem sido feito um esforço de colaboração entre Câmara e as Associações de Pais mas, quanto ao facto delas não serem comaparticipadas, acha que o Executivo tem que ter uma posição muito forte sobre este assunto e a Câmara deve contactar a DREL para fazer a necessária pressão junto do Ministério da Educação nesse sentido, uma vez que representam um acréscimo substantivo para os pais que não têm outra alternativa

senão colocar os seus filhos após o horário normal das escolas do primeiro ciclo. Este problema já não se põe só em relação às escolas do primeiro ciclo, embora as outras escolas dos outros níveis de ensino já tenham, elas próprias, criado alternativas, sendo sabido que as escolas fomentam os chamados “clubes de enriquecimento curricular” justamente para obviar esta situação mas, numa escola de primeiro ciclo, é mais complicado de se fazer não só por falta de espaço mas, também por falta de pessoal docente e não docente que possa acompanhar estas situações uma vez que é sabido que o regime do primeiro ciclo, o regime da monodocência, não permite que estas situações tenham lugar nas escolas do primeiro ciclo. Pensa, assim, que esta é uma situação grave, um grande factor de angustia e ansiedade para os pais, o facto de não poderem conciliar os seus horários profissionais com os horários dos seus filhos, achando, por isso, que devia ser feito um esforço ainda mais acentuado e, nomeadamente, junto das instâncias do Poder Central para que estas actividades possam ser comparticipadas como são as dos estabelecimentos pré-escolares da rede pública. -----

----- Outra situação que gostaria de focar, embora compreenda que ela não apareça na Carta porque, na verdade, o sistema educativo está assim concebido mas, não há dúvida que quando se fala em necessidades escolares e níveis de ensino, etc., acha que existe uma discussão que está por fazer na nossa sociedade porque o sistema educativo já não pode andar de costas voltadas para o sistema da formação profissional e esta discussão tem, alguma vez, que ser feita e não sabe até que ponto é que um documento destes, que é prospectivo, não deveria, também, preocupar-se com essas situações. As escolas, hoje, não dão resposta às necessidades dos alunos, designadamente a partir do terceiro ciclo e do secundário. É frustrante para os alunos que têm uma oferta exterior à escola muito mais dinâmica, em termos de actividades diversificadas, frequentarem determinadas escolas. A própria formação geral que as escolas oferecem hoje não cativa os alunos. -----

----- Esta é uma discussão que não se pode cingir a esta Carta Educativa e que deve ser



feita a nível nacional, repensando esta educação/formação que tem que andar em paralelo. O insucesso não é só os alunos não atingirem determinados níveis de aprendizagem mas é, também, não poderem, na escola, desenvolver todas as suas potencialidades sendo este, para si, um insucesso tão grave quanto o outro e, neste momento, o nosso sistema de ensino provoca estes dois níveis de insucesso. Por este motivo, acha que esta discussão tem que ser feita a nível nacional e não é com reformas avulsas ao sistema educativo que se vai resolver a situação. -----

----- Intervindo o **Senhor Vereador Emanuel Martins**, disse que este documento leva o Executivo a dar os parabéns a toda a equipa que o construiu pois, de facto, é um bom instrumento de trabalho. -----

----- Seguidamente disse que, depois da intervenção da Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto, pouco tem a dizer sobre esta matéria tanto mais que um documento desta matiz merece uma observação muito mais profunda e todos eles, quer os vereadores do PS, quer os membros da Assembleia Municipal do PS, sobre este documento já ouviram algumas opiniões pela sua camarada. -----

----- Dirigindo-se ao Senhor Vice-Presidente pediu autorização para apresentar uma moção do PS sobre o PIDDAC. -----

----- Intervindo o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** começou por dar os parabéns à Divisão de Educação e ao Gabinete de Desenvolvimento Municipal pela elaboração desta Carta, pensa que em nome de todo o Executivo. -----

----- Disse ser esta a primeira Carta Educativa, um documento evolutivo e não estático, até porque o número de discentes vai evoluindo, de ano para ano, mas é, também, um factor que vai decidir o futuro em termos de capacidade da rede educativa. Como é do conhecimento dos Senhores Vereadores, iniciou-se, este ano, o funcionamento dos Agrupamentos de escolas no Concelho. Na sua opinião e, neste momento, é, somente, uma análise empírica, porque, só, depois dos Agrupamentos estarem a funcionar é que se pode analisar, mais profundamente, e não

se tenha dúvidas que algumas relações, dentro dos Agrupamentos, vão ser tensas porque as escolas do primeiro, segundo e terceiro ciclo viviam, e muito bem, viradas sobre si, existindo, inclusivamente, escolas, de vários níveis, no Concelho, contíguas umas às outras, que não conversavam entre si. Referiu, ainda, que os Agrupamentos têm uma grande vantagem pois põem os vários agentes educativos e os professores dos vários níveis de ensino a conversar, entre si, passando a haver uma gestão única e, é natural que resultem, daí, algumas fricções porque são modos de trabalhar e responsabilidades diferentes. Assim, na sua perspectiva, a Câmara pode fazer, a curto ou a médio prazo, em alguns casos, uma reformulação completa do parque educativo. Está convencido que, a médio prazo, o ensino secundário vai, também, entrar nos Agrupamentos, ficando a Câmara com outra capacidade, ou seja, provavelmente, algumas das escolas do segundo e terceiro ciclos que, hoje em dia, têm capacidade instalada de salas vagas podem, a breve trecho, receber no seu seio, como aconteceu, este ano, numa escola, em Miraflores, ou salas do primeiro ciclo, e libertar uma escola que, até agora, funcionou ao nível do primeiro ciclo, para jardim de infância. Pensa, por isso, que reorganizar o parque escolar todo e, de alguns aglomerados, é um trabalho que a Câmara terá de prosseguir e é possível, como por exemplo, o caso da Escola de São Bruno, em Caxias, que está subutilizada, podendo receber, a breve trecho, escolas de Caxias do primeiro ciclo e, em consequência, uma escola do primeiro ciclo passar, na totalidade, a funcionar como jardim de infância da rede pública. O parque escolar está, neste momento, numa fase transitória, onde, em primeiro, tem que se consolidar os Agrupamentos e, depois, no âmbito da capacidade instalada dentro do Agrupamento, saber como é que se pode gerir a rede educativa em termos de equipamentos. -----

----- Continuando, disse que, relativamente, à capacidade instalada dos jardins-de-infância da rede pública, há uma questão que é importante e não se encontra nesta Carta mas que, numa próxima versão, se poderá colocar, que é a seguinte: há jardins-de-infância construídos pela Câmara sendo que a sua gestão foi entregue à Santa Casa da Misericórdia de Oeiras; por isso,



não são, só, aqueles que estão sob gestão directa que são construídos pela autarquia local. Dando outro exemplo, disse que foi aberto um concurso para a nova Escola Cesário Verde, que prevê a construção de quatro salas de primeiro ciclo e três de jardim-de-infância. A Câmara tem consciência que há uma necessidade, crescente, de maior número de salas de jardim-de-infância e quer lembrar o Executivo que, em Caxias e Queijas, abriu, este ano lectivo, uma sala de jardim-de-infância, em Queluz de Baixo abriu, o ano passado, mais uma sala de jardim-de-infância da rede pública e há um pedido e a intenção da Câmara abrir, para o ano que vem, mais uma sala de jardim-de-infância numa escola de primeiro ciclo existente, em Valejas. Por isso, neste momento, ninguém pode determinar qual é a capacidade que a Câmara tem, a médio prazo, mas pensa que, com a reorganização do parque escolar e dos Agrupamentos, é possível libertar algumas salas do primeiro ciclo em alguns aglomerados para se aumentar a capacidade dos jardins-de-infância. -----

----- Seguidamente, deu conhecimento ao Executivo que, em relação ao parque escolar, este ano lectivo, observa-se (e não existem, ainda, dados definitivos) uma realidade que se está a notar e que é natural face à crise económica existente, que se prende com uma maior procura do primeiro ciclo que não se justifica, apenas, por razões de ordem económica mas, também, devido ao facto de, neste mandato autárquico, a Câmara ter investido muito no serviço de refeições nas cantinas das escolas e, quando isso acontece, no ano seguinte, aumenta a procura dessa escola porque os pais passam a ter mais uma resposta para os filhos, existindo duas escolas sem serviço de refeições, a saber: a Escola Sílvia Phillips, que funciona em regime duplo e a Escola Número Dois de Linda-a-Velha, que funciona em dupla situação, na Rua Almeida Garrett, com um anexo que pertence à Escola, a qual terá que ser analisada a disponibilidade mas, está espelhada na Carta Educativa, na página oitenta e cinco, a necessidade de se construir uma escola EB Um mais Jardim-de-infância (pelo menos EB Um, se não Dois), no Alto de Santa Catarina, de grande capacidade, para poder absorver os alunos da Cruz-Quebrada e os que estão no Jardim-de-

infância Número Um de Linda-a-Velha, a funcionar em barracões pré-fabricados, na Rua de Goa, de modo a permitir que o fim dos anexos da Escola Número Dois de Linda-a-Velha, e isto porque a Escola Gonçalves Zarco, que se encontra a quinhentos metros, tem capacidade excedentária. -----

----- Quis, com isto dizer que, neste momento, o parque educativo está num processo de evolução e de reorganização administrativa e funcional e pensa que, assim, irá permitir, também, uma maior rentabilização das infra-estruturas. Como exemplo, citou a freguesia de Porto Salvo, que, como é do conhecimento de todos, a existência do segundo ciclo é um anseio da população porque os alunos, de lá, têm de frequentar as escolas de Paço de Arcos ou São Julião da Barra. Através de negociações efectuadas com o Ministério da Educação, conseguiu instalar o segundo ciclo dentro da Escola Secundária Aquilino Ribeiro, escola esta em que, como é do conhecimento geral, uma percentagem significativa dos alunos provinham do Bairro dos Navegadores e do Moinho das Rolas e, este ano lectivo, com a instalação do quinto ano, os alunos desses bairros de habitação social deixaram de estar em maioria para passar a ser uma minoria, dentro da escola, o que quer dizer que, actualmente, em termos de integração social, funciona muito melhor, ou seja, não havia necessidade de se construir uma escola de segundo e terceiro ciclos quando a Escola Aquilino Ribeiro tem capacidade instalada para receber o quinto e sexto anos. Relativamente ao Agrupamento de Porto Salvo, disse que este engloba quatro escolas do primeiro ciclo, sendo o único horizontal mas, para o ano, passará a ser vertical porque irá englobar a Escola Aquilino Ribeiro, que, como recebeu, este ano, o quinto e o sexto anos, a Câmara, o Ministério da Educação e a própria Escola querem que sofra uma grande reorganização, de maneira a que seja sede de Agrupamento para o ano que vem e, ao mesmo tempo, esteja, adaptada, ainda este ano, para receber o quinto e o sexto anos, sendo que este é um processo evolutivo que, pensa, permitirá aumentar a capacidade dos jardins-de-infância, no entanto, concorda com os Senhores Vereadores que é, ainda, insuficiente. -----



----- Respondendo à questão do Senhor Vereador Arnaldo Pereira sobre a capacidade instalada na escola da Oeiras, disse que as escolas de Oeiras sofrem de um problema que é a atracção que a Escola Conde de Oeiras e da Quinta do Marquês têm, no concelho, por serem bem conceituadas, felizmente, o que leva os pais a quererem pôr os filhos no primeiro ciclo nesse Agrupamento para terem garantido o acesso às escolas que pertencem ao Agrupamento da Conde de Oeiras, quando chegarem ao quinto ano, havendo, inclusive, falsificações da morada dos encarregados de educação, nos boletins de inscrição, preenchidos com o nome de qualquer pessoa que more na Quinta do Marquês e naquela zona. Com base nisto, os pais fazem “finca-pé” sobre o facto do encarregado de educação viver ali e, portanto, o aluno tem direito a ir para a escola que corresponde à morada do encarregado de educação. Como resposta a este problema, as escolas, só, estão a permitir que seja o único a tratar dos assuntos do aluno seja o encarregado de educação e não os pais, se não forem estes os encarregados. Está convencido que, dentro de um ano, ou dois, muitos pais pensarão, duas vezes, quando forem inscrever os filhos com base na morada do encarregado de educação. As escolas de fronteira com Cascais, como a Escola Número Dois e a Escola Número Cinco de Oeiras e a da Medrosa (embora não consiga prová-lo, ninguém lhe tira isto da ideia) e, também, os professores, gostam de ter muitos alunos porque assim vêm garantidos os seus horários e o seu lugar, o que é legítimo e percebe, perfeitamente, os pais. Há cerca de três anos, quando este critério de entrada não era muito rigoroso, foram feitas estatísticas, que comprovaram que quarenta e dois por cento dos alunos da Escola Número Dois de Oeiras, cinquenta por cento dos alunos da Escola Número Cinco de Oeiras e quarenta e três ou quarenta e quatro por cento da Medrosa, com encarregado de educação em Oeiras; residiam em Cascais. Isto levou a que, este ano, na Escola Número Cinco de Oeiras, quisessem fazer desdobramento, o que não foi permitido, porque, no dia em que o permitisse, passava a ter o dobro, pois os alunos de Cascais passavam a vir todos para Oeiras uma vez que os que estão na Escola Número Cinco de Oeiras são, na maioria, alunos da Quinta da Bela Vista e arredores,

estando Oeiras a pagar a água, a luz, a manutenção e as actividades de alunos que não são do Concelho. Em reunião, com a Senhora Vereadora de Cascais, ficou combinado que se iria verificar a situação e imputar à Câmara de Cascais os custos inerentes, apesar de não resolver o problema da capacidade. O mesmo se passa, em Queluz de Baixo, onde muitos pais que trabalham na zona industrial de Queluz de Baixo e moram em Sintra e Massamá, vêm inscrever os filhos nas escolas do Concelho, situação que acontece em todas as zonas de fronteira.-----

----- A Câmara tem lutado, junto do Ministério de Educação, para a construção de uma escola em Barcarena, freguesia em que, realmente, se justifica a construção de uma escola, sendo esta a primeira prioridade. Já enviou aos vários Ministros da Educação, aos vários Governos que passaram, plantas do terreno disponível para a construção da escola, junto à entrada de Queluz de Baixo. No Conselho Municipal de Educação, onde foi aprovada a Carta Educativa, os primeiros indícios dados pelo novo Director Regional Adjunto e pelo novo Subdirector Regional são auspiciosos, pois são pessoas com uma abertura como nunca viu, antes, em nenhum Director Regional e, dois ou três dias depois de lhes terem exposto alguns problemas, estavam a telefonar com os assuntos resolvidos. Inclusivamente, por causa da colocação de professores, telefonou ao Senhor Director Regional, numa sexta-feira, tendo este prometido contactá-lo, durante o fim-de-semana, e fê-lo, para o telemóvel, várias vezes, a dar-lhe o ponto da situação, coisa que não se verificava com a anterior Directora Regional. Relativamente a Barcarena, foi transmitido ao Senhor Director Regional Adjunto, presente no Conselho Municipal de Educação, onde foi aprovada esta Carta, a necessidade da construção da escola de Barcarena, porque a Escola Dois, Três Noronha Feio, em Queijas, está com problemas de capacidade, uma vez que os alunos de Tercena e Queluz de Baixo vão para Queijas, Carnaxide e Linda-a-Velha. Com a construção de uma escola na freguesia de Barcarena, no terreno que a Câmara já disponibilizou, é possível descongestionar a Noronha Feio de modo a dotá-la de capacidade para absorver os alunos da freguesia de Queijas, embora, nas inscrições para o sétimo ano, com o acordo que a Câmara fez



com o Ministério da Educação e com a Escola, se esteja a dar prioridade aos alunos de Queijas na sua inscrição na Noronha Feio, porque não é lógico deslocar um aluno de Queijas para outra localidade e vir para ali um aluno de outro local. A construção da escola de Barcarena é uma exigência desta Câmara Municipal, que, já várias vezes, pediu ao Ministério da Educação, e transmitiu, no último Conselho Municipal de Educação, ao Senhor Director Regional Adjunto a sua preocupação e a urgência da construção daquela infra-estrutura, em Barcarena porque, na sua perspectiva e na dos serviços, a nova escola a construir em Barcarena terá que ser de primeiro ciclo, face à procura crescente que existe em Queluz de Baixo, não de alunos residentes no Concelho mas de pais que trabalham no Concelho e que querem colocar os filhos, ao nível do primeiro ciclo, perto do seu local de trabalho, conforme está previsto na lei. -----

----- Intervindo o **Senhor Vereador Luís Pires** disse parecer-lhe que, em relação à escola de Queijas, o loteamento novo está com uma ocupação, ainda, diminuta e perguntou se a escola terá capacidade para a população de Queijas quando aquele loteamento estiver cem por cento ocupado, volvendo o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** que, numa primeira fase, tem e está garantido porque, neste momento, há três salas ocupadas na escola dos Correios pela escola que foi demolida e que fica, relativamente, perto da urbanização, e estas estão cheias mas a Câmara vai construir, nesse lote, mais quatro salas para o primeiro ciclo, ficando o restante terreno, que é mais que o dobro, como zona verde e, mais tarde, para uma possível ampliação do primeiro ciclo ou uma extensão do segundo ciclo, se for preciso. -----

----- Relativamente aos Centros de Tempos Livres, disse que a Câmara tem feito, nos últimos anos, um grande esforço, com a colaboração dos pais, logicamente. É incomprensível que um pai deixe o seu filho e o vá buscar às três e um quarto e, sobre este assunto, recordou que, aquando da inauguração do Jardim-de-infância Número Dois de Carnaxide, perguntou ao antigo Ministro David Justino, que esteve presente, porque é que funciona assim, tendo o Senhor Ministro retorquido que, por exemplo, na Região Autónoma da Madeira - que muitos criticam

mas que, em algumas coisas, funciona muito bem - as educadoras não entram todas à mesma hora, havendo horários desfasados para garantir o início e o fim. No Continente, os sindicatos conseguiram pressionar e não há nenhum ministério ou ministro da educação que consiga alterar os horários das educadoras. Conclusão, as educadoras saem todas às três e um quarto o que obriga os pais a constituírem Centros de Tempos Livres. Das trinta e cinco escolas no Concelho, vinte e três estão a funcionar com Centros de Tempos Livres, dois estão em constituição e um, em princípio, entrará em funcionamento, este ano lectivo, o que quer dizer que, no final deste ano lectivo, estarão a funcionar vinte e seis Centros de Tempos Livres, faltando nove. Para os Centros de Tempos Livres funcionarem, a Câmara disponibiliza as instalações, água, luz etc., e os pais têm que se organizar e comparticipar no Centro de Tempos Livres. A Câmara dá um pequeno subsídio para os alunos mais carenciados e, também, para o arranque dos Centros de Tempos Livres que é insuficiente face às despesas de funcionamento. Sabe que existem famílias que, realmente, precisam de apoio para os filhos frequentarem os Centros de Tempos Livres e, na sua opinião pessoal, acha mal que alguns alunos paguem um euro e quarenta céntimos por uma refeição quando podiam pagar muito mais. Não aceita que um pai vá deixar o seu filho na escola de BMW, último modelo e lhe dê para gastar em guloseimas e porcarias, mais do que aquilo que paga por uma refeição. Acha isto, socialmente, injusto porque, a esses meninos não custa nada que os pais paguem o Centro de Tempos Livres quando há outros que fazem muito sacrifício para lá terem os filhos. Também há casos de pais, com sinais exteriores de riqueza mais do que evidentes, que querem pagar cinquenta por cento, ou zero, do preço da refeição. Por isso, concorda, plenamente, que tem que se tentar alargar ao máximo os Centros de Tempos Livres em relação para os quais devia haver o apoio do Estado.

Este ano lectivo, a Câmara está a fazer uma experiência com a Junta de Freguesia de Porto Salvo para o funcionamento de um Centro de Tempos Livres apoiado pela Câmara, no Bairro dos Navegadores, a título experimental, para ver como é que funciona, porque o Centro



de Tempos Livres da Escola Número Quatro de Paço de Arcos, no Alto da Loba, funciona com muitos problemas e com alunos carenciados. Deu uma sugestão, mas não quer impor nada, às Associações de Pais. Disponibilizou-se e fez uma reunião com a Segurança Social, com o NIB que é uma IPSS, a Segurança Social está disponível para ajudar os Centros de Tempos Livres em zonas carenciadas, como os bairros sociais, desde que sejam IPSS, pois não pode subsidiar Associações de Pais mas, neste caso, os pais não querem deixar de ter a gestão do Centro de Tempos Livres e não a querem entregar a uma IPSS que possa gerir. A Câmara está disponível para permitir que uma IPSS assuma a gestão do Centro de Tempos Livres e os alunos carenciados podem ser subsidiados através da Segurança Social mas, não se vai imiscuir nisso, pois é uma questão que as Associações de Pais têm que gerir e ter consciência. -----

----- Em relação à questão da Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto, sobre a formação profissional, disse concordar que, numa futura Carta Educativa, se tente incluir. A Câmara Municipal, há dois anos lectivos que está a ajudar, permitindo que alunos da Escola Aquilino Ribeiro, com grande insucesso escolar, frequentem o curso de formação profissional de jardinagem, estando a Câmara fazer o transporte dos alunos, quase todos os dias, para a Fábrica da Pólvora, nos viveiros e com técnicos da Câmara, dando, também, apoio material, pois concorda com a Senhora Vereadora que um dos grande problemas que existe, em algumas escolas deste Concelho, é a socialização dos alunos e, como forma de combate a este problema, há um projecto da Professora Margarida, em Paço de Arcos, que é uma quinta com animais e hortas - que já tem saído em várias revistas e publicações da Câmara - que teve um efeito importantíssimo nesse combate, na Joaquim de Barros, em que, como resultado, muitos alunos indisciplinados, passaram a ser disciplinados quando foram envolvidos nos projectos daquela professora porque, de facto, para alguns alunos deste Concelho, e geralmente alunos de classes economicamente débeis, de bairros sociais, a escola tradicional não diz nada enquanto que uma escola mais prática incentiva muito mais os alunos do que actualmente. Na Divisão de Educação

foi feita a articulação entre a Escola Val do Rio, que tem um trabalho muito meritório, e a Universidade Atlântica, ao nível de alguns alunos pois é possível potenciar meios e a experiência profissional de uma escola profissional com uma universidade. No entanto, há um grande trabalho a fazer nessa área e é uma grande lacuna que existe ao nível do ensino.-----

----- Intervindo o **Senhor Vereador Luís Pires** perguntou ao Senhor Vereador José Eduardo Costa se, relativamente ao funcionamento, se bem percebeu, continua a ter as educadoras de infância só com um horário, a saírem às três e um quarto. Então, quem é que presta serviço depois dessa hora, apesar do funcionamento do estabelecimento ser assegurado pelos pais, se são as mesmas funcionárias ou se são outras pessoas contratadas para lá irem, ao que o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** respondeu que são outras pessoas e explicou que para funcionar um Centro de Tempos Livres é necessário apresentar um projecto pedagógico e um programa de funcionamento que é analisado pelos serviços e é, ou não, validado. Os sindicatos não aceitaram discutir o assunto dos horários e, por isso, têm horário rígido e não há nada a fazer, assim como também aceitaram, muito mal, uma medida muito justa do antigo Ministro David Justino que foi impor que as interrupções lectivas para as educadoras não fossem iguais às dos outros professores. -----

----- Continuando, o **Senhor Vereador Luís Pires** disse que o Senhor Vereador José Eduardo Costa referiu uma experiência e ia falar, precisamente, numa situação que lhe parecia ser importante, nomeadamente, nos bairros sociais em que se verifica um grande abandono escolar, a Câmara tentar criar as escolas profissionais, ou seja, é sabido que hoje há um elevado número de profissões para as quais não há formação e não há profissionais qualificados para desempenhar certas funções e, portanto, até que ponto é que não seria vantajoso, e não se resolveriam alguns problemas do abandono das escolas, quer até em termos de família, tentando essa conciliação escola/escola profissional, ou seja, formação escolar num período do dia e, através de um transporte para umas oficinas, e já várias vezes falou nisto e recorda sempre, que a



escola da Carris é uma escola profissional óptima, que em tempos foi utilizada por alunos da Escola Secundária de Linda-a-Velha, e acha que era uma experiência que podia ser tentada porque eles têm capacidade e podem dar formação nas áreas todas que têm, neste momento, de mecânica, de electricidade, dadas as electrónicas que vão surgir com os novos eléctricos e, portanto, tinham aulas de manhã no estabelecimento escolar, à tarde eram transportados para essas oficinas onde tinham formação profissional e passavam a ter um currículo técnico-profissional e, assim, talvez fosse uma forma da Câmara atacar o problema do insucesso escolar e do abandono da escola. -----

----- De novo no uso da palavra, o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** disse achar que há um papel importante que a Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto pode ter e que é o seguinte: existe uma infra-estrutura espectacular neste Concelho, em termos de formação, que está subutilizadíssima, que é a Escola Militar de Electromecânica de Paço de Arcos e que pode ser a saída profissional para muitos alunos que não têm vocação no ensino tradicional. -----

----- Seguidamente, o **Senhor Vereador Emanuel Martins** disse verificar nos documentos que se diz, que se pretendem as prioridades mas a verdade é que Barcarena não tem nem segundo, nem terceiro ciclo, nem secundário e é a maior freguesia do Concelho e, portanto, a que tem o maior espaço físico do concelho. Esta freguesia, em dois mil e um, já tinha mais alunos por mil habitantes que Porto Salvo, Algés e andava muito perto de outras freguesias e, até, dada a impossibilidade de crescimento de algumas destas, ao contrário de Barcarena, esta tem crescido nestes últimos anos. Mais à frente no documento, verifica-se que a expectativa de crescimento é maior em Barcarena que nos outros casos todos, ou seja, quer a educação pré-escolar, onde Barcarena está com mais possibilidades (Barcarena tem em equipamentos do pré-escolar seiscentas e setenta e oito crianças contra trezentas e dez de Queijas, mais que Carnaxide, Porto Salvo, Linda-a-Velha, Algés e Cruz-Quebrada/Dafundo, só não tem mais que Oeiras e São Julião da Barra). Depois, aquilo que é, imediatamente, antecedente ao segundo e terceiro ciclos,

que é o ensino básico, também Barcarena tem mais que Paço de Arcos, Caxias, Cruz-Quebrada/Dafundo, Algés, Linda-a-Velha e Queijas. Embora o estudo reconheça essa necessidade, a Câmara não pode continuar, indeterminadamente, a dizer que é preciso, que Barcarena precisa, que faz sentido, que faz falta e que, pela demonstração da demografia, de facto, faz falta, mas as escolas do segundo e terceiro ciclo continuam sem ter qualquer prioridade para Barcarena. Perguntou, então o que é que a Câmara pode, ou quer fazer por isto, mas com dados objectivos, não é dizer que é um assunto que merece ponderação e que anda nas intenções, ou seja, das intenções aos factos o que é que o Senhor Vereador José Eduardo Costa lhe pode dizer sobre isto? -----

----- Respondendo, o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** disse que em “n” contactos, enquanto é Vereador da Educação, e a Senhora Presidente, enquanto Vereadora da Educação, nas reuniões que têm tido com o Ministério da Educação, no último Conselho Municipal de Educação, e é a primeira prioridade na página oitenta e cinco, é a construção da escola de Barcarena. A Câmara tem enviado “n” cartas para o Ministério a solicitar a construção da escola, tem também enviado, em resposta a sucessivos pedidos dos vários Directores Regionais, cartas da localização do terreno mas os Ministérios não têm dado prioridade. Este ano, graças à sua e à intervenção do Senhor Vereador Luís Pires, conseguiram transporte directo da Vimeca, para os alunos da Escola Número Um de Barcarena e da Número Dois de Leceia, que vai de Leceia/Barcarena para a Escola de São Bruno, uma vez que estas duas escolas estão englobadas na Escola de São Bruno e a maior parte dos seus alunos vinham para São Julião da Barra. Conseguiu-se, junto da Escola de São Bruno, que esta fizesse com que os alunos de Leceia e Barcarena ficassem com um horário compatível com o horário do transporte. Os alunos de Tercena frequentam o primeiro e segundo ciclo em Tercena e depois vão para as escolas de Massamá porque não há mais na freguesia e, por isso, os alunos de Barcarena, ou vão para Massamá, ou para a Noronha Feio, ou para São Bruno. Acha (e pensa que é unânime) que a



grande prioridade, neste momento, em termos de equipamentos escolares, é a construção da escola de segundo e terceiro ciclo. -----

----- De novo no uso da palavra o **Senhor Vereador Emanuel Martins** disse que há pouco o Senhor Vereador José Eduardo Costa referiu que, em situações de fronteira, a luz, a água, etc., os alunos de Massamá e etc., recorriam às escolas do Concelho em função da sua qualidade. O problema é que o que já existe na população do Concelho, em ensino básico e de escolas de infância, é um número, proporcionalmente, em relação aos outros, a ocupar os espaços do concelho e, quer se queira quer não, a Câmara sai penalizada disto. A verdade é que se trata, pelo espaço físico e pela condição demográfica da freguesia, que é de crescimento, de um contra-senso e a Câmara pode falar com todos os ministros, com todos os directores regionais mas se não aproveitar a força das pessoas e se não der mais visibilidade a esta sua “indignação”, de tal forma que comecem todos a perceber que não é, só, uma necessidade, que é indispensável, e, independentemente do esforço do Executivo, será toda uma freguesia que vai acabar por se virar contra a Câmara porque as pessoas não olham para o Governo porque não é este que constrói escolas e, se olharem para o lado, para Queijas, que tem menos habitantes, vão dizer que ali já havia uma escola, tivesse más condições, ou não, e que, agora, vão ter uma nova quando Barcarena não tem nenhuma. Por isso, acha que valia a pena dar uma nota mais significativa e pública desta necessidade e de alguma indignação por não a ver satisfeita, há tantos anos. -----

----- De novo no uso da palavra o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** disse ter tomado nota e agradeceu os esclarecimentos do Senhor Vereador José Eduardo Costa relativamente às questões que levantou e, nomeadamente, à circunstância da Carta Educativa ser, também, um instrumento dinâmico que pode acolher, depois, sugestões e propostas e pode ser regulada e reformada em função da própria realidade. Mas, sem prejuízo disso, continua a considerar, e o termo é mesmo “inaceitável” e tem que o dizer aqui, que em termos desta Carta Educativa não

venha caracterizada a situação insatisfatória da rede pública do pré-escolar. Uma Carta é uma Carta de diagnóstico da situação que aponta, também, medidas para a ultrapassar e, se todo o Executivo reconhece que, independentemente do esforço que - também, aqui o quer enaltecer - tem sido feito nos últimos anos, a oferta do Concelho, em termos da rede pública do pré-escolar, é manifestamente insuficiente e, mesmo que ao nível das IPSS tenha havido a participação da Câmara Municipal, recorda que há uma diferença essencial, pois enquanto na rede pública do pré-escolar as famílias não pagam nas IPSS, apesar do pagamento ser indexado ao rendimento, há pagamento e, portanto, isso é penalizador para quem reside e trabalha no Concelho de Oeiras que, quando se compara com outros concelhos, volta a sublinhar esse aspecto, e o carácter do que a Câmara tem feito e o carácter pioneiro e inovador deste concelho em muitas áreas, se calhar terão que reconhecer que no plano educativo e, nomeadamente, ao nível do pré-escolar, o Concelho está aquém doutros. Acha que esta situação devia vir caracterizada na Carta Educativa e, sobretudo, na página oitenta e cinco. Quando o Executivo aponta necessidades, devia, nem que fosse em termos genéricos, falar na necessidade de reforçar a rede pública do pré-escolar. ---

----- Continuando, disse que, relativamente ao primeiro ciclo do ensino básico, também, era importante terem esses dados, pois reconhece que uma Carta tem que trazer o levantamento e o diagnóstico da situação. Se é certo que haverá situações de fronteira em que crianças, por razões várias, preferem as escolas do primeiro ciclo do ensino básico do Concelho, e esta é, seguramente, a situação da Escola Número Cinco de Oeiras, e quando fala em razões várias, provavelmente, uma dessas razões tem que ver, não com a preferência pela escola do primeiro ciclo. Também se pode verificar que há crianças que residem no Concelho de Oeiras que vão para outras escolas e também seria importante recolher esses dados, porque poderá haver situações dessas. De qualquer forma, e tomou boa nota das informação do Senhor Vereador José Eduardo Costa que são, extremamente, úteis numa perspectiva dinâmica de previsão e de evolução da situação mas, em termos da capacidade instalada ao nível do primeiro ciclo do



ensino básico, mantém algumas reservas que resultam destes dois factos, quer da situação que já está caracterizada ao nível do pré-escolar e consultando os quadros e os gráficos da Carta Educativa verifica-se que há uma relativa estabilização, ou um crescimento diminuto, ao nível do primeiro ciclo e até há uma descida ao nível do secundário mas, como se está a verificar um aumento ao nível do pré-escolar, esse vai-se reflectir ao nível do primeiro ciclo. Por isso, mantém-se as dúvidas relativamente à necessidade de equacionar a rede pública do primeiro ciclo do Concelho, até porque, como o Senhor Vereador José Eduardo Costa reconheceu, verificando que a partir do momento em que se instala o refeitório e se proporciona a refeição, a procura cresce exponencialmente. Portanto, ao nível de todo o concelho, pensa que essa preocupação deve ficar manifestada, também.

----- Seguidamente, chamou a atenção para a página cinco, quando se fala em Opções Estratégicas para Oeiras (e iriam iniciar uma discussão conceptual, relativamente ao que é paradigma, objectivo, valor, conceito), pois pensa que tem de haver numa Carta Educativa algum cuidado ao nível do rigor conceptual utilizado, achando que há uma certa confusão relativamente a objectivos estratégicos no plano educativo e que competem, até, ao Governo e à Assembleia da República e a questões que têm que ver com competências próprias, ou com uma intervenção concreta e específica da Câmara Municipal de Oeiras, o que devia ser distinguido porque, por um lado, podem subscrever opções estratégicas da política educativa do País, que vão no sentido de realçar a identidade nacional, alargar o horizonte de interesse dos jovens, preparar para a cooperação e interdisciplinaridade e isto tem a ver com objectivos da política educativa e, depois, há questões concretas que têm a ver com competências das autarquias e aí, sim, o Executivo deve sublinhar que está, estrategicamente, apostado em intervir nessa área, construir espaços educativos com qualidade e requalificar espaços educativos já existentes. No entanto, falta uma opção estratégica fundamental onde as câmaras têm um papel importante a desempenhar que é contribuir para a inserção comunitária da escola e para a ligação do ensino ao

meio, como já foi dito e a Câmara está a fazer, mas podia, na área da formação profissional, ter um papel mais intervventivo. Numa futura Carta Educativa pensa que, ao nível dos conceitos, das opções estratégicas, das competências próprias e específicas da Câmara Municipal, isto deve ser mais bem trabalhado, se lhe é permitida a sugestão.-----

----- Uma vez que o Executivo está confrontado com a Carta Educativa, perfilha que estejam todos de acordo com a urgência de se construir a escola em Tercena mas, a Carta Educativa tem que se limitar a referir essa necessidade; depois, a reivindicação no sentido dela se construir é sede de outras intervenções, em termos de Plano de Actividades, PIDDAC, de reivindicação da moção que a própria Câmara Municipal deve fazer, concretamente, neste caso, em sede de PIDDAC porque essa escola continua a não vir contemplada na proposta de PIDDAC para o Concelho de Oeiras, para dois mil e cinco. -----

----- Resumindo, a sua posição em relação à Carta Educativa, começando por manifestar o seu apreço pelo trabalho dos serviços na elaboração da mesma, que corresponde a uma necessidade que todo o Executivo vinha sentindo, é que, de facto, não está preparado para votar, favoravelmente, esta Carta Educativa se ela não contiver na página oitenta e cinco a indicação de que é imperioso reforçar a rede pública do pré-escolar. De modo nenhum significa qualquer falta de apreço pelo trabalho desenvolvido mas considera que esta é uma lacuna importante que está identificada e que uma Carta Educativa deve conter.-----

----- Intervindo a **Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto** disse que a intervenção do P.S. vai nessa linha, como, aliás, já todos o definiram na primeira intervenção que fizeram. As dúvidas que a aprovação, ou a votação favorável desta Carta Educativa lhes podiam suscitar, prendem-se com esta situação do prospectivo, ou seja, daquilo que uma Carta Educativa deve ter em relação às previsões do futuro porque relativamente a todo o resto do documento, não podem, de maneira nenhuma, deixar de dizer que está construído com extremo cuidado, reflecte a realidade do Concelho, sendo pena que esta não seja a que gostariam que fosse em termos de



alguns equipamentos. Evidentemente que ela está construída de acordo com aquilo que existe e houve uma grande preocupação em fazê-la com muito profissionalismo, cuidado e empenho e querem salvaguardar isto em relação a todos quantos intervieram na feitura desta Carta. Agora, na verdade, o Executivo tem que pensar que isto é um instrumento para os fazer reflectir sobre as necessidades educativas do concelho e é com esse propósito que o P.S. quer frisar, bem, esta situação, não só do pré-escolar como, também, dos ATL porque sabe que o ensino envolve algum dispêndio, em termos de orçamento, mas todos devem pensar que o ensino, como diz a Constituição, deve ser, tendencialmente, gratuito e público e como o P.S. perfilha esta situação e estão de acordo com ela, não podem deixar de referir que ela tem que reflectir uma preocupação muito grande com esta situação. A situação do pré-escolar não satisfaz o P.S. em termos do presente e, consequentemente, em termos do futuro e, portanto, essa necessidade devia ser muito bem reforçada, assim como dos ATL. A situação da escola de Barcarena, que parece gritante, devia estar, de alguma forma, salientada em termos de necessidades para o futuro e, por isso, devia de haver um reforço em relação à apresentação desta necessidade para que quem pegue nesta Carta Educativa tenha a noção efectiva das necessidades do futuro, daquilo que se pretende, não podendo ser uma vaga apresentação dessas necessidades, ou seja, não é por estas apenas virem numa página que o diz porque, às vezes, de uma forma sintética, pode-se fazer muita coisa. O facto dessa situação vir numa forma tão sucinta como a apresentada, também preocupa o P.S. e é, só, por isso que esta Carta Educativa não lhes merecerá o voto favorável mas, evidentemente, que não estão contra e aproveita a ocasião para dizer que a vereação PS vai apresentar uma moção no sentido de reforçar, às instâncias devidas, a sua vontade de mostrar, a breve trecho e de uma forma acintosa, que querem ver a freguesia de Barcarena contemplada com o equipamento escolar que lhe faz falta, há anos. -----

----- Intervindo o **Senhor Vice-Presidente**, disse julgar que, daquilo que presumiu das intervenções feitas pelos Senhores Vereadores, quer o Senhor Vereador Arnaldo Pereira quer o

grupo do PS e ele próprio, PSD, são todos unâimes em considerar que deverá haver qualquer coisa que refira que a Câmara, em termos estratégicos, continua a apostar no futuro do reforço da capacidade da rede pública do pré-escolar, assim como a outra situação que a Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto referiu, que fosse clara e, inequivocamente, expresso que era estratégico para a Câmara Municipal e que ficasse plasmado nesta Carta, dar prioridade à construção de uma escola de terceiro ciclo na freguesia de Barcarena. Nessa segunda parte (julga estarem todos de acordo) que é uma das prioridades e está dada como primeira prioridade, perguntaria ao Senhor Vereador José Eduardo Costa se não seria fácil, fruto desta discussão na Câmara, integrar essa preocupação, interrompendo o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** para dizer que era necessário um reforço do sistema educativo de Oeiras que integre, em primeiro, o caso de Barcarena que é o mais gritante, em segundo, o reforço da capacidade da rede pública do pré-escolar, em terceiro, instalação do primeiro e segundo ciclos e jardim de infância no Alto de Santa Catarina, freguesia de Linda-a-Velha, em quarto, mudavam os números e depois poderiam pôr, talvez, qualquer coisa relativa aos Centros de Tempos Livres - aumento da oferta de Centros de Tempos Livres nas escolas da rede pública, volvendo o **Senhor Vice-Presidente** que se alterassem esta ordem na reunião de Câmara e nas suas folhas, seria esse o documento que estariam em condições de votar.

----- Prosseguindo, o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** disse que ficava assim: o segundo passava a terceiro - reforço da capacidade da rede pública do pré-escolar, em sexto - aumento da oferta de Centros de Tempos Livres nas escolas da rede pública, volvendo o **Senhor Vereador Emanuel Martins** se seria possível reforçar a ideia da urgência da construção da escola na freguesia de Barcarena e queria dizer, também, que, considerando o que se falou há pouco, o P.S. mantém a intenção de apresentar a moção para que se possa tornar público e acha que era interessante que o Executivo fizesse uma moção nesse sentido aos Órgãos do Poder Central para que possa ter uma situação pública.



----- Antes de escrever no original, o **Senhor Vice-Presidente** disse querer rever com os Senhores Vereadores em que situação ficou, então, o Programa de Reforço do Sistema Educativo de Oeiras: em primeiro - instalação, com carácter de urgência do primeiro, segundo e terceiro níveis de ensino na freguesia de Barcarena; segundo - reforço da capacidade da rede pública do pré-escolar; terceiro - instalação de primeiro, segundo ciclo e jardim de infância no Alto de Santa Catarina, freguesia de Linda-a-Velha (pressupondo a desafectação urgente da escola do Dafundo); quarto - instalação do jardim de infância e primeiro ciclo, segundo ciclo em Queijas (segunda fase da urbanização Praxis); quinto - instalação do primeiro e segundo ciclos no Alto de Algés; sexto - aumento da oferta de Centros de Tempos Livres nas escolas da rede pública, voltando o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** que, talvez, se justificasse um sétimo ponto que seria o seguinte: reforço da articulação entre o ensino regular e o ensino profissional, estimulando a criação deste.-----

----- De novo no uso da palavra a **Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto** disse que a sua intervenção de há pouco ia no sentido de que o Ministério da Educação tem que, rapidamente, dialogar com o Ministério do Trabalho porque o ensino profissional, neste momento, está dependente deste Ministério e não pode, tendo que haver uma articulação porque é o sistema educativo que tem de ser mudado, pois a escola não pode continuar a ser o que é, fechada para a realidade das necessidades do País que pede uma adaptação urgente das ofertas do sistema educativo.-----

----- Como última sugestão, o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** repetiu que numa futura Carta Educativa se devem distinguir as opções estratégicas que relevam da política nacional educativa e aquelas que dizem respeito às competências específicas da Autarquia, mas, então, propunha que na página cinco, em romano, ficasse mais um item que seria - “contribuir para a ligação da escola ao meio e do ensino à vida”. -----

----- De novo no uso da palavra, o **Senhor Vice-Presidente** disse ir pôr à votação, a Carta

Educativa, pois pensa que o consenso foi obtido através destas alterações, ou melhor, contributos e, portanto, pensa poder considerar que o documento será aprovado por unanimidade, volvendo a **Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto** que ela própria e os seus camaradas gostariam de reforçar que mudaram agora os seus sentidos de voto, justamente, porque viram contempladas na Carta Educativa estas preocupações que foram reforçadas e não irão deixar de apresentar a tal moção no sentido de reforçar as suas preocupações para que as instâncias do Poder, a outro nível, possam ver e perceber as suas preocupações para que a discussão não fique só em circuito fechado.-----

----- III - A Câmara por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

----- IV - Intervindo o senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “Votei favoravelmente a Carta Educativa do Concelho de Oeiras pelas seguintes razões principais: -----

----- Um - Por terem sido acolhidas as propostas de aditamento ao ponto dois ponto três, (Previsão de necessidades de escolas e níveis de ensino) que apresentei, a saber: -----

----- Um.um - Reforço da rede pública do pré-escolar (creches e jardins de infância), cuja oferta é manifestamente deficitária e não se pode considerar compensada pelos estabelecimentos geridos pelas Ipss; -----

----- Um.dois - Aumento da oferta de actividades dos tempos livres (CTL) por parte da rede pública do pré-escolar e do Primeiro Ciclo do Ensino Básico, de forma a dar uma resposta mais satisfatória às necessidades das famílias, cuja vida profissional não se compadece com os horários normais desses estabelecimentos, e tendo também em conta a situação das mais carenciadas, que não possuem recursos para suportar a frequência dos CTL's pelos seus educandos; -----

----- Um.três - Melhor articulação entre a formação profissional e o ensino regular, seja



mediante o estabelecimento de parcerias diversas com entidades públicas e privadas, seja através de um empenhamento mais efectivo da Câmara na criação de centros de formação, com especial incidência em zonas do Concelho com maiores índices de abandono e insucesso escolares; -----

----- Dois - Pela circunstância de o Senhor Vereador da Educação ter informado que a Carta mereceu o parecer favorável do Conselho Municipal de Educação; -----

----- Três - Por considerar que esta Carta, apesar das suas lacunas, é um instrumento de extrema importância e urgência para a definição e planificação da intervenção da Câmara Municipal numa área essencial para o desenvolvimento do concelho, como é a Educação; -----

----- Quatro - E, finalmente, pelo compromisso aqui assumido de que este não é um documento fechado, antes permanece aberto a contributos que permitam melhorá-la e enriquecê-la, tanto no plano do diagnóstico, como na sua vertente prospectiva, tarefa que se afigura essencial para uma melhor fundamentação e mais rigorosa programação, designadamente no plano dos investimentos, da política educativa a prosseguir no Concelho. -----

----- Não obstante estas razões e reconhecendo embora o méritos dos serviços e técnicos envolvidos na sua elaboração, a quem manifesto o meu apreço pelo trabalho desenvolvido, a Carta Educativa padece, a meu ver, de omissões e insuficiências várias, que não posso deixar de apontar sumariamente aqui, esperando que possam ser colmatadas com a brevidade possível. ----

----- Assim, a Nota Introdutória deveria ter caracterizado o conceito, objecto e objectivos da Carta Educativa em conformidade com o enquadramento legal aplicável, o qual, aliás, nem sequer é mencionado: o Decreto-Lei número sete, de dois mil e três, de quinze de Janeiro. E deveria ter também explicitado o papel do Conselho Municipal de Educação no processo da sua elaboração, de acordo com o estipulado no artigo quarto, número um alínea b) do referido diploma legal. Outro aspecto que convém ser melhorado, é a formulação e fundamentação das opções estratégicas apontadas, sendo importante clarificar aquelas que se reportam a princípios e valores abstractos que têm que ver com a política educativa do país e as que decorrem de

atribuições e competências autárquicas que devem vincular mais especificamente a Câmara Municipal. Surpreendentemente, entre esses princípios gerais não figurava um que passa a estar incluído por proposta minha e na concretização do qual o Município tem uma particular responsabilidade: a ligação da escola ao meio e do ensino à vida, problemas e realidades locais.-

----- Mas, mais do que estas omissões, que se devem certamente a lapso, e clarificações conceptuais, o que importa sublinhar é que esta Carta Educativa está ainda muito longe de corresponder às exigências e requisitos legais a que tem de obedecer, apresentando um notório desequilíbrio entre as duas partes que a compõem: «O Sistema Educativo do Concelho de Oeiras» (setenta e duas páginas) e «A Política Educativa no Concelho de Oeiras» (apenas doze páginas). Significa isto que os objectivos fundamentais da carta, a análise prospectiva, o diagnóstico estratégico, as projecções de desenvolvimento e a proposta de intervenção relativamente à rede pública, são ou apenas ligeiramente aflorados, nuns casos, ou completamente omitidos, noutras. A lacuna mais notória diz respeito aos elementos preconizados no número dois do artigo décimo oitavo do Decreto-Lei acima citado: (a) Relatório que mencione as principais medidas a tomar e a sua justificação; (b) Programa de execução, com a calendarização das medidas constantes do relatório; (c) Plano de financiamento, com a estimativa do custo das realizações propostas e com a menção das fontes de financiamento e das entidades responsáveis pela sua execução. Outras lacunas e insuficiências existem, como as relativas ao desporto escolar (omitido), à acção social escolar (objecto de uma resumida descrição que não dá conta dos problemas e carências existentes), às implicações da multiculturalidade no sistema educativo (omitidas), ao ensino profissional (tratado pela rama), ao papel do Ensino Superior, designadamente na sua vertente de ligação ao meio e aos pólos de investigação e inovação existentes no Concelho, etc.” -----

----- Os documentos em causa, dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados em Pasta Anexa ao Livro de Actas, nos termos do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco



mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, de oitenta e dois, de dezanove de Agosto. -----

10 - PROPOSTA N.º 1504/04 - EMPREITADA DESTINADA À SUBSTITUIÇÃO DAS REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA MANUEL ALPEDRINHA E ARRUAMENTOS CONFLUENTES, NA REBOLEIRA, NO CONCELHO DA AMADORA - SMAS: -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pela Senhora Presidente:-----

----- “O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, em reunião ordinária de vinte e cinco de Outubro de dois mil e quatro, deliberou por unanimidade aprovar a adjudicação da empreitada destinada à substituição das redes de abastecimento de água na Rua Manuel Alpedrinha e arruamentos confluentes, na Reboleira, no Concelho da Amadora, à empresa António Filipe Teodósio & Companhia, Limitada, pelo valor de noventa e nove mil trezentos e vinte euros e dois cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com celebração de contrato escrito, tendo em conta a proposta de deliberação junta ao processo. -----

----- Face ao exposto, proponho: -----

----- Um - A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos SMAS, de aprovação da adjudicação da empreitada destinada à substituição das redes de abastecimento de água na Rua Manuel Alpedrinha e arruamentos confluentes, na Reboleira, no Concelho da Amadora, à empresa António Filipe Teodósio & Companhia, Limitada, pelo valor de noventa e nove mil trezentos e vinte euros e dois cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Dois - A celebração de contrato escrito.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

11 - PROPOSTA Nº. 1505/04 - EMPREITADA DESTINADA À LIGAÇÃO DA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE VALEJAS AO EMISSÁRIO DO JAMOR, NO CONCELHO DE OEIRAS - SMAS:-----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pela Senhora Presidente: -----

----- “O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, em reunião ordinária de vinte cinco de Outubro de dois mil e quatro, deliberou por unanimidade aprovar a adjudicação da empreitada destinada à ligação da rede de drenagem de águas residuais domésticas de Valejas ao emissário do Jamor, no Concelho de Oeiras, à empresa Armando Cunha, Sociedade Anónima, pelo valor de noventa e nove mil novecentos e dez euros e oitenta cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com celebração de contrato escrito, tendo em conta a proposta de deliberação junta ao processo. -----

----- Face ao exposto, proponho: -----

----- Um - A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos SMAS, de aprovação da adjudicação da empreitada destinada à ligação da rede de drenagem de águas residuais domésticas de Valejas ao emissário do Jamor, no Concelho de Oeiras, à empresa Armando Cunha, Sociedade Anónima, pelo valor de noventa e nove mil novecentos e dez euros e oitenta cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Dois - A celebração de contrato escrito.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

----- Nesta altura entrou na sala a Senhora Presidente.-----

12 - PROPOSTA Nº. 1507/04 - EMPREITADA DESTINADA À SUBSTITUIÇÃO DAS REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA AV^a. GORGEL DO AMARAL, NA FREGUESIA DA DAMAIA, CONCELHO DA AMADORA - SMAS:-----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----



----- “O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, em reunião ordinária de vinte e cinco de Outubro de dois mil e quatro, deliberou por unanimidade aprovar os trabalhos a mais referentes à empreitada destinada à substituição das redes de abastecimento de água na Avenida Gorgel do Amaral, na Freguesia da Damaia, no Concelho da Amadora, à empresa Valtécnica - Sociedade Técnica Projectos e Obras, Limitada, pelo valor de dezassete mil quatrocentos e noventa e três euros, acrescido de IVA. à taxa legal em vigor, com celebração de contrato adicional ao contrato de empreitada, tendo em conta a proposta de deliberação junta ao processo. -----

----- Face ao exposto, proponho: -----

----- Um - A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos SMAS, da aprovação de trabalhos a mais da empreitada destinada à substituição das redes de abastecimento de água na Avenida Gorgel do Amaral, na Freguesia da Damaia, no Concelho da Amadora, à empresa Valtécnica - Sociedade Técnica Projectos e Obras, Limitada, pelo valor de dezassete mil quatrocentos e noventa e três euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Dois - A celebração de contrato adicional ao contrato de empreitada.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

13 - PROPOSTA N.º 1508/04 - EMPREITADA DESTINADA À SUBSTITUIÇÃO DAS REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ALFORNELOS (5.ª. FASE), NO CONCELHO DA AMADORA - SMAS: -----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, em reunião ordinária de vinte e cinco de Outubro de dois mil e quatro, deliberou por unanimidade aprovar a adjudicação da empreitada destinada à substituição das redes de abastecimento de água em Alforneiros (Quinta Fase), no Concelho da Amadora, à empresa Valtécnica, Limitada, pelo valor de noventa e três mil quinhentos e oito euros, acrescido

de IVA à taxa legal em vigor, com celebração de contrato escrito, tendo em conta a proposta de deliberação junta ao processo.-----

----- Face ao exposto, proponho:-----

----- Um - A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos SMAS, de aprovação da adjudicação da empreitada destinada à substituição das redes de abastecimento de água em Alforneiros (Quinta Fase), no Concelho da Amadora, à empresa Valtécnica, Limitada, pelo valor de noventa e três mil quinhentos e oito euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

----- Dois - A celebração de contrato escrito.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

----- Nesta altura saiu da sala o Senhor Vice-Presidente.-----

14 - PROPOSTA Nº. 1513/04 - PERMUTA DE TERRENOS NO ÂMBITO DO PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO Nº. 144, E.N. 249-3 - VARIANTE PORTO SALVO:-----

----- Esta proposta, por sugestão da Senhora Presidente, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser votada em próxima reunião.-----

15 - PROPOSTA Nº. 1540/04 - ANULAÇÃO DE RECEITA CORRESPONDENTE A CHEQUE SEM PROVISÃO:-----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “Pelo serviço de Tesouraria foi dado conhecimento de que Célia Maria A. Bastos Pereira Inácio, pagou a guia zero um - treze mil oitocentos e dezassete em nome de Complexo Miraf. A. Similares, Limitada, com o cheque número cinco biliões oitocentos e onze milhões cinquenta e um mil quinhentos e catorze da Caixa Geral de Depósitos, na importância de dois mil seiscentos e sessenta euros e cinquenta e nove cêntimos, tendo sido devolvido por falta de provisão.-----

----- Propõe-se assim nos termos do número um do artigo segundo do Decreto-Lei



número cento e setenta e seis, de setenta e dois, de vinte e cinco de Maio, que seja anulada a receita do valor de dois mil seiscentos e sessenta euros e cinquenta e nove cêntimos, correspondente ao cheque sem provisão.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

-----Nesta altura entrou na sala o Senhor Vice-Presidente. -----

16 - PROPOSTA Nº. 1541/04 - CONCESSÃO DE MEDALHAS A BOMBEIROS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OEIRAS:-----

-----I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Nos termos de Regulamento das Condecorações Municipais, actualmente em vigor, e de acordo com a solicitação da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oeiras, proponho que em sessão solene comemorativa do centésimo décimo terceiro aniversário daquela Associação, que terá lugar no próximo dia vinte e um de Novembro de dois mil e quatro, sejam atribuídas as seguintes condecorações aos bombeiros voluntários que se distinguiram pelo zelo, assiduidade, dedicação e exemplar comportamento no exercício do seu cargo, cumulativamente com o número de anos de serviço prestado:-----

----- Três Medalhas Municipais de Dedicação Pública Terceira Classe - vinte anos de serviço-----

----- Uma Medalha Municipal de Dedicação Pública Quarta Classe - dez anos de serviço. -----

----- Os bombeiros voluntários que reúnem as condições exigidas, para atribuição das referidas condecorações, de acordo com a proposta do Presidente da Direcção, Agostinho Cruz, são os seguintes: -----

----- Medalha Municipal de Dedicação Pública de Terceira Classe (vinte anos de serviço):

----- Rui Santos - Chefe; -----

----- João Pereira - Sub-Chefe, -----

----- - António Nascimento - Bombeiro de Terceira Classe, -----

----- Medalha Municipal de Dedicação Pública de Quarta Classe (dez anos de serviço):---

----- - Paulo Pimentel - Bombeiro de Primeira Classe.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

17 - PROPOSTA Nº. 1542/04 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LINDA-A-PASTORA PARA GRANDES REPARAÇÕES EM VIATURAS: -----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Submete-se à aprovação do Executivo Camarário a atribuição de um subsídio no valor de quatro mil duzentos e oitenta e cinco euros e setenta e um cêntimos, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Linda-a-Pastora, para grandes reparações em viaturas e equipamentos.” -----

----- II - Intervindo, o **Senhor Vereador Emanuel Martins** perguntou de que viatura se trata, na medida em que a proposta refere que o subsídio é para reparações em viaturas e como o valor é um pouco elevado, gostaria de obter informações a esse respeito, esclarecendo o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** que este valor se enquadra no plafond que é, anualmente, repartido pelas sete corporações de bombeiros, que posteriormente têm que apresentar facturas. -

----- No caso concreto o orçamento, junto, diz que os bombeiros pagaram seis mil e sessenta e nove euros pela reparação de bomba, substituição da turbina de baixa pressão, rectificação do veio, rolamento e vedantes, da viatura matrícula trinta e nove-trinta e três-IN. ---

----- O **Senhor Vereador Emanuel Martins** inquiriu se não se tratou de um acidente, respondendo o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** negativamente. Esclareceu que, apesar de eles terem pago seis mil euros, a Câmara só aprova os quatro mil porque é o plafond que eles têm.-----

----- O **Senhor Vereador Luís Pires** perguntou qual é o critério, se a Câmara distribui



subsídios e eles depois apresentam facturas, ou se eles apresentam as necessidades para depois serem apoiados, esclarecendo o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** que, para grandes reparações em viaturas e equipamentos, há um plafond pré-definido a dividir pelas sete corporações e eles depois apresentam facturas das reparações, até ao montante atribuído, volvendo o **Senhor Vereador Luís Pires** que seria mais coerente a Câmara apoiar as reparações que eles necessitassem de fazer, até um determinado montante, argumentando o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** que é isso que se faz, opinando o **Senhor Vereador Luís Pires** que não é bem isso, pelo que sugeriu que, havendo uma reparação a fazer, a Câmara apoie caso a caso, atalhando o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** que acaba por ser a mesma coisa, dado que eles têm um plafond e a Câmara subsidia mediante esse plafond.-----

-----Continuando, disse que as Grandes Opções do Plano para este ano foram alteradas, na medida em que se davam verbas aos bombeiros para aquisição de algum tipo de equipamento e depois o secretariado comprava. Acabou com isso e, para o próximo ano, cada corporação diz as suas necessidades, a Câmara faz a respectiva aferição e compra; agora em termos de reparação de viaturas isso não lhe parece lógico, volvendo o **Senhor Vereador Luís Pires** que, na sua opinião, não devia haver plafonds e os bombeiros deviam ser apoiados mediante as possibilidades financeiras, observando o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** que isso nem deve ser pensado.-----

-----No uso da palavra o **Senhor Vereador Jorge Barreto Xavier** disse que isso passaria a ser uma faca de dois gumes porque, assim, eles têm esse plafond e, mais do que isso, não pedem; caso contrário, haveria outros a pedir muito mais e negociar a situação um a um é mais complicado, atalhando o **Senhor Vereador Luís Pires** que se deve reparar aquilo que precisa de reparação e não inventar reparações para receber mais do que aquilo que está em plafond, inquirindo o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** como é que se sabe?-----

-----Intervindo o **Senhor Vereador Emanuel Martins** lembrou que já houve discussões

várias que, também, serviram para referir o mérito que os bombeiros do concelho têm pelas várias missões que têm desempenhado. -----

----- Mantém essa apreciação, mas, a bancada do P.S. gostaria de obter mais informações, para fazer um estudo sobre o trabalho dos bombeiros, a afectação de capitais, como se devia ou podia gerir isso com mais eficácia e melhores condições, de modo que, no final do ano, gostaria de receber um relatório detalhado da afectação das verbas distribuídas aos bombeiros e para onde foram direcionadas, na medida em que, na sua opinião, a Câmara precisa de saber o interesse de ter sete corporações desse tipo, com determinadas unidades funcionais, mais ou menos condições, etc., para que a transparência seja inequívoca e a eficácia dessas verbas possa ser avaliada e para não se andar, sempre, a perguntar o motivo da atribuição dos subsídios e; até, obter-se uma solução do compromisso mais conseguida.-----

----- III - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

18 - PROPOSTA Nº. 1543/04 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CARNAXIDE PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DIVERSO: -----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Submete-se à aprovação do Executivo Camarário a atribuição de um subsídio no valor de doze mil cento e quarenta e dois euros e oitenta e seis cêntimos, à Associação dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide, para aquisição de equipamento diverso.” -----

----- II - Intervindo o **Senhor Vereador Emanuel Martins** lembrou que já anteriormente chamou a atenção para este tipo de proposta que diz que é para aquisição de equipamento diverso, perguntando que equipamento é esse, porque a Câmara não pode aprovar equipamento diverso, tem que saber o que aprova, explicando o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** que os Bombeiros de Carnaxide compraram uma viatura pequena, pagaram a primeira tranche e a Câmara pagou o restante.-----



----- De novo no uso da palavra o **Senhor Vereador Emanuel Martins** disse que assim já se sabe que os bombeiros compraram uma viatura, devendo a proposta, em vez de dizer equipamento diverso, dizer efectivamente para o que era, esclarecendo o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** que se põe títulos assim por causa das rubricas, mas também se poderá passar a mencionar o tipo de equipamento.-----

----- III - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

19 - PROPOSTA Nº. 1544/04 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À UNIÃO RECREATIVA DO DAFUNDO, DESTINADO A COMPARTICIPAR AS OBRAS DA REFERIDA COLECTIVIDADE:-----

----- I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “No âmbito da comparticipação a atribuir pela Câmara para a execução da obra referida em epígrafe, veio a União Recreativa do Dafundo solicitar a atribuição de um subsídio. -

----- A fiscalização do Departamento de Projectos Especiais foi informada que a empresa adjudicatária daquela empreitada remeteu ao dono de obra o sétimo auto relativo a trabalhos já executados. -----

----- A colectividade solicitou apoio técnico ao Departamento de Projectos Especiais com vista à análise do referido auto, a fim de lhes ser atribuído um subsídio naquele valor. -----

----- Por meio da informação número duzentos e sessenta, de dois mil e quatro, Departamento de Projectos Especiais/Equipamento, os serviços informam que a obra foi executada de acordo com o projecto fornecido pela Câmara.-----

----- O valor do subsídio solicitado pela colectividade é de setenta e quatro mil cento e sessenta e seis euros e quarenta e três cêntimos. -----

----- Assim, e em face ao acima exposto propõe-se:-----

----- A atribuição de um subsidio no valor de setenta e quatro mil cento e sessenta e seis euros e quarenta e três cêntimos, à União Recreativa do Dafundo.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

20 - PROPOSTA Nº. 1545/04 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO SPORTING CLUBE DE LINDA-A-VELHA, DESTINADO A COMPARTICIPAR A INSTALAÇÃO DOS POSTOS DE ILUMINAÇÃO NO PARQUE DESPORTIVO: -----

----- I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “No âmbito da aprovação do Plano para o Parque Desportivo para o Sporting Clube de Linda-a-Velha, o clube solicita a atribuição de um subsídio para a instalação dos postes de iluminação.-----

----- As obras foram realizadas de acordo com o projecto.-----

----- A fiscalização do Departamento de Projectos Especiais verificou a instalação das obras em causa.-----

----- O valor do subsídio solicitado é de dez mil euros e sete cêntimos.-----

----- Assim propõe-se: -----

----- Que seja atribuído à colectividade no montante de dez mil euros e sete cêntimos.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

21 - PROPOSTA Nº. 1546/04 - PAVILHÃO DESPORTIVO DA ESCOLA SECUNDÁRIA LUÍS DE FREITAS BRANCO - 6º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS NORMAIS: -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “A empreitada do Pavilhão Desportivo da Escola Secundária Luís de Freitas Branco - Paço de Arcos, foi adjudicada à empresa Manuel Rodrigues Gouveia, Sociedade Anónima, pelo valor de um milhão cento e noventa e três mil setecentos e quarenta euros e cinquenta e cinco cêntimos, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.-----

----- Foram já executados e aprovados os trabalhos referentes ao primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto auto de medição no valor total de oitocentos e cinquenta e dois mil novecentos e nove euros e oitenta e um cêntimos.-----



----- Pela fiscalização do Departamento de Projectos Especiais foi elaborado, no âmbito da empreitada supra o sexto auto de medição de trabalhos contratuais no valor de cento e vinte e sete mil duzentos e oitenta e oito euros e dez cêntimos, faltando realizar trabalhos correspondentes ao valor de duzentos e treze mil quinhentos e quarenta e dois euros e sessenta e quatro cêntimos. -----

----- A fiscalização do Departamento de Projectos Especiais em visita ao local, verificou que os trabalhos foram executados de acordo com o caderno de encargos. -----

----- Assim e em face ao acima exposto, propõe-se: -----

----- A aprovação e subsequente liquidação do presente auto de medição, no valor de cento e vinte e sete mil duzentos e oitenta e oito euros e dez cêntimos, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, no valor de seis mil trezentos e sessenta e quatro euros e quarenta e um cêntimos, totalizando a importância de cento e trinta e três mil seiscentos e cinquenta e dois euros e cinquenta e um cêntimos.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

22 - PROPOSTA Nº. 1547/04 - PAVILHÃO DESPORTIVO DA ESCOLA SECUNDÁRIA LUÍS DE FREITAS BRANCO - 7º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS NORMAIS: -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “A empreitada do Pavilhão Desportivo da Escola Secundária Luís de Freitas Branco - Paço de Arcos, foi adjudicada à empresa Manuel Rodrigues Gouveia, Sociedade Anónima, pelo valor de um milhão cento e noventa e três mil setecentos e quarenta euros e cinquenta e cinco cêntimos, acrescido do IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Foram já executados e aprovados os trabalhos referentes ao primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto e sexto autos de medição no valor total de novecentos e oitenta mil cento e noventa e sete euros e noventa e um cêntimos. -----

----- Pela fiscalização do Departamento de Projectos Especiais foi elaborado, no âmbito

da empreitada supra o sétimo auto de medição de trabalhos contratuais no valor de cento e trinta e dois mil quatrocentos e dezasseis euros e vinte e oito cêntimos, faltando realizar trabalhos correspondentes ao valor de oitenta e um mil cento e vinte e seis euros e trinta e seis cêntimos. --

----- A fiscalização do Departamento de Projectos Especiais em visita ao local, verificou que os trabalhos foram executados de acordo com o caderno de encargos. -----

----- Assim e em face ao acima exposto, propõe-se: -----

----- A aprovação e subsequente liquidação do presente auto de medição, no valor de cento e trinta e dois mil quatrocentos e dezasseis euros e vinte e oito cêntimos, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, no valor de seis mil seiscentos e vinte euros e oitenta e um cêntimos, totalizando a importância de cento e trinta e nove mil trinta e sete euros e nove cêntimos.” -----

----- II - O **Senhor Vereador Emanuel Martins** inquiriu se este pavilhão vem no PIDDAC, esclarecendo o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** que, quer o Pavilhão Jesus Correia, da Escola Secundária Luís de Freitas Branco, em Paço de Arcos, quer o Pavilhão da Escola Noronha Feio, em Queijas, foram construídos no âmbito de um protocolo com a DREL, acrescentando que, nestes pavilhões de utilização comunitária, a Câmara comparticipa com determinada verba, que equivale, mais ou menos, a um terço mas, em termos reais, acaba por ser mais, na medida em que foi necessário adaptar o projecto, fazer as infra-estruturas, preparar o terreno, etc.. -----

----- Intervindo o **Senhor Vereador Emanuel Martins** perguntou se, em termos da avaliação de custos, a participação da Câmara, para se fazer o pavilhão, poderia isso tudo ser levado em linha de conta para fazer parte do cômputo total com vista a haver menos custos para a Autarquia, opinando o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** que concorda que deviam. No entanto, as condições estabelecidas pela DREL para a construção de pavilhões é que o terreno já deve estar preparado para acolher o equipamento, por isso não entra no cômputo das contas, assim como a responsabilidade da ligação de infra-estruturas, também, é da Câmara. -----



-----O **Senhor Vice-Presidente** lembrou que, quando foi para fazer a EB Dois, Três, de Caxias e o Pavilhão de São Bruno, como o terreno era ligeiramente inclinado, a Câmara teve que fazer a terraplanagem.-----

-----No uso da palavra o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** explicou que se coloca uma questão de princípio, ou seja, é necessário saber se a exigência feita pela DREL, no sentido de competir às Câmaras Municipais a disponibilização de terrenos, devidamente, preparados e infra-estruturados para a construção de equipamentos educativos para o ensino secundário, segundo e terceiro ciclos, realmente, faz sentido, acrescentando que o que existe em termos de política educativa (aqui gostaria de utilizar o velho “cliché” de vários e sucessivos governos) é essa exigência, que representa, para as Câmaras Municipais, um encargo adicional significativo.

-----Por outro lado, também importa sublinhar que muitos dos problemas dos pavilhões desportivos construídos no âmbito do Programa de Desporto Dois Mil, resultam da circunstância de obedecerem a um projecto/tipo, que, muitas vezes, não estava adaptado às condições do terreno e têm sido os serviços camarários a fazê-lo, justamente porque, por ser um projecto/tipo, não tem a qualidade exigida e isso, depois, significa que o equipamento construído fica com problemas estruturais de diversa ordem.-----

-----No uso da palavra o **Senhor Vereador Emanuel Martins** lembrou que se estão a assinar protocolos, onde é suposto ter uma comparticipação de um terço e o Estado comparticipa com dois terços, quando isso é uma falácia, acrescentando que a Câmara devia ter uma palavra a dizer e a Associação Nacional de Municípios devia ver estes protocolos, porque esta é uma forma habilidosa do Estado se promover naquilo que faz nos concelhos, quando o faz à custa daqueles a quem nem permite financiamentos, despojando assim as autarquias de valores sem lhes permitir ir buscá-los de outra maneira.-----

-----O **Senhor Vereador José Eduardo Costa** esclareceu que a Câmara não paga, só, a terraplanagem, porque, como é pré-definido um plafond para os pavilhões e a Autarquia faz

pavilhões melhores, acaba por pagar mais, atalhando o **Senhor Vereador Emanuel Martins** que essa é outra questão, porque a Câmara, até, pode querer fazer um palácio de um pavilhão. O que não é sério, são os precedentes, ou seja, vai fazer-se um pavilhão, há um determinado espaço com essas características, há formas de avaliar os custos de preparação da estrutura toda e, perante isso, faz-se o pavilhão, acrescentando que o pavilhão não é um pré-fabricado que cai ali de pára-quedas, antes pelo contrário, tem todo um envolvimento que deve fazer parte do custo do terreno e, se o Estado tem a obrigação de dar dois terços, deve ser avaliado num todo, por isso defende que a Associação Nacional de Municípios deveria estudar o assunto, caso contrário as autarquias continuarão a ser enganadas.-----

----- No uso da palavra o **Senhor Vice-Presidente** explicou que o dono da obra é a Câmara Municipal; no entanto, é a Administração Central que fornece o projecto mas, depois, é a autarquia a acarretar com os erros e omissões dessa obra, o que, também, é imoral. -----

----- Intervindo o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** considerou que a Associação Nacional de Municípios tem que tomar posição sobre esta matéria, acrescentando que, já que se está a falar em educação, relativamente à transferência do pacote de responsabilidades educativas para as autarquias locais, aquela Associação recomendou que estas não assumam responsabilidades sem a transferência dos meios e recursos necessários para o seu satisfatório exercício, por isso é que as Câmaras não assumiram a manutenção do parque do Segundo e Terceiro Ciclos, por ter havido uma posição, clara, da Associação Nacional de Municípios, relativamente a essa matéria. -----

----- Prosseguindo disse que não só no que diz respeito aos pavilhões escolares, mas também em relação a todas as obras comparticipadas, seja em sede do PIDDAC, seja em sede de outros programas, as autarquias são penalizadas, porque, enquanto a participação estatal é, perfeitamente, definida em determinado montante e não contempla erros, omissões e trabalhos a mais, até porque há cláusulas restritivas em relação aos trabalhos a mais e é condicionada por um



plafond que, em sede do PIDDAC, não ultrapassa os noventa mil contos, o que significa que, quando se trata de construir equipamentos e infra-estruturas para colectividades que chegam aos duzentos mil contos; como é o caso dos Leões de Porto Salvo, tem que ser a Autarquia a assumir o resto, acrescentando que, no caso concreto, a verba em PIDDAC foi de sessenta mil contos, nem chegou aos noventa mil. -----

----- Por último, e em relação aos pavilhões escolares, é importante sublinhar que foi a Autarquia que recomendou que esses pavilhões fossem concebidos em termos de tipologia e condições de utilização pelos clubes e comunidade desportiva, no horário pós-escolar e fins-de-semana, argumentando que o parque dos pavilhões escolares está a ser intensamente utilizado, entre as nove da manhã e a meia-noite, aos fins-de-semana, e depois do horário escolar até à meia-noite, durante a semana.-----

----- Isso exige custos de manutenção significativos, mas o certo é que estão ao serviço da escola e da comunidade, de uma forma ininterrupta, durante todos os dias e ao fim-de-semana, justificando por isso o investimento feito pela Câmara, retorquindo o **Senhor Vereador Emanuel Martins** que não questionou essa parte, só referiu que a Câmara está, mais uma vez, a ser enganada. -----

----- Intervindo a **Senhora Vereadora Ana Isabel Beça** disse que, já que o esforço da Autarquia, que todos conhecem, se por algum motivo não puder ficar plasmado em protocolos assinados com a Administração Central há, sempre, maneiras de aliviar essa falta de visibilidade do esforço que a Autarquia faz, introduzindo essa informação de maneira muito objectiva nos discursos que os autarcas podem fazer, enquanto políticos, evidenciando, sempre, de viva voz, o esforço que é feito aos mais diversos níveis, com custos imensos envolvidos.-----

----- Também é função da Autarquia evidenciar isso através dos meios de comunicação disponíveis que, até, são privilegiados, como é o Boletim e a Revista Municipal, passando essa mensagem aos munícipes, porque é a eles que importa transmitir essa informação e mostrar o

esforço e o empenho quotidiano, nessas matérias, situação com que o **Senhor Vereador Emanuel Martins** concordou. -----

----- III - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

23 - PROPOSTA Nº. 1548/04 - PAGAMENTO DE FACTURA AOS CTT: -----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Propõe-se o pagamento da factura número cinco biliões quatrocentos e setenta e seis mil novecentos e sessenta e cinco no valor de dois mil setecentos e trinta e sete euros e quarenta e quatro cêntimos, referente aos mailings enviados durante o mês de Agosto passado, sendo estes os seguintes:-----

----- Correspondência endereçada - DM-PLUS -----

----- Roteiro “Trinta Dias” Número oitenta e nove (Agosto)-----

----- Data de entrega: quatro de Agosto de dois mil e quatro -----

----- Quantidade: dois mil e quinhentos exemplares -----

----- Peso: cinquenta e oito gramas - vinte e sete cêntimos por exemplar -----

----- Total - seiscentos e setenta e cinco euros. -----

----- Boletim Municipal número cento e quarenta e seis (Julho)-----

----- Data de entrega: quatro de Agosto de dois mil e quatro -----

----- Quantidade: quatro mil quatrocentos e quarenta e três exemplares -----

----- Peso: cento e vinte e oito gramas - quarenta e oito cêntimos por exemplar -----

----- Total - dois mil cento e trinta e dois euros e sessenta e quatro cêntimos -----

----- Total da Correspondência Endereçada - dois mil oitocentos e sete euros e sessenta e quatro cêntimos.-----

----- Desconto: dois vírgula cinco por cento - setenta euros e vinte cêntimos -----

----- Total - dois mil setecentos e trinta e sete euros e quarenta e quatro cêntimos.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----



24 - PROPOSTA Nº. 1549/04 - ADESÃO DA C.M.O. AO F.O.P.P.S.U. - FÓRUM PORTUGUÊS PARA PREVENÇÃO E SEGURANÇA URBANA: -----

----- Esta proposta, a pedido do Senhor Vereador Emanuel Martins, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser votada em próxima reunião. -----

25 - PROPOSTA Nº. 1550/04 - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE OEIRAS E SÃO JULIÃO DA BARRA (3º. TRIMESTRE DE 2004): -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Apresentou a Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, o Relatório de Actividades que desenvolveu na sua área de jurisdição, referente ao terceiro trimestre de dois mil e quatro. -----

----- Após verificação/confirmação da documentação relativa às acções relatadas, submete-se à aprovação do Executivo a transferência de dezasseis mil cento e sessenta euros e noventa e dois cêntimos, para a Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, no âmbito do Protocolo de Delegação de Competências, assinado entre a Câmara Municipal de Oeiras e aquela Autarquia.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

26 - PROPOSTA Nº. 1551/04 - PROGRAMA DE FÉRIAS DESPORTIVAS DAS COLECTIVIDADES - RECTIFICAÇÃO À PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 977/04 APROVADA EM REUNIÃO DE 14/07/04 (PONTO Nº. 44): -----

----- I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “À semelhança de anos transactos e tendo em consideração a problemática da ocupação dos tempos livres dos jovens do Concelho, a Câmara Municipal propôs aos clubes a apresentação de programas, nomeadamente aqueles que abrangem jovens originários dos bairros sociais. -----

----- Neste contexto, a Associação “Pandilha Jovem” e o Grupo Recreativo e Desportivo do Alto do Mocho apresentaram um programa, o qual foi objecto de proposta de deliberação número novecentos e setenta e sete, de dois mil e quatro, em reunião de Câmara de catorze de Julho passado próximo, tendo-lhes sido atribuída a comparticipação financeira de cinco mil euros.-----

----- Na referida proposta indicou-se o nome da primeira entidade, a Associação Desportiva “Pandilha Jovem” como beneficiária do pagamento, contudo, e uma vez que esta se vê impossibilitada de receber a referida verba por não se encontrar constituída legalmente como uma associação, propõe-se à Câmara rectificação da proposta no sentido do pagamento ser efectuado à segunda entidade autora do projecto, o Grupo Recreativo e Cultural Amigos do Alto do Mocho.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

27 - PROPOSTA Nº. 1552/04 - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO MARATONA CLUBE DE PORTUGAL DESTINADA A APOIAR A DESLOCAÇÃO DA COMITIVA REPRESENTANTE DA REFERIDA COLECTIVIDADE A MADRID ONDE PARTICIPOU NA “TAÇA DOS CLUBES CAMPEÕES EUROPEUS DE ESTRADA” - MASCULINOS, EM ATLETISMO: -----

----- I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “O Maratona Clube de Portugal, participou no corrente mês de Outubro, em Madrid, na “Taça dos Clubes Campeões Europeus de Estrada” - Masculinos, em Atletismo.-----

----- Assim e tendo em consideração o Programa de Apoio à Participação de Clubes e Atletas em Competições Internacionais propõe-se a atribuição de uma comparticipação financeira ao Maratona Clube de Portugal no valor de setecentos e oitenta e quatro euros, por forma a apoiar na deslocação efectuada pela comitiva representante desta colectividade.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----



28 - PROPOSTA N.º 1553/04 - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À UNIÃO DESPORTIVA E RECREATIVA DE ALGÉS, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO - SUBPROGRAMA DE MANUTENÇÃO DE ACTIVIDADES: -----

-----I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“O Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo da Câmara Municipal de Oeiras, procura reconhecer o valor social e desportivo que as colectividades desportivas prestam às comunidades onde se inserem, representando por vezes a única ou principal via de acesso à prática do desporto pelos diferentes grupos de cidadãos. -----

-----Nesse sentido, a Direcção do União Recreativa e Desportiva de Algés apresentou a sua actual situação financeira à Câmara, encontrando-se a passar por algumas dificuldades financeiras, que não permitem que a colectividade cumpra com a actividade regular.-----

-----Deste modo, no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo - subprograma de Manutenção de Actividades, propõe-se a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de trezentos e quarenta e oito euros e sessenta céntimos, à União Desportiva e Recreativa de Algés, de forma a permitir que a colectividade continue a desenvolver a sua actividade regular.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

29 - PROPOSTA N.º 1554/04 - P.º 45-DIM/DEIP/03 - CONSTRUÇÃO DO PST DO PASSEIO MARÍTIMO EM SANTO AMARO DE OEIRAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS: -----

-----I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por cento e treze mil quinhentos e vinte cinco euros e trinta e um céntimos, à empresa Pinto & Bentes, Sociedade Anónima.-----

----- Pela Divisão de Equipamento e Iluminação Pública foi elaborado o segundo auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante de setenta e oito mil trezentos e setenta e cinco euros e vinte e nove cêntimos, o qual corresponde exclusivamente a trabalhos previstos.-----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de oitenta e dois mil duzentos e noventa e quatro euros e cinco cêntimos, o qual inclui a importância de três mil novecentos e dezoito euros e setenta e seis cêntimos de IVA, à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Pinto & Bentes, Sociedade Anónima.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

30 - PROPOSTA N°. 1555/04 - Pº. 96-DIM/DEIP/03 - REDE SUBTERRÂNEA DE BAIXA TENSÃO NA FÁBRICA DA PÓLVORA - RAMAL PROVISÓRIO - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS: -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por sete mil doze euros e vinte e um cêntimos, à empresa M.B. Pereira da Costa, Sociedade Anónima. -----

----- Pela Divisão de Equipamento e Iluminação Pública foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante de sete mil doze euros e vinte e um cêntimos, o qual corresponde exclusivamente a trabalhos previstos. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de sete mil trezentos e sessenta e dois euros e oitenta e dois cêntimos, o qual inclui a importância de trezentos e cinquenta euros e sessenta e um cêntimos de IVA, à taxa de cinco por cento e o



sequente pagamento à empresa M.B. Pereira da Costa, Sociedade Anónima.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

31 - PROPOSTA Nº. 1556/04 - Pº. 161-DIM/DEIP/03 - EB1 DE OEIRAS Nº. 5 - EXECUÇÃO DE SISTEMA DE DETECÇÃO DE INTRUSÃO - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS: -----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por onze mil e quarenta euros, à empresa Vigilarme - Sistemas de Segurança, Sociedade Anónima. -----

----- Pela Divisão de Equipamento e Iluminação Pública foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante de onze mil e quarenta euros, o qual corresponde exclusivamente a trabalhos previstos. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de onze mil quinhentos e noventa e dois euros, o qual inclui a importância de quinhentos e cinquenta e dois euros de IVA, à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Vigilarme - Sistemas de Segurança, Sociedade Anónima.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

32 - PROPOSTA Nº. 1557/04 - Pº. 82-DIM/DOM/04 - RDL 2/04 - REPARAÇÃO DE ARRUAEMENTOS NA FREGUESIA DE QUEIJAS - APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MAIS DE NATUREZA NÃO PREVISTA: -----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Por despacho proferido em onze de Junho de dois mil e quatro, foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe, à empresa Armando Cunha, Sociedade Anónima, pela importância de quarenta e oito mil oitocentos e vinte e seis euros, com o prazo de execução de

três meses, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março.-----

----- Segundo a informação número seiscentos e oitenta e seis, de dois mil e quatro, da Divisão de Obras Municipais, constatando-se que, por omissão não foi inicialmente previsto o trabalho de fornecimento e assentamento de lanel de calcário com zero vírgula trinta e cinco metros de espessura e verificando-se que o referido trabalho é necessário executar na empreitada, solicitou-se à Armando Cunha, Sociedade Anónima, uma proposta de preço para a execução do mesmo.-----

----- O preço apresentado considera-se aceitável, pelo que se julga ser de aprovar. Assim, estima-se o custo do trabalho a mais de natureza não prevista no valor de mil novecentos e cinquenta e oito euros e seis céntimos (sessenta e sete vírgula oitenta metros lineares vezes vinte e oito euros e oitenta e oito céntimos), sendo o agravamento de quatro vírgula zero um por cento, pelo que, em face do que antecede, proponho:-----

----- - A aprovação do preço unitário;-----
----- - A aprovação do trabalho a mais de natureza não prevista no valor de mil novecentos e cinquenta e oito euros e seis céntimos mais IVA.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

33 - PROPOSTA Nº. 1558/04 - Pº. 255-DIM/PROQUAL/04 - REABILITAÇÃO DO PARQUE ANJOS, EM ALGÉS - RECTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 1134/04 APROVADA EM REUNIÃO DE 11/08/04 (PONTO 4):-----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----
----- “Em reunião de Câmara de onze de Agosto de dois mil e quatro foi aprovada a adjudicação do concurso supra identificado ao concorrente Graviner, Sociedade Anónima, através da proposta de deliberação número mil cento e trinta e quatro, de dois mil e quatro.-----

----- De acordo com o normal desenvolvimento do procedimento de concurso público,



não se previa a adjudicação da referida empreitada ainda este ano, pelo que não se pressupunha, assim, efectuar qualquer despesa. Em virtude de o referido procedimento concursal ter decorrido de modo muito mais célere - porquanto apenas uma empresa concorreu - a adjudicação já foi efectuada e face ao cronograma financeiro, prevê-se que não seja dispendida verba superior a quatrocentos e noventa e oito mil oitocentos e vinte e oito euros e quarenta e três cêntimos correspondente a dois meses do cronograma financeiro. -----

----- Não obstante, na referida proposta de deliberação foi indicado que este ano não seria dispendida qualquer verba, pelo que é necessário corrigir a mesma. -----

----- Em face do que antecede, propõe-se a rectificação do valor que se prevê gastar este ano com a referida obra que não ultrapassa quatrocentos e noventa e oito mil oitocentos e vinte e oito euros e quarenta e três cêntimos, de acordo com o cronograma financeiro.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

34 - PROPOSTA Nº. 1559/04 - Pº. 328-DIM/DCAD/04 - VEDAÇÃO DOS JARDINS E OUTROS TRABALHOS NO PALÁCIO MARQUÊS DO POMBAL, EM OEIRAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. E ÚNICO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS: -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por vinte e um mil duzentos e cinquenta e um euros e vinte e cinco cêntimos à firma Sociedade de Construções José Moreira, Limitada. -----

----- Pela Divisão de Conservação e Administração Directa foi elaborado o primeiro (e único) auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de vinte e um mil duzentos e cinquenta e um euros e vinte e cinco cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de vinte e dois mil trezentos e treze euros e oitenta e um cêntimos, o qual inclui a importância de mil sessenta e dois euros e cinquenta e seis cêntimos de IVA, à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Sociedade de Construções José Moreira, Limitada.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

35 - PROPOSTA Nº. 1560/04 - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO GRUPO DESPORTIVO DE BARCARENA NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO - MANUTENÇÃO DE ACTIVIDADES: -----

----- I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “A Direcção do Grupo Desportivo de Barcarena, apresentou à Câmara Municipal de Oeiras uma exposição da sua situação financeira actual, a qual não permite que esta colectividade cumpra compromissos oportunamente assumidos, designadamente no âmbito da sua participação no quadro desportivo federado (Campeonato Distrital de Futsal Feminino). -----

----- Deste modo, no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo, propõe-se à Câmara a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de quinhentos euros, de forma a permitir que a colectividade continue a desenvolver a sua actividade regular.”-

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

36 - PROPOSTA Nº. 1561/04 - 22º. TROFÉU CMO - CORRIDA DAS LOCALIDADES - RECTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 1283/04 - APROVADA EM REUNIÃO DE 22/09/04 (PONTO Nº. 35):-----

----- I - O Senhor Vereador Arnaldo Pereira apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Findo o Vigésimo Segundo Troféu C.M.O. - Corrida das Localidades e à luz do regulamento deste evento, a Câmara Municipal de Oeiras, atribuiu comparticipações financeiras às colectividades classificadas nos dez primeiros lugares, sendo que ao “Núcleo Oeiras Atletismo”, classificado em décimo lugar, coube o prémio de seiscentos e cinquenta euros. -----



-----No entanto, tratando-se o “Núcleo Oeiras Atletismo” de um Clube de Praticantes e de acordo com o estatuído no artigo nono do Decreto-Lei número duzentos e setenta e dois, de noventa e sete, de oito de Outubro, que define que os apoios a conceder aos clubes de praticantes terão de ser titulados por contratos-programa de desenvolvimento desportivo.-----

-----Assim, e por se considerar que o valor em questão não justifica a realização de um contrato-programa, propõe-se à Câmara a anulação da referida comparticipação financeira, ao “Núcleo Oeiras Atletismo”, atribuída em proposta de deliberação número mil duzentos e oitenta e três, de dois mil e quatro, da reunião de Câmara de vinte e dois de Setembro de dois mil e quatro, no valor de seiscentos e cinquenta euros.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

37 - PROPOSTA Nº. 1563/04 - REGTº. 21.297/04 APENSO AO SP-20/96 - REORDENAMENTO DA CIRCULAÇÃO NA RUA CAMILO CASTELO BRANCO E ZONA ENVOLVENTE, EM QUEIJAS: -----

-----I - O Senhor Vereador Luís Pires apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Através de fax em dezasseis de Fevereiro de dois mil e quatro, vem a Junta de Freguesia de Queijas, solicitar o estudo de reordenamento da circulação, na Rua Camilo Castelo Branco e zona envolvente, em Queijas.-----

-----A fim de analisar o assunto, foi elaborada tecnicamente a informação número oitocentos e sessenta e quatro, de dois mil e quatro, da Divisão de Transito e Transportes, tendo-se verificado que, com vista a melhorar a segurança e a circulação do mesmo, foi elaborado um estudo de reordenamento da circulação, que se apresenta nas plantas junto ao processo (planta um - esquema de circulação) e (planta dois - planta de sinalização vertical e horizontal). -----

-----Face ao que antecede, proponho à Câmara que delibere: -----

----- Aprovar o reordenamento da circulação na Rua Camilo Castelo Branco e zona envolvente proposta na informação técnica número oitocentos e sessenta e quatro, de dois mil e

quatro, da Divisão de Trânsito e Transportes e nos termos desta preconizados.-----

----- - Comunicar à Junta da Freguesia o teor da presente deliberação.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

38 - PROPOSTA Nº. 1564/04 - REQTº.S 16613/03, 19011/03 E 5194/04 APENSOS AO PROCº. 1878/69 (5º. E 6º. VOL.) - RECTIFICAÇÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº. 4/74 - CIMETOP - CONSTRUÇÃO E INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDª.:-----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “Por CIMETOP - Construção e Investimentos Imobiliários, Limitada, na qualidade de proprietária do lote dois-A, previsto no alvará número quatro, de setenta e quatro, é apresentado um pedido de alteração do mesmo alvará correspondente ao loteamento de um terreno localizado em Linda-a-Pastora, Queijas.-----

----- Mediante a informação número oitocentos e oitenta e quatro, de dois mil e quatro, da Divisão de Planeamento, foi analisado tecnicamente o assunto tendo em consideração a legislação aplicável, nomeadamente o Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de Dezembro, com a redacção do Decreto-Lei número cento e setenta e sete, de dois mil e um de quatro de Junho, verifica-se que a proposta de alteração de alvará se enquadra no disposto do número oito, dispensando discussão pública. -----

----- Face ao que antecede, proponho à Câmara que delibere:-----

----- - Aprovar a alteração ao alvará de loteamento número quatro, de setenta e quatro, em face do conteúdo da informação técnica número oitocentos e oitenta e quatro, de dois mil e quatro, da Divisão de Planeamento. -----

----- - Comunicar ao requerente o teor da presente deliberação.” -----

----- II - A Câmara, por maioria, com abstenção do Senhor Vereador Arnaldo Pereira, deliberou aprovar o proposto.-----

39 - PROPOSTA Nº. 1565/04 - REQTº.S 25997/04 E 5128/04 APENSOS AO PROCº. 1401/83 (6º.



VOL.) - PEDIDO DE RECTIFICAÇÃO AO A.L. N°. 9/90 - ANTÓNIO BENIGNO P. BERRONES

E OUTROS:-----

-----I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“Na sequência do anterior pedido de rectificação ao alvará de loteamento nove, de noventa, que mereceu a informação técnica número mil quatrocentos e oitenta e cinco, de dois mil e três, do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística - Divisão de Planeamento, é agora submetida à apreciação desta Câmara Municipal, pelo titular António Benigno P. Berrones um conjunto de plantas destinadas à rectificação das alterações introduzidas no lote trinta e três, do alvará em causa. A junção de elementos supramencionada obteve a informação técnica número mil cento e vinte, de dois mil e quatro, do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística - Divisão de Planeamento onde se conclui que o presente pedido reúne condições para aprovação tendo, no entanto, de serem pagas as respectivas taxas municipais e comparticipações devidas, conforme exposto no ponto quatro da referida informação. -----

-----Em conformidade com o exposto, o requerente através do requerimento vinte e cinco mil novecentos e noventa e sete, de dois mil e quatro, vem agora manifestar-se relativamente aos valores mencionados, dando cumprimento deste modo ao ponto cinco, da informação técnica número mil cento e vinte, de dois mil e quatro, do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística - Divisão de Planeamento. A junção de elementos referenciada obteve a informação técnica número mil duzentos e noventa, de dois mil e quatro, do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística - Divisão de Planeamento, onde se conclui que se encontram reunidas as condições para o cumprimento do despacho da Senhora Presidente de dezanove de Outubro de dois mil e quatro, referente à informação técnica número mil cento e vinte, de dois mil e quatro, do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística - Divisão de Planeamento. -----

-----Face ao que antecede, proponho à Câmara que delibere: -----

-----Aprovar o pedido de rectificação ao alvará de loteamento nove, de noventa, em face

do conteúdo da informação técnica número mil cento e vinte, de dois mil e quatro, do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística - Divisão de Planeamento bem como da informação técnica número mil duzentos e noventa, de dois mil e quatro, do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística - Divisão de Planeamento.-----

----- Comunicar ao requerente o teor da presente deliberação.” -----

----- II - Intervindo o **Senhor Vereador Luís Pires** inquiriu de que rectificação se trata, explicando o **Arquitecto Baptista Fernandes** que, de acordo com a informação número mil cento e vinte, de dois mil e quatro, havia necessidade de reajustar as compensações urbanísticas, por força da Portaria número mil cento e trinta e seis, de dois mil e dois, isto é, o promotor deveria fazer uma cedência, adicional, para espaços verdes de trinta e sete metros quadrados e para equipamento de quarenta e seis metros quadrados, mas, como à Câmara não interessa receber trinta e sete metros quadrados de zonas verdes e a Lei o prevê, prefere receber em numerário, pelo que, à semelhança de situações análogas apresentadas, anteriormente, entre noventa e cinco a cem euros o metro quadrado por conta dessa compensação, propôs noventa e sete euros por metro quadrado, sendo, no fundo, a aceitação desse valor que está na proposta. ---

----- III - A Câmara, por maioria com abstenção do Senhor Vereador Arnaldo Pereira, deliberou aprovar o proposto.-----

40 - PROPOSTA Nº. 1566/04 - DESCONTO NA VENDA DAS EDIÇÕES: PINTURA SACRA NO CONCELHO DE OEIRAS NOS SÉCULOS XVII E XVIII / O PALÁCIO ANJOS E A ARQUITECTURA DE VERANEIO EM ALGÉS - ADITAMENTO À PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 1456/04 APROVADA EM REUNIÃO DE 13/10/04 (PONTO Nº. 78):-----

----- I - O Senhor Vereador Jorge Barreto Xavier apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “No seguimento da linha editorial traçada por esta Câmara Municipal, com vista à divulgação do património do concelho, efectuada através da Divisão de Cultura e Turismo -



Sector de Acção Cultural, irão ser lançados este mês de Novembro os livros supra mencionados, cujo preço de venda ao público - vinte euros - foi devidamente aprovado em reunião de Câmara, com o número mil quatrocentos e cinquenta e seis, em treze de Outubro de dois mil e quatro. ----

-----Mais se propõe que se faça um desconto de vinte e cinco por cento nos dias do lançamento destas edições, ou seja, que sejam colocadas à venda por quinze euros (com IVA já incluído). Posteriormente, propõe-se que a venda conjunta dos dois exemplares seja efectuada pelo valor global de trinta euros (com IVA já incluído)."-----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

41 - PROPOSTA Nº. 1567/04 - EMPREITADA DESTINADA À SUBSTITUIÇÃO DAS REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REBAIXAMENTO DE RAMAIS EM VÁRIOS LOCAIS DAS FREGUESIAS DA FALAGUEIRA E REBOLEIRA, NO CONCELHO DA AMADORA - SMAS:---

-----I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, em reunião ordinária de oito de Novembro de dois mil e quatro, deliberou por unanimidade aprovar a adjudicação da empreitada destinada à substituição das redes de abastecimento de água e rebaixamento de ramais em vários locais das freguesias da Falagueira e Reboleira, no Concelho da Amadora, à empresa António Filipe Teodósio & Companhia, Limitada, pelo valor de oitenta e dois mil duzentos e quarenta euros e sessenta céntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com celebração de contrato escrito, tendo em conta a proposta de deliberação que se junta ao processo. -----

-----Face ao exposto, proponho: -----

-----Um - A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos SMAS, de aprovação da adjudicação da empreitada destinada à substituição das redes de abastecimento de água e rebaixamento de ramais em vários locais das freguesias da Falagueira e Reboleira, no Concelho da Amadora, à empresa António Filipe Teodósio & Companhia,

Limitada, pelo valor de oitenta e dois mil duzentos e quarenta euros e sessenta cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Dois - A celebração de contrato escrito.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

42 - PROPOSTA Nº. 1568/04 - FORNECIMENTO DE UMA VIATURA LIGEIRA POR TROCA COM IDÊNTICA - SMAS: -----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, em reunião ordinária de oito de Novembro de dois mil e quatro, deliberou aprovar a proposta de adjudicação do fornecimento de uma viatura, tipo pequeno furgão, por troca com idêntica destes SMAS, à empresa Vesauto, Sociedade Anónima, pelo valor de nove mil quinhentos e cinquenta e oito euros e sessenta e nove cêntimos, acrescidos de IVA, sendo a retoma pelo valor de mil oitocentos e noventa euros e setenta e seis cêntimos, acrescido de IVA, tendo em conta a proposta de deliberação junta no processo. -----

----- Face ao exposto proponho:-----

----- - A ratificação da mencionada deliberação do Conselho de Administração dos SMAS de Oeiras e Amadora de adjudicação do fornecimento com retoma, na medida em que consubstancia a alienação do património supra referido, nos termos da alínea e) do número um do artigo sexagésimo quarto do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezembro de Setembro.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

43 - PROPOSTA Nº. 1569/04 - INFº. 292-DIM/PROQUAL/04 - ZONA DESPORTIVA DE ALGÉS - RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - APROVAÇÃO DO PAGAMENTO DE 40% DOS HONORÁRIOS À EMPRESA ARQUITECTOS ASSOCIADOS: ----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----



-----“Na sequência de consulta prévia foi adjudicada à empresa Arquitectos Associados, em Abril do corrente ano, o projecto da Zona Desportiva de Algés, pelo valor de quarenta e oito mil oitocentos e oitenta euros mais IVA, à taxa legal de dezanove por cento. -----

-----Segundo a informação número duzentos e noventa e dois, de dois mil e quatro, numa primeira reunião de trabalho no Gabinete PROQUAL, com a equipa responsável pelo projecto, foi solicitada uma revisão ao Estudo Prévio, em virtude de terem sido detectados alguns erros e omissões. Foi também solicitado, no âmbito da mesma reunião, um estudo para a relação custo/benefício relativamente ao parque de estacionamento, bem como uma nova calendarização para elaboração do Projecto, a apresentar à Câmara, face aos atrasos ocorridos. -----

-----Esta nova calendarização apontava para dez de Maio de dois mil e quatro, a entrega do novo Estudo Prévio e para vinte e quatro de Junho de dois mil e quatro o Projecto Base.-----

-----Entretanto, em catorze de Maio de dois mil e quatro, foi feita a entrega do Estudo Prévio, o qual foi objecto de análise e parecer pelos serviços envolvidos, tendo sido dadas instruções à empresa para avançarem na elaboração do Projecto Base.-----

-----Contudo, no dia vinte e oito de Maio de dois mil e quatro e através da informação número cento e setenta e seis, de dois mil e quatro, o Gabinete PROQUAL propõe a rescisão do contrato com a Arquitectos Associados, atendendo à necessidade de lançamento de concurso de “Concepção e Construção da Zona Desportiva de Algés”, por forma a garantir a execução da obra durante o prazo de vigência do Programa PROQUAL, tendo esta solução obtido despacho favorável pelo Senhor Vice-Presidente, em oito de Junho do corrente ano. -----

-----A empresa Arquitectos Associados tomou conhecimento da referida rescisão, telefonicamente em quinze de Junho de dois mil e quatro, e por ofício enviado a vinte e oito de Junho de dois mil e quatro, estando nesta fase o Projecto Base já em adiantado estado de desenvolvimento. -----

-----No entanto e pelo registo número quarenta e oito mil setecentos e setenta e nove,

datado de três de Setembro de dois mil e quatro, vem a empresa Arquitectos Associados aceitar a rescisão do Contrato de Prestação de Serviços referente à execução do Projecto para “Zona Desportiva de Algés” e, bem assim, solicitar que lhes sejam pagos quarenta por cento do valor dos honorários, os quais correspondem a dezanove mil quinhentos e cinquenta e dois euros, atendendo ao avançado estado de desenvolvimento do Projecto, aquando da rescisão do contrato, por parte da Câmara Municipal. -----

----- Assim e de acordo com o parecer jurídico que consta da informação número duzentos e noventa e dois, de dois mil e quatro, devem ser pagos os quarenta por cento solicitados pelo adjudicatário, até porque este valor é, claramente, favorável à CMO, de conformidade com a portaria sete de Fevereiro de mil novecentos e setenta e dois e tendo em conta o trabalho efectuado pelo adjudicatário. -----

----- Em face do que antecede, proponho: -----

----- A aprovação do pagamento de quarenta por cento dos honorários que correspondem a dezanove mil quinhentos e cinquenta e dois euros mais IVA, à taxa legal de dezanove por cento, relativos a parte da execução do Projecto para a “Zona Desportiva de Algés”, à empresa Arquitectos Associados, de acordo com a informação número duzentos e noventa e dois, de dois mil e quatro, do Gabinete PROQUAL.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

44 - PROPOSTA Nº. 1570/04 - Pº. 261-DIM/DCAD/03 - OBRAS DE AMPLIAÇÃO (CONCEPÇÃO/CONSTRUÇÃO) DA EB1 DE PAÇO DE ARCOS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º. E ÚLTIMO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS: -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por cinquenta e quatro mil setecentos e sessenta e nove euros e vinte céntimos, à firma C.J.G., Construções, Limitada. -----

----- Pela Divisão de Conservação e Administração Directa foi elaborado o segundo (e



último) auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de trinta e um mil novecentos e oitenta e seis euros e trinta cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de trinta e três mil quinhentos e oitenta e cinco euros e sessenta e dois cêntimos, o qual inclui a importância de mil quinhentos e noventa e nove euros e trinta e dois cêntimos de IVA, à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma C.J.G., Construções, Limitada.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

45 - PROPOSTA Nº. 1571/04 - Pº. 16-DIM/DOM/04 - REMODELAÇÃO DO COLECTOR PLUVIAL DAS RUAS BARTOLOMEU DIAS E LUÍS DE CAMÕES, EM LINDA-A-VELHA - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 3.º E ÚLTIMO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS:-----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Por despacho proferido em doze de Abril de dois mil e quatro, foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe, à Empresa Armando Cunha, Sociedade Anónima, pela importância de cento e vinte mil sessenta e cinco euros e trinta e sete cêntimos, com o prazo de execução de cento e oitenta dias, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março. -----

----- Pela Divisão de Obras Municipais, foi elaborado o terceiro e último auto de medição de trabalhos, no montante global de vinte e oito mil setecentos e cinquenta e nove euros e trinta e oito cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- Segundo a informação número oitocentos e dezasseis, de dois mil e quatro, da Divisão de Obras Municipais, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho: -----

----- A aprovação do presente auto de medição no valor de trinta mil cento e noventa e sete euros e trinta e cinco cêntimos, o qual inclui a importância de mil quatrocentos e trinta e sete euros e noventa e sete cêntimos de IVA, à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Armando Cunha, Sociedade Anónima.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

46 - PROPOSTA Nº. 1572/04 - Pº. 290-DIM/DCAD/04 - ASFALTAGEM E SUBSTITUIÇÃO DE LANCIS DANIFICADOS NA RUA DIREITA, EM CAXIAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. E ÚNICO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS:-----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por doze mil quarenta e um euros e noventa e cinco cêntimos, à empresa Solátia, Sociedade Anónima. -----

----- Pela Divisão de Conservação e Administração Directa foi elaborado o primeiro (e único) auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de doze mil quarenta e um euros e noventa e cinco cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de doze mil seiscentos e quarenta e quatro euros e cinco cêntimos, o qual inclui a importância de seiscentos e dois euros e dez cêntimos de IVA, à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Solátia, Sociedade Anónima.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

47 - PROPOSTA Nº. 1573/04 - ACORDOS DE GEMINAÇÃO OEIRAS/MINDELO E OEIRAS/INHAMBANE - ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO:-----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:



-----“Um - Introdução-----

-----No âmbito do Acordo de Geminação entre as Autarquias do Mindelo em São Vicente de Cabo Verde e Inhambane em Moçambique e de harmonia com os critérios definidos e aprovados pelos Municípios têm, anualmente, vindo a ser atribuídas bolsas de estudo a estudantes daqueles países que se candidatam à frequência de estudos superiores. -----

-----Para o ano lectivo em curso a Câmara Municipal de São Vicente seleccionou os seguintes bolseiros:-----

----- Miriam Margarete Baptista Spínola (NIF: duzentos e quarenta e nove milhões quatrocentos e setenta e sete mil oitocentos e trinta e um)-----

-----Curso de Direito-----

-----Cleudir Rocha Monteiro (NIF: duzentos e quarenta e nove milhões trezentos e trinta e oito mil quatrocentos e vinte e quatro)-----

-----Curso de Matemática-----

-----De acordo com o regulamento estabelecido cada bolseiro poderá, sem perda de bolsa, repetir no decorrer do curso um dos anos em que não tenha tido êxito.-----

-----Nesta conformidade, encontravam-se a ter apoio nove estudantes tendo sido atribuído, através da proposta de deliberação número setenta e cinco, de dois mil e quatro, de vinte e oito de Janeiro, um subsídio global no valor de vinte e dois mil oitocentos e noventa e quatro euros e noventa e dois céntimos, pelo período de Janeiro a Dezembro de dois mil e quatro. No entanto, remete-se para apreciação posterior o apoio a um dos estudantes, cuja situação escolar ainda não foi possível confirmar. Por outro lado, a estudante Odete Brito Lopes da Cruz terminou o curso em Setembro/dois mil e quatro.-----

-----Dois - Proposta-----

-----Assim, proponho:-----

-----Dois.um - A atribuição de uma bolsa mensal no valor de duzentos e onze euros e

noventa e nove cêntimos aos bolseiros Miriam Spínola e Cleudir Monteiro, nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de dois mil e quatro. O valor global da bolsa é de mil duzentos e setenta e um euros e noventa e quatro cêntimos.-----

----- Dois.dois - A atribuição de um subsídio de instalação no valor de duzentos e onze euros e noventa e nove cêntimos, e de um subsídio para apoio na aquisição de livros e material escolar no valor de cento e oitenta e sete euros e cinco cêntimos, aos bolseiros supracitados, perfazendo um total de setecentos e noventa e oito euros e oito cêntimos.-----

----- Dois.três - A atribuição de um subsídio para apoio na aquisição de livros e material escolar aos bolseiros já residentes, o qual deverá ser atribuído no início de cada ano lectivo, no valor de cento e trinta e sete euros e dezassete cêntimos, perfazendo um total de novecentos e sessenta euros e dezanove cêntimos a atribuir aos seguintes bolseiros:-----

----- - Felicidade João Macuamule;-----

----- - Graciete Monteiro Fortes;-----

----- - Rafael Sabino Henriques Esteira; -----

----- - Francesco Nascimento Mota;-----

----- - Flávio Santos Tomásia;-----

----- - Arico Figueiredo Ramos Silva;-----

----- - Jacqueline Patrícia Nascimento Wahnon Ferreira.-----

----- Dois.quatro - O valor global proposto é de três mil trinta euros e vinte e um cêntimos. -

----- Dois.cinco - Pagamento sequente.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

48 - PROPOSTA Nº. 1574/04 - PREÇO DE VENDA AO PÚBLICO DE “COLECÇÃO DE POSTAIS SOBRE O CONCELHO”: -----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----



----- “Tendo sido recentemente editada a publicação em epígrafe, propõe-se ao Executivo Camarário a sua venda ao público pelo valor unitário de vinte e cinco cêntimos, e pelo valor de cada colecção dois euros e meio, com IVA já incluído.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

49 - PROPOSTA Nº. 1575/04 - ANULAÇÃO DE RECEITA CORRESPONDENTE A CHEQUE SEM PROVISÃO: -----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Pelo serviço de Tesouraria foi dado conhecimento de que, Maria Ester Ramos Martins Pereira, pagou a guia zero um - treze mil setecentos e treze em nome de Carlos Manuel M. Pereira, com o cheque número três biliões setecentos e sessenta e quatro milhões cento e cinquenta e um mil duzentos e setenta e seis, do Banco Português Investimento, na importância de cento e trinta e dois euros e quarenta e três cêntimos, tendo sido devolvido por falta de provisão. -- -----

----- Propõe-se assim nos termos do número um do artigo segundo do Decreto-Lei número cento e setenta e seis, de setenta e dois, de vinte e cinco de Maio, que seja anulada a receita do valor de cento e trinta e dois euros e quarenta e três cêntimos, correspondente ao cheque sem provisão.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

50 - PROPOSTA Nº. 1576/04 - Pº. 150-DIM/DCAD/04 - EB1 Nº. 2 DE CAXIAS - OBRAS DE CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO DE ESTORES - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. E ÚNICO AUTO DE MEDIDAÇÃO DE TRABALHOS: -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por vinte e três mil duzentos e setenta e sete euros e quarenta cêntimos, à firma COPI - Construções Civis, Obras Públicas e Industriais, Limitada.-----

----- Pela Divisão de Conservação e Administração Directa foi elaborado o primeiro (e único) auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de vinte e três mil duzentos e setenta e sete euros e quarenta cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de vinte e quatro mil quatrocentos e quarenta e um euros e vinte e sete cêntimos, o qual inclui a importância de mil cento e sessenta e três euros e oitenta e sete cêntimos de IVA, à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma COPI - Construções Civis, Obras Públicas e Industriais, Limitada.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

51 - PROPOSTA Nº. 1577/04 - Pº. 161-DIM/DCAD/04 - EB1 Nº. 1 DE ALGÉS - CAIXILHARIAS, VEDAÇÃO E BENEFICIAÇÕES DIVERSAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. E ÚNICO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS: -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por quarenta e cinco mil novecentos e cinco euros e dezassete cêntimos, à empresa Canas Correia, Sociedade Anónima.-----

----- Pela Divisão de Conservação e Administração Directa foi elaborado o primeiro (e único) auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de quarenta e cinco mil novecentos e cinco euros e dezassete cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições; proponho: -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de



quarenta e oito mil duzentos euros e quarenta e três cêntimos, o qual inclui a importância de dois mil duzentos e noventa e cinco euros e vinte e seis cêntimos de IVA, à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Canas Correia, Sociedade Anónima.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

52 - PROPOSTA Nº. 1578/04 - Pº. 282-DIM/DCAD/04 - IMPERMEABILIZAÇÃO DA COBERTURA DO EDIFÍCIO DE ARMAZÉNS DOS SERVIÇOS TÉCNICOS, EM PAÇO DE ARCOS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS:-----

-----I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

-----“A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por oitenta e um mil quinhentos e oitenta euros e doze cêntimos à empresa STAP, Sociedade Anónima.-----

-----Pela Divisão de Conservação e Administração Directa foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de oitenta e um mil quinhentos e oitenta euros e doze cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

-----Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de oitenta e cinco mil seiscentos e cinquenta e nove euros e treze cêntimos, o qual inclui a importância de quatro mil setenta e nove euros e um cêntimo de IVA, à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa STAP, Sociedade Anónima.” -----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

53 - PROPOSTA Nº. 1579/04 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E DO ORÇAMENTO PARA 2005: -----

-----Esta proposta, na sequência da reunião extraordinária, hoje realizada, mantém-se agendada a fim de ser votada na próxima reunião extraordinária a ter lugar no próximo dia quinze.-----

54 - PROPOSTA Nº. 1580/04 - NORMAS REGULAMENTARES PARA OS POSTOS DE TURISMO:

----- I - O Senhor Vereador José Ferreira de Matos apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “Na sequência da abertura dos postos de turismo de Algés, Barcarena e Oeiras, em dois mil e quatro, e no sentido de uniformizar o funcionamento destes espaços, propõe-se a aprovação pela Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do número sete do artigo sexagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezembro de Setembro, das normas regulamentares que a seguir se transcrevem.-----

----- Na generalidade, as normas descritas circunscrevem-se ao funcionamento interno dos postos de turismo, exceptuando aquelas que dizem respeito à utilização dos serviços de Internet, por parte dos munícipes e visitantes, que, por esse facto, têm eficácia externa, na medida, em que os efeitos se dirigem aos particulares.-----

----- Face ao exposto, mais se propõe que as referidas normas sejam submetidas à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o estipulado na alínea a) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da supra citada Lei.-----

----- ----- “Normas de Funcionamento dos Postos de Turismo de Oeiras -----

----- ----- Organização e Objectivos -----

----- Um - A Câmara Municipal de Oeiras oferece aos visitantes e munícipes do Concelho os seguintes postos de turismo:-----

----- - Posto de Turismo de Algés, sito no Palácio Ribamar, Alameda Hermano Patrone;-----

----- - Posto de Turismo de Barcarena, sito na Fábrica da Pólvora, na Estrada das Fontainhas;-----

----- - Posto de Turismo de Oeiras, sito nos jardins do Palácio do Marquês de Pombal, no Largo Marquês de Pombal. -----



-----Dois - O Sector de Turismo da Divisão de Cultura e Turismo integrado no Departamento dos Assuntos Sociais e Culturais da Câmara Municipal de Oeiras é a unidade orgânica responsável pelo funcionamento e gestão dos postos de turismo supra referidos. -----

-----Três - Os postos de turismo de Oeiras são espaços que têm como objectivo prestar e disponibilizar informações de carácter turístico e generalista sobre o concelho de Oeiras, região envolvente e genericamente sobre Portugal. A prestação das informações supra descritas poderão ser dadas quer sobre a forma de atendimento dirigido e pessoal, quer sobre a disponibilização de materiais escritos ou ainda pelos serviços de Internet (postos de turismo de Algés e Barcarena).---

-----Os postos de turismo possibilitam ainda produtos para venda ao dispor dos visitantes interessados.-----

-----Funcionamento-----

-----Três - Horário: -----

-----O horário de funcionamento dos postos de turismo de Oeiras é o seguinte:-----

-----Posto de Turismo de Algés: -----

-----Inverno (de um de Outubro a trinta e um de Março): todos os dias das dez horas às dezoito horas.-----

-----Verão (de um de Abril a trinta de Setembro): todos os dias das dez horas às dezanove horas.-----

-----Posto de Turismo de Barcarena: -----

-----Inverno (de um de Outubro a trinta e um de Março): todos os dias das nove horas às dezoito horas -----

-----Verão (de um de Abril a trinta de Setembro): todos os dias das nove horas às vinte horas -----

-----Posto de Turismo de Oeiras: -----

-----Inverno (de um de Outubro a trinta e um de Março): todos os dias das nove horas às

dezooito horas -----

----- Verão (de um de Abril a trinta de Setembro): todos os dias das nove horas às vinte horas -----

----- Quatro - A Câmara Municipal de Oeiras, através do Sector de Turismo poderá alterar o período de funcionamento mencionado no ponto anterior. -----

----- Cinco - Feriados: -----

----- Os postos de turismo encerram nos seguintes feriados: -----

----- Um de Janeiro -----

----- Domingo de Páscoa -----

----- Um de Maio -----

----- Vinte e quatro de Dezembro -----

----- Vinte e cinco de Dezembro -----

----- Gestão -----

----- Para um melhor funcionamento dos postos de turismo de Oeiras, estes dispõem de um conjunto de ferramentas que permitem gerir de forma adequada estes espaços. -----

----- Seis - Ficha de controlo de visitantes -----

----- Seis.um - Para tanto, a ficha de controlo de visitantes deverá ser preenchida sempre que for efectuado um atendimento de nível turístico ou geral. Dever-se-á, na medida do possível, preencher o maior número de campos, nunca questionando o visitante sobre dados que o mesmo não forneceu. -----

----- Seis.dois - Estas fichas deverão ser enviadas, por TAC (transporte administrativo de correio)/Fax/E-mail (introduzir dados no Excel), no último dia útil de cada mês, para se proceder, em sede do Sector de Turismo, à análise estatística dos dados. Este estudo será, posteriormente, reencaminhado para todos os postos de turismo. -----

----- Sete - Requisições para Gabinete de Comunicação: -----



----- Ficha para folhetos/sacos/brochuras; -----

----- Ficha para material para venda (livros). -----

----- As requisições supra mencionadas deverão ser preenchidas pelo funcionário do posto de turismo e enviadas para o Sector de Turismo por TAC, para autorização superior. -----

----- Cabe aos postos de turismo verificarem rupturas de stock e gerirem de forma adequada o material de oferta e venda existente no espaço. -----

----- Cada posto de turismo detém uma lista dos livros da CMO para venda. -----

----- Oito - Materiais promocionais externos -----

----- Os pedidos de materiais externos à CMO deverão ser dirigidos, por Fax/E-mail/TAC, ao Sector de Turismo (exemplo: materiais de hotéis, restaurantes, transportadoras, ITP/ICEP) sempre que necessário. -----

----- Cabe aos postos de turismo verificarem rupturas de stock e gerirem de forma adequada o material externo à CMO existente no espaço. -----

----- Nove - Livro de recibos da CMO -----

----- Os postos de turismo detêm um livro de recibos, que tem de ser preenchido de cada vez que se efectua uma venda. Para cada venda/produto, o funcionário do posto de turismo terá de entregar o recibo original ao comprador, destacar a primeira cópia e manter a segunda cópia no livro de recibos. O Sector de Turismo procederá à recolha das primeiras cópias destacadas e receitas conseguidas de dois em dois meses. A isto, o funcionário do posto de turismo deverá ainda anexar a cópia da requisição respectiva dirigida ao Gabinete de Comunicação, zelando e responsabilizando-se pelo livro de recibos e cópias que ficam em posse do posto de turismo. -----

----- Dez - Controlo de vendas de produtos da CMO -----

----- É responsabilidade dos postos de turismo controlarem as vendas do material requisitado, tendo em atenção a diferença entre os pedidos e as vendas. Para isso, deverão elaborar uma relação mensal do pedido/vendido e enviarem uma cópia disso por E-

mail/Fax/TAC para o Sector de Turismo.-----

----- Onze - Material de escritório/economato -----

----- Os postos de turismo detêm a lista de todo o material requisitável ao Sector de Aprovisionamento e Economato, bem como a ficha de requisição respectiva. Esta deverá ser preenchida conforme necessidades do espaço e entregue, ao Sector de Turismo por TAC/Fax/E-mail nos seguintes prazos: -----

----- Vinte e nove de Outubro;-----

----- Trinta e um de Janeiro; -----

----- Vinte e nove de Abril; -----

----- Vinte e nove de Julho; -----

----- Trinta e um de Outubro. -----

----- Doze - Internet-----

----- Os postos de turismo dispõem de PC próprio com acesso à Internet para uso dos visitantes.-----

----- Cada utilizador terá de respeitar as seguintes normas, a afixar em local visível: -----

----- Uso máximo de vinte minutos; -----

----- Só é permitido o uso exclusivo de Internet, ou seja, não é permitida a utilização do Office, introdução de disquetes ou CDs/DVDs -----

----- Não são permitidos downloads ou introdução de outras aplicações, nem acesso a sites cujo conteúdo se revele impróprio. -----

----- O utilizador terá de apresentar documento identificativo (BI, carta condução, passaporte) e ceder um contacto telefónico. -----

----- O utilizador terá de preencher uma ficha com nome, morada, telefone, BI/Passaporte, dia e hora de utilização. -----

----- Treze - Livro de reclamações-----



----- Todos os postos de turismo detêm um livro de reclamações, cujas regras do uso decorrem da circular interna número quatro, Gabinete de Qualidade, de dois mil e três, de catorze de Novembro de dois mil e três, a qual tem como posteriores alterações as seguintes:-----

----- Treze.um - Após a reclamação, o original é entregue ao Sector de Turismo em mão, o duplicado ao reclamante e o triplicado fica retido no Livro; -----

----- Treze.dois - O serviço visado deverá responder directamente ao reclamante num prazo máximo de quinze dias, conforme imposição legal; -----

----- Treze.três - O Sector de Turismo deverá remeter cópias da reclamação mais resposta da reclamação ao Departamento de Administração Geral/Gabinete de Qualidade.-----

----- Excepções:-----

----- Caso o Sector de Turismo pretenda alongar o período de resposta ao reclamante, por motivos, por exemplo de averiguAÇÃO de factos, a reclamação deverá ser remetida de imediato ao Departamento de Administração Geral/Coordenador - Secção de Expediente e Arquivo - Secção de Serviços Gerais, que irá acusar a recepção da mesma, informando para onde foi direcionada e que a resposta será dada com brevidade. -----

----- Catorze - Livro de sugestões -----

----- Todos os postos de turismo detêm um livro de sugestões (capa azul) que deverá manter-se acessível, visível e aberto a todos os visitantes que queiram deixar registado algum comentário/sugestão sobre o concelho de Oeiras. -----

----- Os comentários/sugestões deverão ser recolhidos pelo Sector de Turismo de dois em dois meses. -----

----- Reparações -----

----- Quinze - Em caso de necessidade de reparações técnicas, o funcionário do posto de turismo deverá informar imediatamente o Sector de Turismo. -----

----- Diversos -----

----- Dezasseis - Não é permitido fumar dentro dos postos de turismo; -----
----- Dezassete - Não é permitido colar, pregar ou afixar nada nas paredes ou manter bens/objectos pessoais à vista sem autorização prévia do Sector de Turismo; -----
----- Dezoito - Quando disponível, os funcionários deverão usar diariamente farda, zelar pela sua manutenção e manterem-se identificados.-----
----- Dezanove - Não é permitido deslocar do posto de turismo qualquer equipamento/material propriedade da CMO sem autorização prévia do Sector de Turismo; -----
----- Vinte - As plantas existentes deverão ser regadas pelos funcionários dos postos de turismo; -----
----- Vinte e um - Caso exista, os funcionários dos postos de turismo deverão manter os filmes alusivos ao concelho de Oeiras em constante apresentação na TV, bem como zelar pela manutenção da música ambiente”.”-----
----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

55 - PROPOSTA Nº. 1581/04 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS PROGRESSO BARCARENSE, PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTECÇÃO INDIVIDUAL:-----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:
----- “Submete-se à aprovação do Executivo Camarário, a atribuição de um subsídio no valor de cinco mil setecentos e setenta e nove euros, à Associação dos Bombeiros Voluntários Progresso Barcarense, para aquisição de equipamento de protecção individual.”-----
----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

56 - PROPOSTA Nº. 1582/04 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO DAFUNDO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTECÇÃO INDIVIDUAL:-----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:



-----“Submete-se à aprovação do Executivo Camarário, a atribuição de um subsídio no valor de dois mil setecentos e cinquenta e seis euros e cinquenta e oito cêntimos, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Dafundo, para aquisição de equipamento de protecção individual.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

57 - PROPOSTA Nº. 1583/04 - BOLSAS DE ESTUDO PARA TRABALHADORES DA CMO, EMPRESAS MUNICIPAIS, SMAS E JUNTAS DE FREGUESIA - UNIVERSIDADE ATLÂNTICA - ANO LECTIVO DE 2004/2005:-----

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Um - Introdução -----

-----A Câmara Municipal de Oeiras atribui, desde o ano lectivo de mil novecentos e noventa e nove/dois mil, Bolsas de Estudo aos seus trabalhadores, bem como aos das empresas municipais, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, e Juntas de Freguesia, que frequentam a Universidade Atlântica, propondo-se ainda a inclusão dos trabalhadores das Juntas de Freguesia do concelho. -----

-----A bolsa corresponde ao pagamento da totalidade dos encargos com matrícula e propinas, havendo aproveitamento escolar, com excepção de disciplinas em atraso. No ano lectivo transacto foram abrangidos vinte e sete trabalhadores. -----

-----Dois - Proposta-----

-----Dando continuidade ao processo, proponho:-----

-----Dois.um - A atribuição, para o ano lectivo de dois mil e quatro/dois mil e cinco, de bolsas de estudo aos trabalhadores da Câmara Municipal, Empresas Municipais, Serviços Municipalizados e Juntas de Freguesia que ingressem na Universidade Atlântica ou reúnam as condições para renovação da bolsa, havendo aproveitamento escolar, de acordo com as normas que se transcrevem:-----

----- “Normas de atribuição -----

----- Ano lectivo de dois mil e quatro/dois mil e cinco-----

----- A Câmara Municipal de Oeiras atribui, no ano lectivo de dois mil e quatro/dois mil e cinco, bolsas de estudo aos seus trabalhadores, das Empresas Municipais, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora ou das Juntas de Freguesia do concelho que ingressem na Universidade Atlântica ou que reúnam condições para renovação da bolsa atribuída no ano lectivo anterior.-----

----- O montante da bolsa corresponde aos encargos com a matrícula e propinas (excepto disciplinas em atraso) relativas a cada ano lectivo do respectivo curso e manter-se-á até à respectiva conclusão se preenchidas as condições seguintes: -----

----- Primeiro-----

----- Requisitos para a Candidatura-----

----- a) Ser trabalhador da Câmara Municipal de Oeiras, das Empresas Municipais, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora ou das Juntas de Freguesia.-----

----- b) Aproveitamento escolar (transição de ano) no ano lectivo anterior, no caso de renovação da bolsa. -----

----- c) Não possuir já habilitações ou curso de nível superior de ensino.-----

----- Segundo-----

----- Condições de Candidatura-----

----- a) Apresentação de requerimento de candidatura, conforme modelo fornecido pela Universidade Atlântica.-----

----- b) Declaração comprovativa da qualidade de trabalhador. -----

----- c) A candidatura deverá ser apresentada anualmente, para efeitos de renovação e apreciação da manutenção dos quesitos”.”-----



-----II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

58 - PROPOSTA Nº. 1584/04 - BOLSAS DE ESTUDO PARA MUNÍCIPES ALUNOS DA UNIVERSIDADE ATLÂNTICA - ANO LECTIVO DE 2004/2005: -----

-----I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

-----“Um - Introdução -----

-----A Câmara Municipal de Oeiras atribui, desde o ano lectivo de mil novecentos e noventa e nove/dois mil, bolsas de estudo a alunos residentes no concelho que ingressem no primeiro ano da Universidade Atlântica ou que reúnam condições para renovação da bolsa e que, por insuficiência económica, não possam suportar a totalidade dos encargos relativos a matrículas e propinas. -----

-----A bolsa consiste na comparticipação em cinquenta por cento dos encargos com matrícula e propinas, havendo aproveitamento escolar, com excepção de disciplinas em atraso. --

-----No ano lectivo transacto foram contemplados vinte e cinco alunos, correspondendo ao número máximo de bolseiros previsto. -----

-----Dois - Proposta-----

-----Dando continuidade ao processo, proponho:-----

-----Dois.um - A atribuição de vinte e cinco bolsas de estudo, para o ano lectivo dois mil e quatro/dois mil e cinco, a alunos que ingressem no primeiro ano, ou que reúnam as condições para renovação da bolsa, havendo aproveitamento escolar, de acordo com as normas que se transcrevem: -----

-----“Normas de Atribuição -----

-----Ano lectivo de dois mil e quatro/dois mil e cinco -----

-----A Câmara Municipal de Oeiras atribui, no ano lectivo de dois mil e quatro/dois mil e cinco, vinte cinco bolsas de estudo a alunos que ingressem no primeiro ano da Universidade Atlântica ou que reúnam condições para renovação da bolsa atribuída no ano lectivo anterior, e

que, em função dos rendimentos do agregado familiar, justifiquem este apoio social. -----

----- O montante da bolsa corresponde a cinquenta por cento dos encargos com a matrícula e propinas (excepto disciplinas em atraso) relativas a cada ano lectivo do respectivo curso e manter-se-á até à respectiva conclusão se preenchidas as condições seguintes:-----

----- Primeiro-----

----- Requisitos para a Candidatura-----

----- a) A candidatura está limitada aos alunos ordinários.-----

----- b) Ser residente no concelho de Oeiras.-----

----- c) Aproveitamento escolar no ano lectivo anterior, no caso de renovação de bolsa, sendo para esse efeito considerado aproveitamento a transição para o ano seguinte com aprovação em todas as disciplinas ou em todas menos uma.-----

----- d) Não possuir já habilitações ou curso de nível superior de ensino.-----

----- Segundo-----

----- Condições de Candidatura-----

----- a) Apresentação de requerimento de candidatura, conforme modelos fornecidos pela Universidade Atlântica.-----

----- b) Comprovação dos rendimentos auferidos pelo agregado familiar, acompanhada de declaração sob compromisso de honra, de acordo com modelo também fornecido.-----

----- c) O número de bolsas a atribuir é de vinte e cinco, sendo contemplados os primeiros vinte e cinco candidatos, ordenados por ordem crescente dos seus rendimentos.-----

----- d) Por cada agregado familiar será atribuída apenas uma bolsa.-----

----- e) A candidatura deverá ser apresentada anualmente, para efeitos de renovação e apreciação da manutenção dos quesitos”.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----



BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO DAFUNDO, PARA AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO: -----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Submete-se à aprovação do Executivo Camarário, a atribuição de um subsídio no valor de mil trezentos e vinte euros e setenta e sete cêntimos, à Associação dos Bombeiros Voluntários do Dafundo, para aquisição de fardamento.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

60 - PROPOSTA Nº. 1586/04 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PAÇO DE ARCOS, PARA AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO: -----

----- I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Submete-se à aprovação do Executivo Camarário, a atribuição de um subsídio no valor de mil quatrocentos e oitenta e três euros e noventa cêntimos, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos, para aquisição de fardamento.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

61 - PROPOSTA Nº. 1587/04 - Pº. 79-DIM/DOM/04 - RDL 1/04 - REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE OEIRAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º. E ÚLTIMO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS: -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----- “Por despacho proferido em dois de Junho de dois mil e quatro, foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe, à empresa Armando Cunha, Sociedade Anónima, pela importância de cento e seis mil quatrocentos e setenta e um euros e quarenta e sete cêntimos, com o prazo de execução de três meses, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março.” -----

----- Pela Divisão de Obras Municipais, foi elaborado o segundo e último auto de medição de trabalhos, no montante global de setenta e um mil setecentos e vinte e nove euros e sessenta e

um cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- Segundo a informação número setecentos e noventa e oito, de dois mil e quatro, da Divisão de Obras Municipais, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho: -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de setenta e cinco mil trezentos e dezasseis euros e nove cêntimos, o qual inclui a importância de três mil quinhentos e oitenta e seis euros e quarenta e oito cêntimos de IVA, à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Armando Cunha, Sociedade Anónima.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

62 - PROPOSTA Nº. 1588/04 - Pº. 81-DIM/DOM/04 - RDL 1/04 - REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE CAXIAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2.º AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS: -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “Por despacho proferido em onze de Junho de dois mil e quatro, foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe, à empresa Jodofer - Empreiteiros, Sociedade Anónima, pela importância de cento e nove mil setecentos e quarenta e nove euros, com o prazo de execução de três meses, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março. - -----

----- Pela Divisão de Obras Municipais, foi elaborado o segundo auto de medição de trabalhos, no montante global de dezoito mil setecentos e sessenta e dois euros e sessenta e três cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

----- Segundo a informação número oitocentos e quarenta e seis, de dois mil e quatro, da Divisão de Obras Municipais, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho: -----

----- A aprovação do presente auto de medição no valor de dezanove mil setecentos



euros e setenta e seis cêntimos, o qual inclui a importância de novecentos e trinta e oito euros e treze cêntimos de IVA, à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Jodofer - Empreiteiros, Sociedade Anónima.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

63 - PROPOSTA Nº. 1589/04 - Pº. 325-DIM/DCAD/04 - RECUPERAÇÃO DE TECTOS FALSOS NAS INSTALAÇÕES DO 2º. PISO DO EDIFÍCIO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS DA CMO, EM PAÇO DE ARCOS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. E ÚNICO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS: -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por vinte e dois mil quinhentos e noventa e cinco euros e sessenta e quatro cêntimos, à firma Projeconsult, Limitada. -----

----- Pela Divisão de Conservação e Administração Directa foi elaborado o primeiro (e único) auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante global de vinte e dois mil quinhentos e noventa e cinco euros e sessenta e quatro cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: -----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de vinte e três mil setecentos e vinte e cinco euros e quarenta e dois cêntimos, o qual inclui a importância de mil cento e vinte e nove euros e setenta e oito cêntimos de IVA, à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Projeconsult, Limitada.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

64 - PROPOSTA Nº. 1590/04 - Pº. 92-DIM/DOM/04 - RDL 2/04 - REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE CAXIAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS: -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “Por despacho proferido em trinta de Junho de dois mil e quatro, foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe, à Empresa Jodofer - Empreiteiros, Sociedade Anónima, pela importância de noventa e quatro mil e quinhentos euros, com o prazo de execução de três meses, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março. ---

----- Pela Divisão de Obras Municipais, foi elaborado o segundo auto de medição de trabalhos, no montante global de treze mil setecentos e vinte e cinco euros e noventa e dois cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

----- Segundo a informação número oitocentos e quarenta e sete, de dois mil e quatro, da Divisão de Obras Municipais, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho: -----

----- - A aprovação do presente auto de medição no valor de catorze mil quatrocentos e doze euros e vinte e dois cêntimos, o qual inclui a importância de seiscentos e oitenta e seis euros e trinta cêntimos de IVA, à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Jodofer - Empreiteiros, Sociedade Anónima.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

65 - PROPOSTA Nº. 1591/04 - Pº. 352-DIM/DEIP/03 - REMODELAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA RUA JOSÉ FERRÃO CASTELO BRANCO, EM PAÇO DE ARCOS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS: -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por sessenta e dois mil trezentos e sessenta e oito euros e cinquenta e oito cêntimos, à empresa C.M.E. - Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima. -----

----- Pela Divisão de Equipamento e Iluminação Pública foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante de quarenta e seis mil



setecentos e setenta e quatro euros e três cêntimos, o qual corresponde exclusivamente a trabalhos previstos. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de quarenta e nove mil cento e doze euros e setenta e três cêntimos, o qual inclui a importância de dois mil trezentos e trinta e oito euros e setenta cêntimos de IVA, à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa C.M.E. - Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

66 - PROPOSTA Nº. 1592/04 - Pº. 155-DIM/DEIP/04 - REMODELAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA RUA ANTÓNIO PASSAPORTE, EM OEIRAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS: -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “A empreitada designada em epígrafe, foi adjudicada por dezasseis mil oitocentos e cinquenta e três euros e cinquenta e três cêntimos, à empresa C.M.E. - Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima. -----

----- Pela Divisão de Equipamento e Iluminação Pública foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe, no montante de dezasseis mil oitocentos e cinquenta e três euros e cinquenta e três cêntimos, o qual corresponde exclusivamente a trabalhos previstos. -----

----- Em face do que antecede e dado que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de dezassete mil seiscentos e noventa e seis euros e vinte e um cêntimos, o qual inclui a importância

de oitocentos e quarenta e dois euros e sessenta e oito cêntimos de IVA, à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa C.M.E. - Construção e Manutenção Electromecânica, Sociedade Anónima.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

67 - PROPOSTA Nº. 1593/04 - Pº. 349-DIM/DOM/04 - EXECUÇÃO DE ACESSO PEDONAL AO BAIRRO ALTO DA LOBA, EM PAÇO DE ARCOS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. E ÚNICO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS:-----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “Por despacho proferido em três de Setembro de dois mil e quatro, pelo Excelentíssimo Director Municipal de Obras e Ambiente, foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe à empresa Armando Cunha, Sociedade Anónima, pela importância de vinte e dois mil trezentos e cinquenta e um euros e noventa e oito cêntimos, com o prazo de execução de um mês, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março. -----

----- Pela Divisão de Obras Municipais, foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos, no montante global de vinte e um mil novecentos e quinze euros e sete cêntimos, o qual corresponde a trabalhos previstos. -----

----- Segundo a informação número oitocentos e quarenta e cinco, de dois mil e quatro, da Divisão de Obras Municipais, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho: -----

----- A aprovação do presente auto de medição no valor de vinte e três mil dez euros e oitenta e dois cêntimos, o qual inclui a importância de mil e noventa e cinco euros e setenta e cinco cêntimos de IVA, à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Armando Cunha, Sociedade Anónima.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----



68 - PROPOSTA Nº. 1594/04 - Pº. 78-DIM/DOM/04 - CONSERVAÇÃO DA ESTRADA DA CARTUXA E DE TROÇO DA RUA CALVET DE MAGALHÃES, EM CAXIAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS: -----

----- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Por despacho proferido em onze de Junho de dois mil e quatro, foi adjudicada a empreitada designada em epígrafe, à Empresa Armando Cunha, Sociedade Anónima, pela importância de cinquenta e nove mil novecentos e sessenta euros, com o prazo de execução de três meses, de acordo com o Decreto-Lei número cinquenta e nove, de noventa e nove, de dois de Março. - -----

----- Pela Divisão de Obras Municipais, foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos, no montante global de vinte e oito mil duzentos e oitenta e quatro euros, o qual corresponde a trabalhos previstos.-----

----- Segundo a informação número oitocentos e cinquenta e dois, de dois mil e quatro, da Divisão de Obras Municipais, os trabalhos foram executados em boas condições, pelo que, em face do que antecede, proponho:-----

----- A aprovação do presente auto de medição no valor de vinte e nove mil seiscentos e noventa e oito euros e vinte cêntimos, o qual inclui a importância de mil quatrocentos e catorze euros e vinte cêntimos de IVA, à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à empresa Armando Cunha, Sociedade Anónima.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

69 - PROPOSTA Nº. 1595/04 - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO DE CONCEPÇÃO, ADAPTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO DESTINADO À ACTIVIDADE DE RESTAURAÇÃO SITUADO NO PRIMEIRO PISO DO MERCADO MUNICIPAL DE OEIRAS, NO CENTRO HISTÓRICO DE OEIRAS: -----

----- I - O Senhor Vereador Emanuel Martins apresentou à Câmara a seguinte proposta:---

----- “No âmbito da recuperação e revitalização do Centro Histórico de Oeiras, encontra-se o Departamento de Projectos Especiais, através do seu Gabinete do Centro Histórico de Oeiras, a promover acções que contribuam para a dinamização do já mencionado Centro Histórico. - -----

----- Surge assim, a intenção de promover a reconversão comercial do já mencionado Centro Histórico, designadamente através da promoção da criação de “estabelecimentos âncora”, que funcionarão como pólos de atracção de público, atingindo-se, desta forma, o objectivo principal de dinamização da zona. -----

----- Desta forma, pretende-se transformar o piso superior do Mercado Municipal de Oeiras numa loja âncora do Centro Histórico de Oeiras, remodelando-o por forma a adaptá-lo a Restaurante/Cervejaria. -----

----- Considerando que: -----

----- - É à Divisão de Património que cabe a abertura e tramitação dos procedimentos administrativos tendentes à concessão de exploração dos equipamentos municipais; -----

----- - O equipamento em causa reúne condições para instalação de um estabelecimento polivalente na área de Cervejaria/Restaurante, proponho que: -----

----- Primeiro - Seja autorizada a abertura de concurso público de concepção, adaptação e exploração de espaço destinado à actividade de restauração, situado no primeiro piso do Mercado Municipal de Oeiras, no Centro Histórico de Oeiras; -----

----- Segundo - Se aprovem o Programa e Caderno de Encargos do Concurso, bem como o respectivo Anúncio, que se juntam ao processo; -----

----- Terceiro - Seja nomeada a Comissão de Abertura do Concurso infra: -----

----- Presidente: Arquitecto Pedro Carrilho, Director do Departamento de Projectos Especiais; -----

----- Secretário: Senhor Jorge Vilhena, Coordenador da Secção Administrativa do



Departamento de Projectos Especiais; -----

----- Arquitecta Ana Rocha, Técnica Superior Arquitecta a prestar serviço no Departamento de Projectos Especiais; -----

----- Senhor Victor Ribeiro, Técnico Adjunto de Construção Civil a prestar serviço no Departamento de Projectos Especiais; -----

----- Doutora Ana Catarina Cabrita, Técnica Superior Jurista a prestar serviço na Divisão de Património.-----

----- Quarto - Seja nomeada a Comissão de Análise das Propostas infra: -----

----- Presidente: Arquitecto Pedro Carrilho, Director do Departamento de Projectos Especiais; -----

----- Arquitecto Graça Sá Dantas, Técnica Superior a prestar serviço no Departamento de Projectos Especiais; -----

----- Doutora Rosa Lopes, Técnica Superior a prestar serviço no Departamento de Projectos Especiais; -----

----- Doutor Miguel Ferreira, Técnico Superior de Economia e Gestão a prestar serviço da Divisão de Património; -----

----- Doutor Pedro Coelho, Gestor de Centro Urbano (representante da ACECOA).” -----

----- II - Intervindo o **Senhor Vereador Ferreira de Matos** explicou que esta proposta vem no âmbito da animação do Centro Histórico de Oeiras e da sua zona comercial. -----

----- Pensa que é importante arranjar-se um estabelecimento âncora para trazer pessoas para o centro histórico e se se conseguir, ali, instalar uma grande cervejaria que traga animação ao Largo Cinco de Outubro, os outros comerciantes, também, acabam por beneficiar.-----

----- No uso da palavra o **Senhor Vereador Emanuel Martins** sugeriu que, dado que o mercado tem uma função e a cervejaria terá outra, deveria ser feita uma escada, da fachada toda em vidro, para o exterior do mercado, de modo que, quando a praça encerra e se fecham as

portas, o mercado fique, efectivamente, fechado, mas a cervejaria possa ficar aberta e, até, trazer, para ali, outro tipo de apoio, como uma esplanada, etc..-----

----- No uso da palavra a **Senhora Presidente** disse que era importante que se avançasse, rapidamente, com o assunto, na medida em que é uma pena o Largo Cinco de Outubro estar como está, visto ter muitas potencialidades e não ter vida nenhuma, acrescentando que, outra coisa que quer, naquele Largo, são flores, porque é importante haver coisas vivas, independentemente da recuperação que se possa vir a fazer, situação que deverá ser explicada através duma tela, com algumas fotografias sobre o que se pensa fazer no local, mesmo que seja virtual. De resto, já falou com o Arquitecto Carrilho para estudar jogos de água para o local, visto achar que se coaduna muito bem.-----

----- Intervindo o **Senhor Vereador Luís Pires** disse que, para que seja criado um estabelecimento âncora para a zona histórica, é preciso que o Executivo se preocupe em aguçar o apetite dos empresários com estacionamento, porque, se não houver facilidade de estacionamento ali, torna-se muito complicado, lembrando que o sucesso do restaurante Varanda Azul, no Restelo é a facilidade do estacionamento, concluindo a **Senhora Presidente** que isso é fundamental, porque assim a estabilidade é garantida.-----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

70 - PROPOSTA Nº. 1596/04 - SUSPENSÃO PREVENTIVA DO FUNCIONÁRIO JOÃO CONCEIÇÃO PINTO, ARGUIDO NO ÂMBITO DO PROCESSO DISCIPLINAR 28/04: -----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Um - Em onze de Outubro de dois mil e quatro foi elaborada participação pelo Senhor Doutor Vítor Major, Veterinário, nos termos da qual era superiormente dada conta dos factos ocorridos em sete de Outubro de dois mil e quatro entre o participante e o funcionário do canil municipal, Senhor João Conceição Pinto. -----

----- Dois - Em doze de Outubro de dois mil e quatro tal participação foi recebida pelo



Senhor Vereador Ferreira de Matos, tendo sido mandado instaurar processo disciplinar destinado a apurar as responsabilidades do funcionário arguido nas ocorrências participadas, tendo em vinte e seis de Outubro de dois mil e quatro, por despacho da Senhora Presidente, sido nomeada instrutora do mesmo a Coordenadora do Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico, Doutora Maria de Lurdes Vaz. -----

----- Três - Analisado o teor da participação e ouvido o arguido em declarações pela instrutora em dois de Novembro de dois mil e quatro, foi desde logo detectada a existência de um forte clima de animosidade entre arguido e participante; -----

----- Quatro - Tal situação, sem pretender por em causa a presunção de inocência que se reconhece, até ao fim da instrução do processo disciplinar vinte e oito, de dois mil e quatro, ao arguido, é susceptível de permitir ou facilitar a repetição de situações de conflito entre participante e arguido.-----

----- Cinco - Tal situação é fortemente plausível se se tiver em conta que, por força das funções que o arguido, enquanto tratador e apanhador de animais, exerce, o contacto com o participante é diário.-----

----- Seis - A simples possibilidade de repetição de situações de conflito aberto mostra-se gravemente perturbadora do regular funcionamento do serviço em que tanto arguido como participante exercem as suas funções, sendo certo que se mostra incompatível com a dignidade que se deve exigir a todo o funcionário público enquanto no exercício das suas funções.-----

----- Sete - Assim, a manutenção ao serviço do arguido, durante o período de instrução do presente processo, acarreta o risco de ocorrência de graves prejuízos para o prestígio da Câmara Municipal de Oeiras e para o correcto e regular funcionamento do serviço do Canil Municipal. --

----- Oito - Nesta conformidade e nos termos do artigo quinquagésimo quarto do Decreto-Lei vinte e quatro, de oitenta e quatro, de dezasseis de Janeiro- Estatuto Disciplinar- revelando-se inconveniente para o serviço a presença do funcionário do Canil Municipal João Conceição

Pinto, arguido no processo disciplinar vinte e oito, de dois mil e quatro, proponho a sua suspensão preventiva, a contar da data da presente deliberação até decisão final do processo mas não por prazo superior a noventa dias. -----

----- Nove - O arguido conservará, durante o período de suspensão preventiva, o direito ao vencimento de categoria.”-----

----- II - Submetida a proposta a votação, através de escrutínio secreto em que se verificaram onze votos a favor, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

71 - PROPOSTA Nº. 1597/04 - ABATE AO INVENTÁRIO DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA E SUA CEDÊNCIA À ÁRIA - ASSOCIAÇÃO DE REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA AJUDA E OEIRAS: -----

----- I - O Senhor Vereador Emanuel Martins apresentou à Câmara a seguinte proposta: --

----- “A Associação de Reabilitação e Integração da Ajuda e Oeiras (ÁRIA), vem solicitar por intermédio da Divisão de Informática a cedência de dois Pc’s, dois monitores e duas impressoras.-----

----- A Divisão de Informática não dispõe actualmente de computadores novos pelo que se optou por seleccionar do equipamento informático existente, resultante das retomas, a listagem que se encontra junto ao processo, cujas características são insuficientes para as necessidades actuais dos serviços da CMO. -----

----- Face ao exposto, propõe-se: -----

----- - O abate dos bens mencionados ao inventário da Câmara Municipal de Oeiras.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

72 - PROPOSTA Nº. 1598/04 - ABATE AO INVENTÁRIO DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA E SUA CEDÊNCIA AO CLUBE DE KUNG FU HONG LONG - ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL: -----

----- I - O Senhor Vereador Emanuel Martins apresentou à Câmara a seguinte proposta: --



-----“O Clube de Kung Fu Hong Long, Associação Desportiva e Cultural sediada no concelho de Oeiras, vem solicitar por intermédio da Divisão de Informática, a cedência de um PC e um monitor.-----

-----A Divisão de Informática não dispõe actualmente de computadores novos pelo que se optou por seleccionar do equipamento informático existente, resultante das retomas, a listagem que se encontra junto ao processo, cujas características são insuficientes para as necessidades actuais dos serviços da CMO.-----

-----Face ao exposto, propõe-se:-----

----- O abate dos bens mencionados ao inventário da Câmara Municipal de Oeiras.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

73 - PROPOSTA Nº. 1599/04 - ABATE AO INVENTÁRIO DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA E SUA CEDÊNCIA AO CENTRO DE INFORMÁTICA DA ESCOLA SECUNDÁRIA DO INSTITUTO DE S. JOSÉ, EM MOÇAMBIQUE: -----

-----I - O Senhor Vereador Emanuel Martins apresentou à Câmara a seguinte proposta:---

-----“O Centro de Informática da Escola Secundária do Instituto de São José, em Moçambique, vem solicitar por intermédio da Divisão de Informática, a cedência de dois Pc's e dois Monitores.-----

-----A Divisão de Informática não dispõe actualmente de computadores novos pelo que se optou por seleccionar do equipamento informático existente, resultante das retomas, a listagem que se encontra junto ao processo, cujas características são insuficientes para as necessidades actuais dos serviços da CMO.-----

-----Face ao exposto, propõe-se:-----

----- O abate dos bens mencionados ao inventário da Câmara Municipal de Oeiras.” -----

----- II - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

74 - PROPOSTA Nº. 1600/04 - EXPOSIÇÃO “TERMINAL” - PROTOCOLO A CELEBRAR

ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E A PLANO 21 - ASSOCIAÇÃO CULTURAL:-----

----- I - O Senhor Vereador Jorge Barreto Xavier apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “Considerando que a Câmara Municipal de Oeiras prossegue uma política cultural que visa articular as diversas componentes de actividade na área da Cultura e que, no âmbito das Grandes Opções do Plano para dois mil e quatro, tem vindo a desenvolver um alargado número de actividades, criando novos programas, promovendo a modificação de outros e a consolidação dos que se considera merecedores.-----

----- No âmbito das linhas previstas para o ano em curso e como consequência da forte adesão aos programas desenvolvidos e à receptividade da população do Concelho para as dinâmicas culturais, considera a Câmara Municipal de Oeiras importante a realização de um evento de projecção local, nacional e internacional no domínio da arte contemporânea, que permita projectar o Concelho de Oeiras de forma efectiva também no domínio da Cultura. -----

----- O suporte e a promoção da arte contemporânea correspondem, no quadro das políticas culturais, à variável de incentivo à novidade e ao desenvolvimento.-----

----- Novidade e desenvolvimento são duas características do Concelho de Oeiras e considera-se que a realização de uma acção de longa duração neste âmbito é propiciadora de novos públicos, de atracção de artistas contemporâneos e operadores culturais conexos para o Concelho, de aumento de visibilidade e prestígio numa área que tem por característica estender os efeitos de visibilidade à acção geral do promotor (como é visível, a nível nacional e internacional pela associação de eventos culturais marcantes a certas cidades ou regiões). -----

----- Pretendendo que, também na arte contemporânea, o Concelho de Oeiras seja referência na Área Metropolitana de Lisboa e no País, esta acção é consolidadora das diversas intervenções que estão em curso.-----

----- Este tipo de intervenção é, também, propiciadora do desenvolvimento de acções de



carácter pedagógico que aproximem crianças, jovens e adultos (nas suas diversas faixas etárias) de temas e actividades que representam as dinâmicas sociais mais cosmopolitas e, como tal, portadoras de aproximação do Concelho aos grandes debates culturais contemporâneos. -----

----- É na sequência dessa programação e de acordo com a justificação referida, que se pretende desenvolver uma exposição com características plásticas, performativas, audiovisuais e multimédia. -----

----- O espaço considerado adequado para o efeito é o Hangar K-Sete é um espaço situado na Fundição de Oeiras que recebeu nos últimos anos alguns programas culturais contemporâneos relevantes, promovidos pela Câmara Municipal de Oeiras, sendo o único espaço no Concelho adequado para este tipo de iniciativa. -----

----- A dimensão e as características do espaço aconselham à constituição de agentes coordenadores da intervenção, que promoverão a preparação e concretização das diversas acções desejáveis. -----

----- Para a concretização dos propósitos referenciados, considera a Câmara Municipal de Oeiras dever constituir parcerias com agentes da sociedade civil que garantam, pelas suas características, a projecção, o rigor e a operacionalidade dos eventos a programar, assim como o desenho adequado do espaço em termos de projecto expositivo. -----

----- Nestes termos, e considerando que das diversas propostas recebidas em dois mil e quatro para exposições, a proposta apresentada por parte da Plano Vinte e um - Associação Cultural responde aos objectivos definidos para este domínio de intervenção cultural do município conforme explicado; -----

----- Atento os currículos dos responsáveis daquela entidade, reconhecendo a originalidade e validade da proposta apresentada e a sua adequação aos objectivos genéricos de programação pretendidos no âmbito da programação cultural definida para dois mil e quatro e de acordo com o desejável para o ano de dois mil e cinco, por se pretender alargar os impactes desta

intervenção; -----

----- Assim, ao abrigo do preceituado na alínea b) do número quatro do artigo sexagésimo quarto e no artigo sexagésimo sétimo ambos da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção introduzida pela Lei número Cinco-A, de dois mil e dois, de onze de Janeiro, propõe-se a esta Câmara Municipal:-----

----- Um - A aprovação da celebração de um Protocolo entre o Município de Oeiras e a Plano Vinte e Um - Associação Cultural, associação de direito privado sem fins lucrativos, que define as condições de montagem e desenvolvimento de uma exposição de arte contemporânea a realizar no Hangar K-Sete, situado na Fundição de Oeiras; -----

----- Dois - A aprovação da minuta de Protocolo que se transcreve:-----

----- “Exposição Terminal -----

----- Protocolo de Parceria -----

O Município de Oeiras prossegue uma política cultural que visa articular as diversas componentes de actividade na área da Cultura. -----

No âmbito das Grandes Opções do Plano para dois mil e quatro, tem vindo a desenvolver um alargado número de actividades, criando novos programas, promovendo a modificação de outros e a consolidação dos que se considera merecedores. Os trabalhos de criação da Carta Municipal de Cultura, de constituição do Conselho Municipal de Cultura, de criação do Regulamento de Apoio às Actividades Culturais e Recreativas, o alargamento de espaços de exposição, o desenvolvimento da programação dos auditórios municipais, a programação cultural do Parque dos Poetas e a Festa da Poesia, a criação do ciclo de Jazz Europeu, do festival Penínsulas de Música, o alargamento de concertos da Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras, as comemorações do Dia Mundial da Dança, a programação cultural da Fábrica da Pólvora e dos jardins do Palácio Marquês de Pombal, são exemplos das concretizações nos termos das Grandes Opções do Plano Dois Mil e Quatro. -----



No âmbito das linhas previstas para o ano em curso e como consequência da forte adesão aos programas desenvolvidos e à receptividade da população do Concelho para as dinâmicas culturais, considera a Câmara Municipal de Oeiras importante a realização de um evento de projecção local, nacional e internacional no domínio da arte contemporânea, que permita projectar o Concelho de Oeiras de forma efectiva também no domínio da Cultura. -----

O suporte e a promoção da arte contemporânea correspondem, no quadro das políticas culturais, à variável de incentivo à novidade e ao desenvolvimento. Novidade e desenvolvimento são duas características do Concelho de Oeiras e considera-se que a realização de uma acção de longa duração neste âmbito é propiciadora de novos públicos, de atracção de artistas contemporâneos e operadores culturais conexos para o Concelho, de aumento de visibilidade e prestígio numa área que tem por característica estender os efeitos de visibilidade à acção geral do promotor (como é visível, a nível nacional e internacional pela associação de eventos culturais marcantes a certas cidades ou regiões). Pretendendo que, também na arte contemporânea o Concelho de Oeiras seja referência na Área Metropolitana de Lisboa e no País, esta acção é consolidadora das diversas intervenções que estão em curso. -----

Este tipo de intervenção propicia, também, o desenvolvimento de acções de carácter pedagógico que aproximem crianças, jovens e adultos (nas suas diversas faixas etárias) de temas e actividades que representam as dinâmicas sociais mais cosmopolitas e como tal, portadoras de aproximação do Concelho aos grandes debates culturais contemporâneos. -----

O Hangar K-Sete é um espaço que recebeu nos últimos anos várias exposições de arte contemporânea relevantes, promovidas pela Câmara Municipal de Oeiras. É na sequência dessa programação e de acordo com a justificação referida, que se pretende desenvolver uma exposição que permita uma multiplicidade de eventos plásticos, performativos, audiovisuais e multimédia. -----

Para a concretização dos propósitos referenciados, considera a Câmara Municipal de Oeiras

dever constituir parcerias com agentes da sociedade civil que garantam, pelas suas características, a projecção, o rigor e a operacionalidade dos eventos a programar, assim como o desenho adequado do espaço em termos de projecto expositivo.-----

Das diversas propostas de exposições recebidas em dois mil e quatro, considera-se que a apresentada pela Plano Vinte e Um responde, pela sua originalidade, rigor e curricula dos autores, mais adequada à prossecução dos objectivos de política cultural anteriormente enunciados.-----

A dimensão e as características do espaço aconselham à constituição de agentes coordenadores da intervenção, que promoverão, de acordo com a descrição de programação anexa, a preparação e concretização das diversas acções desejáveis.-----

Nestes termos, considera a Câmara Municipal de Oeiras, de acordo com os objectivos genéricos no âmbito da programação cultural definida para dois mil e quatro e de acordo com o desejável para o ano de dois mil e cinco, por se pretender alargar os impactes desta intervenção, protocolar a exposição “Terminal”. A exposição Terminal é um projecto complexo, recebendo a presença de diversas expressões artísticas, desde as artes plásticas à música, passando pela dança e pelo multimédia, reflectindo as tendências da arte contemporânea.-----

Assim, ao abrigo do preceituado na alínea b) do número quatro do artigo sexagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezembro de Setembro, na redacção introduzida pela Lei número Cinco-A, de dois mil e dois, de onze de Janeiro;-----

Entre:-----

O Município de Oeiras, pessoa colectiva número quinhentos milhões setecentos e quarenta e cinco mil novecentos e quarenta e três, com sede no Largo Marquês de Pombal, em Oeiras, neste acto representado pela sua Presidente, Doutora Teresa Pais Zambujo, adiante designada como CMO ou primeiro outorgante;-----

A Plano Vinte e Um - Associação Cultural, pessoa colectiva número quinhentos e seis milhões



trezentos e noventa e cinco mil duzentos e noventa e quatro, com sede na Rua de Moçambique, número trinta, primeiro direito em Lisboa, representada neste acto por António Paulo de Sousa Mendes na qualidade de Presidente da Direcção com poderes para o efeito, adiante designada por Plano Vinte e Um ou segunda outorgante;-----

É acordado e reciprocamente aceite o presente Protocolo, que se rege pelas cláusulas seguintes: -

----- Capítulo Um -----

----- Disposições Comuns -----

----- Cláusula Primeira -----

Um - Constitui objecto do presente Protocolo a definição das condições de preparação e desenvolvimento de uma exposição de arte contemporânea, de ora em diante denominada Terminal, promovida pela Câmara Municipal com a colaboração da Plano Vinte Um a decorrer de dez de Abril de dois mil e cinco a trinta e um de Agosto de dois mil e cinco;-----

Dois - A Câmara Municipal de Oeiras poderá abrir a parceria a outras entidades, no âmbito dos objectivos definidos, para a concretização plena do projecto Terminal; -----

Três - O referido Projecto, apresentado no Anexo a este Protocolo, Anexo que dele é parte integrante, visa o desenvolvimento de uma programação que permita uma multiplicidade de eventos plásticos, performativos, audiovisuais e multimédia centrados na arte contemporânea, de acordo com as propostas apresentadas pelas entidades promotoras e a submeter a prévia aprovação da Câmara Municipal, tendo por localização o Hangar K-Sete no recinto da Fundição de Oeiras. - -----

----- Cláusula Segunda -----

Um - A coordenação geral do programa “Terminal” compete à Câmara Municipal de Oeiras, adiante designada por CMO, através do pelouro da Cultura, sendo, nomeadamente, da sua responsabilidade a aprovação da programação e eventuais alterações na mesma, a estratégia de divulgação, o controlo operacional, que corresponde à aferição dos procedimentos operacionais

dos diversos agentes implicados nas actividades, o controlo financeiro, que corresponde à aferição da adequação da receita e despesa aos resultados;-----

Dois - A CMO assegurará a divulgação das actividades, de acordo com a sua disponibilidade, através de anúncios na imprensa local, nacional e internacional, de spots de TV na RTP Dois na área da programação institucional, de utilização da rede MUPI do Concelho, flyers divulgativos, Roteiro Trinta Dias, postal/convite, Correios DM (Portugal) e DMI (Estrangeiro), bandeirolas, sinalização na via pública (num raio de cinco mil metros ao redor do complexo da Fundição de Oeiras/Armazém K-Sete); página Web, catálogos das exposições, folhetos informativos (sobre actividade/programação),dossiers de Imprensa, dossiers de apoio a acções pedagógicas, seminários e workshops, ou outras;-----

Dois.um - Todo o material de divulgação desta parceria deverá indicar: “uma iniciativa da Câmara Municipal de Oeiras com a colaboração da Plano Vinte Um, Associação Cultural”, devendo os materiais gráficos ou de comunicação ser aprovados pela CMO previamente à sua impressão ou veiculação;-----

----- Cláusula Terceira -----

Um - A CMO assegurará a funcionalidade básica do espaço, responsabilizando-se ainda pelo consumo de água, electricidade e instalação de linha telefónica, admitindo-se a sua utilização pelo conjunto de operadores do projecto, em termos a definir pela CMO;-----

Dois - A CMO assegurará os serviços de segurança, vigilância e limpeza do espaço em termos considerados adequados pelos serviços municipais competentes;-----

Três - Compete à Segunda Outorgante zelar pela segurança dos bens, obras de arte e outros objectos de valor considerável afectos à programação aprovada, devendo, para o efeito, celebrar e manter em vigor os respectivos contratos de seguro;-----

----- Cláusula Quarta -----

Um - Para efeitos de concretização do Projecto protocolado, a CMO garante a utilização à Plano



Vinte e Um, da zona designada no Edifício da Fundição de Oeiras, Hangar K-Sete, com a área demarcada na Planta que integra o anexo deste Protocolo e dele faz parte integrante com a letra A, para a realização de exposições e outras acções de arte contemporânea, conforme Programa explicitado no Anexo;-----

Dois - Concomitantemente, a CMO designa a área demarcada na Planta anexa com a letra B, para a realização de exposições e outras acções de arte contemporânea, consentâneas com a programação constante do Anexo, conforme Programa a definir directamente pela CMO;-----

Três - A calendarização da utilização do espaço para espectáculos, conferências ou outros eventos é gerida directamente pela CMO, de acordo com os objectivos definidos para a exposição Terminal, podendo as entidades parceiras solicitar a sua utilização.-----

-----Capítulo Dois-----

----- Disposições Específicas -----

----- Cláusula Quinta -----

Um - No âmbito do presente Protocolo, constituem deveres específicos da Plano Vinte e Um - Associação Cultural: -----

- a) Elaborar, para o espaço designado, a Programação baseada numa ideia coerente, de acordo com o Programa apresentado no anexo a este Protocolo; -----
- b) Assegurar a contratação de Colaboradores capazes de responder profissionalmente ao desafio consignado no presente Protocolo; -----
- c) Assegurar, em colaboração com a CMO, a contratação de Pessoal de reforço para a montagem e desmontagem de exposições que em cada caso se revelarem necessário.-----
- d) Fornecer todos os elementos considerados necessários para a elaboração de material promocional, informativo e para a publicidade das actividades do Espaço; -----
- e) Coordenar e executar a Programação aprovada, seleccionando as obras a apresentar, contactando os artistas, pessoas ou entidades afins, celebrando contratos que se mostrem

necessários, coordenando a montagem e a desmontagem, transportes, seguros e os conteúdos de catálogos, promoção, divulgação e publicidade, sendo todas essas operações da sua exclusiva responsabilidade; -----

f) Promover com regularidade um programa educativo que incentive os municípios em geral, nomeadamente, crianças e jovens em idade escolar, famílias, pessoas idosas, pais e professores, associações culturais, recreativas e juvenis a visitar as actividades desenvolvidas;-----

Dois - A Plano Vinte e Um desenvolverá os seus melhores esforços, em colaboração com a CMO, no sentido de obter patrocínios, contrapartidas, mecenato e outras formas de financiamento ou de fornecimento de bens e serviços que permitam solidificar a Programação aprovada ou a realização de actividades não previstas na formulação inicial desse Programa;-----

Três - A CMO acorda com a Plano Vinte e Um que esta poderá solicitar ou executar alterações no espaço que lhe for destinado, como motivo das especificações técnicas das obras a expor e de acordo com o projecto de museografia elaborado e em função das limitações do espaço e da CMO para a eventual execução do solicitado.-----

Quatro - A direcção artística do espaço utilizado pela Plano Vinte e Um é assegurada por Paulo Mendes, podendo ser convidados outros Curadores (Guest Curators), com acordo prévio ou por sugestão da CMO (com o acordo prévio da Plano Vinte e Um), para colaborar na programação ou estabelecer parcerias com outras entidades públicas e privadas de modo a viabilizar a referida programação.-----

Cinco - Nos casos de Parcerias, a Plano Vinte e Um poderá estabelecer com as referidas entidades contrapartidas financeiras que contribuirão, deste modo, para reforçar o orçamento para a programação elaborada, desde que as mesmas tenham fins claramente não lucrativos. -----

----- Cláusula Sexta -----

Um - Constitui dever específico da CMO a atribuição ao abrigo do presente Protocolo e para efeito da concretização do desenho de espaço e programação inerente, nos termos do Anexo do



presente Protocolo e que dele faz parte integrante a quantia de duzentos e oitenta e seis mil setecentos e trinta euros, à Plano Vinte Um, associação cultural, quantia para a concretização do projecto nos termos explicitados no orçamento integrante do Anexo;

Dois - A CMO obriga-se a entregar à Plano Vinte e Um, contra os respectivos recibos de quitação, o montante referido no número anterior, de acordo com a seguinte calendarização:

- a) cinquenta mil euros nos vinte dias posteriores à celebração do Protocolo;
- b) cem mil euros na data de vinte de Dezembro de dois mil e quatro;
- c) oitenta mil euros na data de dez de Abril de dois mil e cinco que corresponde à data de abertura da actividade de acordo com a programação em anexo e que é parte integrante do presente Protocolo;
- d) A Plano Vinte e Um poderá solicitar a antecipação do pagamento referido na alínea c) do presente número dois da cláusula sexta se houver antecipação no prazo de conclusão da preparação do espaço para o projecto, do que deverá informar com a antecedência mínima de trinta dias sob essa data a CMO;
- e) Quarenta mil euros na data de trinta de Junho de dois mil e cinco;
- f) Dezasseis mil e setecentos euros na data de um de Outubro de dois mil e cinco, com a entrega do relatório de actividades e contas respeitante ao período de vigência do Protocolo, relatório esse que deverá integrar os justificativos de despesa efectuada;
- g) Antes da entrega de cada tranche, exceptuando a primeira, deverá a Plano Vinte e Um fazer entrega à CMO de relatório intercalar da despesa efectuada ou de compromissos de despesa assumidos e que justifiquem a libertação da tranche subsequente;

Três - O cancelamento unilateral da preparação do espaço de acordo com o projecto anexo e que é parte integrante do presente Protocolo, montagem ou programação aprovada por parte da Plano Vinte e Um, sem qualquer motivo justificativo aceite pela CMO, implica o reembolso dos pagamentos efectuados pela CMO, acrescidos de juros à taxa legal em vigor;

----- Capítulo Três -----

----- Disposições finais -----

----- Cláusula Sétima -----

Um - O presente Protocolo vigora para o período relativo ao projecto, contado a partir da sua data de celebração. -----

Dois - Qualquer das partes pode, porém, denunciar o Protocolo se houver uma violação efectiva das obrigações inerentes ao mesmo, por carta registada com aviso de recepção enviada pelo menos com vinte dias úteis de antecedência em relação à data de denúncia; -----

a) Dirigida à Câmara Municipal de Oeiras, quando o direito de denúncia seja exercido pela Plano Vinte e Um; -----

b) Dirigida à Plano Vinte e Um, quando o direito de denúncia seja exercido pelo Município de Oeiras. -----

Três - A Câmara Municipal de Oeiras poderá, a qualquer momento, denunciar o presente Protocolo, se for dada indicação explícita, por parte da entidade proprietária do Hangar K Sete da necessidade da sua entrega para efeito da sua demolição; -----

Quatro - No caso previsto no número anterior, não caberá à Plano Vinte e Um qualquer indemnização por efeito desta denúncia ou consequências da mesma; -----

Cinco - Havendo compromissos assumidos pela Plano Vinte e Um com o acordo prévio da CMO e que sejam postos em causa por uma eventual antecipação da demolição do Hangar K Sete, deverá a CMO garantir, na medida do acordo existente nos termos do Protocolo, o cumprimento dos compromissos em causa; -----

----- Cláusula Oitava -----

Um - Sem prejuízo do direito de rescisão, o incumprimento do programa apresentado por parte da Plano Vinte e Um e aprovado pela CMO, designadamente o incumprimento do prazo do programa, por causas que lhe sejam imputáveis, fará incorrer o infractor num processo de multa



contratual a instaurar pela Câmara Municipal, de montante variável entre quinhentos euros e cinquenta mil euros, em função da gravidade da violação; -----

Dois - O incumprimento de obrigações protocolares por parte da CMO desonera a Plano Vinte e Um da apresentação de resultados dependentes dessas obrigações; -----

----- Cláusula Nona -----

Um - Os diferendos que eventualmente surjam entre as partes outorgantes relativamente à interpretação, execução, aplicação, alteração, resolução, ou rescisão do presente Protocolo ou sobre a exposição Terminal, no âmbito do mesmo, será resolvida pela coordenação municipal, ouvida a Plano Vinte e Um; -----

Dois - Os conflitos resultantes do presente Protocolo serão dirimidos pelo foro da Comarca de Oeiras com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das partes. -----

Oeiras, ... de ... de dois mil e quatro. -----

Câmara Municipal de Oeiras; -----

A Plano Vinte e Um - Associação Cultural.”.” -----

----- II - A Câmara, por maioria com abstenção do Senhor Vereador Arnaldo Pereira, deliberou aprovar o proposto. -----

----- O Anexo ao Protocolo dá-se aqui como transcrito, ficando arquivados em Pasta Anexa ao Livro de Actas, nos termos do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, de oitenta e dois, de dezanove de Agosto. -----

75 - PROPOSTA Nº. 1601/04 - PROTOCOLO PARA A PROMOÇÃO E ANIMAÇÃO TURÍSTICA ENTRE A JUNTA DE TURISMO DA COSTA DO ESTORIL, A CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA, A CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS, A CÂMARA MUNICIPAL

DE MAFRA E A JUNTA DE TURISMO DA ERICEIRA:-----

----- I - O Senhor Vereador José Ferreira de Matos apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

----- “A Câmara Municipal de Oeiras celebrou, em dezassete de Maio de dois mil e um, um protocolo de cooperação turística entre as Câmaras Municipais de Mafra, Oeiras e Sintra e Juntas de Turismo da Ericeira e Costa do Estoril, aprovado em reunião de Câmara no dia vinte e sete de Dezembro de dois mil.-----

----- A celebração desse protocolo, que se encontra em vigor até à presente data, visava a potenciação turística do Município de Oeiras em articulação com as entidades supra referidas, dada a naturais afinidades deste concelho com a Costa do Estoril, Sintra e Mafra. -----

----- Presentemente e na sequência da implementação de um novo conceito de branding da Área Promocional de Lisboa, enquadrado pelo Sistema de Identidade do Turismo Nacional, será necessário reorganizar a área constituída pelos concelhos de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra, conforme proposta de protocolo que a seguir se transcreve e se apresenta para aprovação. -----

----- “Protocolo para a Promoção e Animação Turística entre a Junta de -----
----- Turismo da Costa do Estoril a Câmara Municipal de Sintra, a Câmara Municipal-----
----- de Oeiras, a Câmara Municipal de Mafra e a Junta de Turismo da Ericeira-----

A implementação de um novo conceito de branding da Área Promocional de Lisboa, enquadrado pelo Sistema de Identidade do Turismo Nacional, obriga a reorganizar a área constituída pelos Concelhos de Cascais, Sintra, Oeiras e Mafra e que, até à entrada em vigor do novo conceito, se subordinava à marca Estoril/Sintra.-----

Estamos perante a necessidade de reequacionar o branding subjacente à área do Estoril/Sintra, aproveitando a oportunidade para valorizar a notoriedade turística dos quatro Concelhos que a compõem e desenhar uma filosofia que esteja conforme com os novos dados do Turismo de Portugal e antecipe as linhas orientadoras, nomeadamente de financiamento, que irão ser



determinadas para as estruturas locais e regionais de promoção turística. -----

Sabendo que não continuarão a existir materiais promocionais que abranjam os quatro municípios e que, por tal, é necessário proceder à execução dos mesmos por concelho é fundamental proceder à consequente disponibilização de verbas para o efeito. -----

A execução do que fica acordado no presente documento vem garantir uma maior autonomia às partes envolvidas, permitindo a cada uma delas um acréscimo de notoriedade e de representatividade, estando devidamente salvaguardada a sua complementaridade turística para os produtos Golfe e Mice; uma distribuição justa e racional dos recursos disponíveis; e a necessária articulação com as normas e as práticas entretanto definidas pelo Governo da República para as Áreas Promocionais. -----

Nestes termos é aprovado o Protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

----- Cláusula Primeira -----

O presente Protocolo visa estabelecer um consenso relativamente à elaboração e ao financiamento, das actividades de promoção turística, específica, nacional e internacional, e de animação turística, da área beneficiada pelas contrapartidas anuais para promoção e animação turística da zona de jogo do Estoril, correspondente aos Concelhos de Cascais, Sintra, Oeiras e Mafra, através das verbas para a Promoção e Animação turística dos quatro concelhos ao abrigo das contrapartidas da zona de jogo do Estoril. -----

----- Cláusula Segunda -----

As marcas subjacentes ao presente protocolo são as seguintes: -----

a) No capítulo da promoção externa:-----

- Lisboaestoril, para a área do município de Cascais;-----
- Sintra, no âmbito de lisboaregião, para a área do município de Sintra;-----
- Oeiras e Mafra no âmbito de Lisboa.região integrado na Agência Regional de Promoção Turística da Área promocional da Área Promocional. -----

b) No capítulo da promoção interna:-----

- Sintra, para a área do município de Sintra;-----
- Estoril, para a área do município de Cascais;-----
- Mafra, para a área do município de Mafra; -----
- Oeiras, para a área do município de Oeiras. -----

-----Cláusula Terceira-----

São excepção à cláusula anterior e mantêm-se inalterados os termos actuais da participação dos quatro Concelhos envolvidos no programa de contratualização de Lisboa Região, do Estoril Sintra Convention Bureau e do PPC Estoril Sintra Golf Coast ou outro programa que o substitua, na proporção prevista na cláusula quarta.-----

-----Cláusula Quarta-----

Importa estabelecer uma fórmula equilibrada para determinar a percentagem de investimento em promoção e animação turística, em relação a cada um dos concelhos.-----

Assim serão levados em consideração prioritariamente e com maior incidência os indicadores sobre a performance da actividade turística sendo o indicador das receitas o mais importante.

Importa por outro lado, levar em consideração a capacidade hoteleira (camas) instalada.-----

Neste quadro é adoptada a seguinte formula:-----

- percentagem capacidade hoteleira - factor de ponderação um-----
- percentagem receitas hoteleiras - factor de ponderação dois -----
- correcção de forma a garantir investimento mínimo a afectar. -----

-----Cláusula Quinta (anterior cláusula quarta)-----

Deste modo, a matriz que serve de base para as decisões de partilha do presente acordo estabelece para cada Concelho as seguintes quotas: Cascais, sessenta por cento; Sintra, vinte e um por cento; Oeiras, doze por cento; Mafra, sete por cento.-----

Esta matriz foi acordada com base nos elementos referidos no anexo um.-----



----- Cláusula Sexta -----

As quotas referidas na cláusula anterior devem ser adaptadas, anualmente, em função da evolução dos parâmetros referidos, utilizando-se os últimos dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística.-----

----- Cláusula Sétima -----

A Junta de Turismo da Costa do Estoril compromete-se a informar cada uma das restantes entidades do orçamento total atribuído pela tutela para a elaboração do Plano Anual de Promoção e Animação Turística assim que lhe seja comunicado pela tutela -----

----- Cláusula Oitava-----

Caberá à Junta de Turismo da Costa do Estoril proceder à repartição das verbas provenientes do jogo do Estoril para animação e promoção turística dos quatro concelhos de acordo com as percentagens previstas na cláusula quarta. -----

----- Cláusula Nona -----

Os planos anuais de promoção e animação turística, devidamente orçamentados, para cada concelho, e após discussão pelas entidades subscritoras, serão apresentados conjuntamente pela Junta de Turismo da Costa do Estoril e submetidos para aprovação ao Ministério do Turismo até ao dia trinta e um de Outubro do ano anterior a que respeita. -----

----- Cláusula Décima -----

Após ser notificada do despacho da tutela referente ao Plano Anual de Promoção e Animação Turística, a Junta de Turismo da Costa do Estoril informará por escrito as restantes entidades do conteúdo desse despacho no prazo de dez dias. -----

----- Cláusula Décima Primeira -----

Os planos anuais complementares de cada concelho, no que toca a promoção externa, deduzidos das participações previstas na cláusula segunda, serão apresentados à Agência Regional de Promoção Turística da Área Promocional de Lisboa e farão parte integrante do plano de

actividades desta.-----

-----Cláusula Décima Segunda-----

a) A Junta de Turismo da Costa do Estoril disponibilizará as verbas previstas nos planos anuais de promoção e animação turística para os quatro concelhos, contra apresentação da documentação comprovativa da realização das acções previstas, e após respectivo reembolso por parte do Instituto de Turismo de Portugal.-----

b) O procedimento referido na alínea anterior poderá ser alterado sempre que se trate de uma actividade relevante, em que haja direito a pagamento antecipado para prize Money ou outros e/ou que não seja um evento total ou parcialmente organizado pelas entidades, e após o respectivo reembolso por parte do Instituto de Turismo de Portugal.-----

-----Cláusula Décima Terceira-----

Os subscritores poderão estabelecer entre si acções conjuntas de promoção e animação turística, sendo que as acções de promoção externas deverão ser propostas à Agência Regional de Promoção Turística da Região de Lisboa e apresentadas a esta em documento único.-----

-----Cláusula Décima Quarta-----

A gestão do presente protocolo será assegurada pelas entidades subscritoras que reunirão para discussão e elaboração do plano de promoção e de animação turística e sempre que tal se justifique.-----

-----Cláusula Décima Quinta-----

a) O presente protocolo vigora por tempo indeterminado, se nenhuma das entidades subscritoras o denunciar por escrito, com pelo menos três meses de antecedência.-----

b) A denúncia do protocolo não poderá em caso algum pôr em causa a concretização do plano de promoção e animação turística do ano em que a rescisão se verificar.-----

-----Cláusula Décima Sexta-----

O presente protocolo entra em vigor no dia um de Janeiro de dois mil e cinco”.”-----



-----II - O **Senhor Vereador Ferreira de Matos** explicou que este protocolo vem na sequência do anterior e foi discutido na base de uma participação mais activa do Concelho de Oeiras.-----

-----Enquanto no anterior havia uma comparticipação, de apenas cinco por cento, nas verbas, conseguiu-se, agora, uma base de doze por cento, o que lhe parece importante para poder desenvolver algumas actividades.-----

-----A Junta de Turismo está em fase de extinção, pensando que, daqui a um ano, já não haverá esse organismo, visto ser a única junta a funcionar em pleno, acrescentando que, ainda, existe a da Curia e da Ericeira, mas com um orçamento de dois mil contos por ano, praticamente, não existem, sendo intenção fazerem-se postos de turismo.-----

-----Nessa altura, se conseguir o apoio dos parceiros - Cascais, Sintra e Mafra, trará uma proposta à Câmara, no sentido de se fazer uma Associação Intermunicipal para Promoção do Turismo, Lisboa Região, nessa vertente, Tejo/Atlântico.-----

-----O **Senhor Vereador Luís Pires** deu os parabéns ao Senhor Vereador Ferreira de Matos por ter conseguido esse acréscimo.-----

-----Intervindo o **Senhor Vereador Emanuel Martins** disse que, em relação a este protocolo, a única diferença que notou foi, precisamente, essa do acréscimo, que é, manifestamente, importante para Oeiras.-----

-----Prosseguindo, lembrou que é curioso como é que, há cinco anos a esta parte, antes de estar este Senhor Vereador no pelouro, o turismo não era considerado matéria para o concelho, tanto mais que já havia turismo em Lisboa e no Estoril, lamentando que a pessoa em causa não esteja aqui para se defender, mas isso está em acta, ou seja, quando dizia ao Doutor Tavares Salgado que era uma vergonha Oeiras ser a última Câmara a aderir, porque no caso do Turismo da Costa do Estoril, Oeiras até foi depois de Mafra e em Lisboa só apareceu na segunda reunião e, quando chamou a atenção para a possibilidade de se incrementar o turismo, as razões de

justificação dadas pelo Senhor Presidente, é que o turismo não era considerado matéria para o concelho. Ora, se assim não tivesse sido, Oeiras, hoje, na área do turismo estaria de outra maneira, motivo por que considera importante que o Senhor Vereador Ferreira de Matos se preocupe e refira que há mais a fazer do que aquilo que já se está a fazer e que não se estava a fazer no passado, o que mostra haver uma evolução estratégica num concelho que já é líder, em muitas áreas, mas que nesta não era, talvez porque o anterior Presidente funcionava muito na base dos assessores e sem a sua orientação estratégica não funcionava, talvez por também não ter essa visão estratégica do turismo para o concelho de Oeiras, até por estar, exactamente, nessa tenaz, que é a Junta do Turismo da Costa do Estoril e a Associação de Turismo de Lisboa, podendo tirar partido das duas para emergir, tendo, na altura, trazido documentos de apoio à criação, por ser defensor como forma afirmativa, no sentido disso se realizar, de modo que, o Vereador ter essa visão é muito importante, porque mostra que a Câmara também está a procurar evoluir numa área que para o P.S. não é assim tão displicente, razão pela qual se congratulou com a assinatura deste protocolo. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente** disse não poder deixar de referir a sua não concordância, na totalidade, com aquilo que o Senhor Vereador Emanuel Martins referiu, por lhe parecer que, há cinco anos atrás, o turismo não era e que só agora é que é importante. -----

----- Isso não é verdade, pois, na altura, o que o Senhor Presidente disse foi que se estava num processo embrionário, em termos turísticos e, naturalmente, era preciso potencializar, em termos de oferta de turismo, a oferta de camas. Nessa altura lançaram-se as sementes para, hoje, se poder avançar e até a política de turismo ser muito mais desenvolvida. -----

----- Como fazia parte desse Executivo, considera uma injustiça o que foi dito e, por isso, não pode deixar de referir que parece que não havia turismo em Oeiras e nem vontade de o fazer e que só agora é que há, quando isso não é verdade. Este é um processo gradual, em que, nessa altura, foram lançadas as sementes e, agora, colhem-se os frutos dessa situação. -----



-----Continuando, disse que a vocação turística não se cingia à oferta de mar e sol, mas, também, exploração da vertente do turismo de negócios e, tanto assim é, que com o desenvolvimento estratégico se criaram parques empresariais em Oeiras. O Senhor Vereador Emanuel Martins pertencia a esse Executivo e sabe, bem, que houve várias discussões sobre essa matéria e nunca se referiu que Oeiras não tinha vocação turística. -----

-----Muita coisa mudou desde essa altura, abriram vários hotéis que é uma oferta turística importante e se eles abriram é porque tinham sido lançadas as pedras, no mandato passado, concluindo que o Senhor Vereador está a cometer uma injustiça e por isso não pode ficar calado, sob pena de ferir a sua consciência. -----

-----O **Senhor Vereador Emanuel Martins** disse que se se está a cometer uma injustiça é por defeito, retorquindo o **Senhor Vice-Presidente** que é a opinião do Senhor Vereador Emanuel Martins, volvendo **este Senhor Vereador** que o que disse foi aquém daquilo que está dito e para que o Senhor Vice-Presidente não tenha dúvidas, deve pedir aos serviços todas as actas sobre a matéria, tanto as da Câmara, como as da Assembleia Municipal, para não lhe restarem dúvidas. -----

-----Continuando disse que a sugestão do turismo empresarial foi sua, porque a manifestação de turismo não se reflectia, apenas, no turismo vulgar, quando, aqui, foi tão duramente atacada a valência do turismo, foi abordado numa reunião pela bancada do P.S. que disse haver outras lógicas de fazer turismo, que nada tinham a ver com mar e sol. -----

-----Se o Senhor Vice-Presidente quiser, pode arranjar-lhe actas da Assembleia Municipal do tempo em que ainda não era Vereador e era membro daquele Órgão, onde, taxativamente, o Senhor Presidente da Câmara, de então, dizia que não era uma opção estratégica do concelho considerar o turismo, porque o turismo não fazia sentido, estando Oeiras na tenaz de Lisboa e Costa do Estoril, retorquindo o **Senhor Vice-Presidente** que não precisa das actas porque tem boa memória, volvendo o **Senhor Vereador Emanuel Martins** que a

memória é como as camisas, veste-se aquela que convém. -----

----- Continuando, disse que não está aqui a fazer a guerrinha que o P.S. disse, mas, tem que dizer que, várias vezes, quando se falava do turismo era essa a resposta e o Senhor Vereador Tavares Salgado chegou a dizer que isso não era relevante e, por isso, não fazia sentido, situação que vem de muitos anos antes, sendo certo que o Senhor Vice-Presidente tem razão quando diz que, nos últimos anos, e não se refere só aos últimos três, não foi à toa que estabeleceu a data dos cinco anos, que começou a haver alguma inflexão, que se materializou, de uma forma substantiva e com paradigma para o turismo empresarial, com aberturas, com saídas, com adesões, acrescentando que Oeiras foi a única Câmara, embora já pertencendo, que não esteve presente na reunião da Associação de Turismo de Lisboa e, na altura, fez esse reparo e responderam-lhe que não esteve mas participou. Isso está tudo em acta e mais do que ter boa memória, solicitou ao Senhor Vice-Presidente, para que não fique a ideia que um deles é mentiroso, ou que esteja a exagerar o que é a sua memória, que faça o favor de pedir as actas que referem essa matéria porque, efectivamente, há uma inflexão no turismo e esses sete por cento estão muito aquém daquilo que foi a evolução do turismo no Concelho, pois, na sua opinião, não são sete, são setenta. -----

----- Intervindo o **Senhor Vice-Presidente** argumentou que quis contrariar o Senhor Vereador Emanuel Martins, porque assistiu a muitas reuniões sobre essa matéria e o que foi dito é que Oeiras, em termos turísticos, não podia competir com Lisboa, Sintra e Cascais e que era preciso encontrar o caminho, não competindo, directamente, com esses três municípios na vertente turística, até em oferta de camas, porque Oeiras, na altura, não tinha uma vertente alternativa e essa vertente, que, sempre, foi especificada como vertente estratégica de desenvolvimento, em termos turísticos, seria a vertente de negócios e, nesse sentido, foram dados passos, sendo certo que agora houve uma maior evolução, estão a dar-se passos mais significativos, mas, daí, a dizer que não se pensava em termos turísticos e só a partir de agora é



que se pensa é, na sua opinião, uma injustiça que se está a cometer. -----

----- No uso da palavra, o **Senhor Vereador Luís Pires** reforçou estar-se no caminho certo, havendo áreas que merecem ser incentivadas, na medida em que está a aparecer no Concelho o turismo desportivo, à volta de várias modalidades desportivas e como os concelhos limítrofes não têm, Oeiras podia tirar partido da posição privilegiada que tem. -----

----- Falta o equipamento multiusos, sugestão que já teve oportunidade de fazer aquando da discussão do plano da Cruz-Quebrada, onde hoje está a Lusalite, na medida em que falta ao Concelho um espaço onde se possam fazer grandes congressos, visto o auditório do Tagusparque já ser pequeno para esse efeito e aquela área, bonita, junto ao Tejo, não devia ter mais serviços, nem mais poluição. -----

----- Em relação a essa sugestão, o **Senhor Vice-Presidente** esclareceu que, efectivamente, já foi falado e no âmbito do processo urbanístico a desenvolver na zona do Estádio Nacional, mais precisamente no Alto da Boa Viagem, isso foi equacionado, tendo a Câmara pensado criar ali um pavilhão multiusos com capacidade para grandes eventos. -----

----- No uso da palavra o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** disse que, acerca da divergência existente relativamente ao que seria a perspectiva da Câmara na política turística pela maioria que geria o Executivo, neste caso o PSD, estava do lado do Senhor Vereador Emanuel Martins, porque, efectivamente, essas afirmações estão transcritas em acta, por isso nada mais há a fazer do que consultar as actas para identificar quais eram as posições e como elas evoluíram. -----

----- Felizmente todas as posições evoluem e não se devia perder muito tempo sobre quais eram as posições, porque elas estão documentadas e transcritas em acta e o problema é resolvido dessa forma. -----

----- Como se falou nos turismos de negócio e desportivo, lembrou que, sempre, focou a extraordinária importância do turismo cultural e, nessa altura, chamou atenção para o facto deste

Concelho ter um património cultural edificado, que podia potenciar uma oferta turística, extraordinariamente, interessante desse ponto de vista e, até, fez propostas concretas sobre que equipamentos era preciso construir, assim como a necessidade de se criar um Museu Polinucleado que valorizasse o património, bem como a rota das fortalezas na Orla Ribeirinha, etc..-----

----- No que diz respeito à proposta em apreço, não duvidando dela, tanto mais que o Senhor Vereador Ferreira de Matos já deu explicações satisfatórias, tem dito que quanto mais importantes são as propostas, mais merecem ser analisadas e ponderadas, para obterem uma tomada de posição de todas as forças políticas, acrescentando que se for necessário votar hoje a proposta fá-lo-á, mas gostaria que fosse adiada, para a próxima reunião para poder fazer uma análise mais aprofundada e, também, para se poder pronunciar de uma forma mais fundamentada.-----

----- **O Senhor Vereador Rui Soeiro** recordou não pertencer aos anteriores Executivos e, por isso, não conhece as discussões que houve, nem que posições foram tomadas mas, também, lhe parece que isso não é muito importante, embora, para si, uma coisa é perfeitamente clara, de há três anos a esta parte, deve ser feita honra ao Senhor Vereador Ferreira de Matos e à Senhora Presidente, porque tomaram uma posição estratégica, perfeitamente, clara.-----

----- Começaram por criar a equipa, reformular o espaço e, sobretudo, apostar na divulgação do turismo em Oeiras e isso, na sua opinião, deu frutos e daí ter havido um crescimento e um desenvolvimento do turismo no Concelho.-----

----- Intervindo o **Senhor Vereador Ferreira de Matos** começou por agradecer as palavras elogiosas que teceram à equipa, já que considera que os elogios devem ser para a equipa e não para si.-----

----- Em relação à proposta, em causa, e ao pedido do Senhor Vereador Arnaldo Pereira para a mesma ser adiada, opinou que, pessoalmente, não vê obstáculo algum em que ela seja



discutida noutra altura, o único inconveniente é da Junta de Turismo, porque as Câmara de Mafra e Cascais já aprovaram, Sintra ia aprovar esta semana e resta Oeiras, acrescentando que a Junta precisa da aprovação deste documento para enviar ao Instituto de Turismo de Portugal para que tenha o andamento normal, retorquindo o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** que se tivesse recebido essa proposta há dois dias estaria em condições de a votar, volvendo o **Senhor Vereador Ferreira de Matos** que ela só chegou aos Serviços, ontem, ao fim do dia, embora tenha sido discutida, há uns dias atrás, mas só ontem chegou e, ainda, quis que ela fosse vista pelo Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico antes de a apresentar ao Executivo, razão pela qual não a distribuiu na reunião de trabalho, lamentando o que aconteceu, mas que se deveu ao facto da Junta não a ter feito chegar em tempo útil.

-----Quanto ao turismo em si, lembrou que não se constrói num dia, não vale a pena pensar que foi tudo feito nos últimos dois ou três anos, seguramente que não, pode ter evoluído muito nesse tempo, mas uma parte vinha de trás, prendia -se com opções estratégicas que vinham sendo tomadas.

-----Foi criada uma equipa. Efectivamente, no turismo não havia uma equipa e foi criada porque se criaram também condições para o fazer e pode dizer que se está a trabalhar em todas as frentes, deixou-se o orgulhosamente sós, para se pertencer ao Lisboa/Região, ter uma quota parte e assumi-la como tal, sendo impensável querer turismo para Oeiras que não passe por Lisboa, pelo Casino do Estoril, pelo Palácio da Pena, pois, sendo Oeiras parte integrante dessa área, assumiu isso e pertence à Associação de Turismo de Lisboa e à Junta de Turismo do Estoril.

-----O turismo de negócios, na sua opinião, é fundamental; foi-se fortalecendo ao longo dos anos, está cada vez mais forte e é importante, tal como o turismo cultural, acrescentando que muitas dessas verbas são para apoiar uma parte de acções que a cultura desenvolveu, em dois mil e quatro, e irá desenvolver em dois mil e cinco, porque a cultura e o turismo casam,

perfeitamente, e até tem defendido que, no futuro, faz sentido que o turismo e a cultura estejam no mesmo pelouro, interrompendo o **Senhor Vereador Emanuel Martins** para dizer que isso é uma opção estratégica, volvendo o **Senhor Vereador Ferreira de Matos** que até pode ser uma opção estratégica, mas é a sugestão que deixa para quem vier. -----

----- Considera fundamental para este fortalecimento do turismo a aquisição do Palácio do Marquês de Pombal, porque é um local histórico de chamamento, assim como o Parque dos Poetas, onde já teve oportunidade de ver autocarros com turistas belgas, o que o faz pensar nas razões que levam os turistas europeus a deslocarem-se, em autocarros, para vir visitar o Parque dos Poetas, o que significa que aquele parque é uma atracção turística e já foi absorvido pelos agentes do turismo ao nível da região de Lisboa. -----

----- O **Senhor Vereador Emanuel Martins** perguntou se o Parque dos Poetas não tivesse sido colocado na Agenda Turística-Cultural tinha importância significativa na estratégia do turismo do Concelho, respondendo o **Senhor Vereador Ferreira de Matos** que tudo funciona em conjunto, acrescentando que a Fábrica da Pólvora, a Zona Ribeirinha, o desporto, sendo este último, um tipo de chamamento, em todo o mundo, razão pela qual as actividades náuticas e o Porto de Recreio vão ter um papel importantíssimo no futuro.-----

----- Se lhe perguntarem se é uma opção estratégica, responderá que sim, até porque a Câmara tem vindo a tomar essas opções estratégicas que, na sua opinião, têm vindo a fortalecer o turismo do Concelho de Oeiras. -----

----- Continuando, lembrou que muitas vezes as pessoas esquecem a restauração e, hoje, sobretudo Paço de Arcos é uma referência gastronómica no Concelho, porque muita gente anda quilómetros para vir comer a Paço de Arcos, sendo os restaurantes daquela localidade falados em qualquer parte do País.-----

----- À conta destas coisas todas o turismo cresceu, mas cresceu, principalmente, à conta da divulgação, concluindo que foram criados os mecanismos para divulgar toda essa oferta que



há no Concelho, acrescentando o **Senhor Vice-Presidente** que não se pode esquecer da oferta de camas. -----

----- No uso da palavra o **Senhor Vereador Emanuel Martins** considerou que tudo aquilo que disse não mereceu a atenção do Senhor Vereador Ferreira de Matos, em relação, depois, à sua exposição. -----

----- A verdade dos factos é que ninguém põe em causa se os equipamentos existiam ou não, até, porque há formas de turismo no Concelho, que não têm, necessariamente, que requerer hotéis, pode-se fazer isso sem unidades hoteleiras. -----

----- A questão que o Senhor Vereador Ferreira de Matos colocou, quer de restaurantes, quer de alguns equipamentos e actividades, sobretudo culturais, é uma opção estratégica, quer se goste, quer se não goste, inquirindo como é que se diz que há uma opção estratégica para um Concelho e se diz, a seguir, que foi criada uma equipa quando, na sua opinião, antes de ter uma opção estratégica, tem de se criar uma equipa, na medida em que não conhece nenhuma estratégia sem equipa, fazendo-lhe confusão como é que, durante anos, se teve essa opção sem se ter uma equipa. -----

----- O conceito de turismo, esta forma de lhe dar visibilidade, tem lógica, porque uma coisa é dizer que se aceita que as pessoas venham ao concelho mas turismo, no sentido estrito, não tem, necessariamente, que ser competitivo, têm é que se procurar as devidas competências e saber onde aplicar os conhecimentos que se têm, acrescentando que a Senhora Presidente deu um impulso ao turismo e o Senhor Vereador Ferreira de Matos é uma pessoa humilde, nesta forma de estar, mas o certo é que foi ele que o desenvolveu. -----

----- Como vereador da oposição, até, devia estar calado, porque o Senhor Vereador Ferreira de Matos nem é do seu partido, mas tem de lhe prestar as suas homenagens, porque o seu trabalho tem ido ao encontro daquilo que sempre defendeu, acrescentando que essa história do conceito de turismo, quer se goste, quer não, o modelo foi trazido por si. -----

----- De novo no uso da palavra, o **Senhor Vereador Ferreira de Matos** informou que nos dias vinte e três e vinte e quatro do corrente mês, terá lugar uma visita educacional do turismo, em que, para além da equipa de Oeiras, também participam os operadores do turismo, juntas de turismo, postos de turismo e câmaras municipais, para que, ponto por ponto, se mostre o que Oeiras tem, para lançar o turismo, internamente, porque, na sua opinião, não se deve esperar, só, pelos estrangeiros. -----

----- Intervindo o **Senhor Vice-Presidente** lembrou que estão todos de acordo em muitos aspectos, mas o Senhor Vereador Emanuel Martins começou a personalizar e como não gosta de personificações, a intervenção que fez, há pouco, foi uma intervenção não personalizada.-----

----- Não põe em causa os méritos da Senhora Presidente, como não põe em causa os méritos do Senhor Vereador Ferreira de Matos, mas o certo é que esta política tem vindo a crescer, acrescentando que, da intervenção do Senhor Vereador Emanuel Martins, parece que, há cinco anos atrás, não se pensava no turismo e que, só, agora é que se começa a pensar, quando esta é uma área, onde se tem vindo a dar passos, ao longo dos anos e, neste momento, fruto da oferta que se tem, desde a Zona Ribeirinha, ao Palácio do Marquês, ao Parque dos Poetas, à Fábrica da Pólvora, etc. e, até, ao próprio desporto, que origina que comece a aparecer oferta hoteleira, aliás, isso iniciou-se com a construção do Hotel Amazónia, perto do Estádio Nacional, que começou a ser centro de estágio de alguns clubes, seguindo-se o Solplay, também, pela proximidade do Estádio que, na sua opinião, está mal aproveitado, porque o Estádio Nacional não está na mão da Câmara, porque se estivesse já se tinha dado a volta.-----

----- Continuando, disse que, sempre, foi preocupação do Executivo e, agora, é que foi dado um impulso porque há mais oferta, que está a ser divulgada, acrescentando que há meia dúzia de anos atrás, não se podia divulgar, porque não havia nada para divulgar, sendo certo que isso só aconteceu por políticas de investimento ao longo do tempo.-----

----- O **Senhor Vereador Emanuel Martins** considerou não ter sido compreendido,



porque o Senhor Vice-Presidente disse que percebeu que há cinco anos atrás não se fazia turismo, quando não foi isso que disse, pois o que referiu, há pouco, foi que há cinco anos atrás não se queria ter turismo, atalhando o **Senhor Vice-Presidente** que está, completamente, em desacordo, observando o **Senhor Vereador Emanuel Martins** que comprehende que esteja em desacordo, mas o certo é que, há dez anos atrás, o turismo não era uma opção estratégica definida e explicada assim. Não é que não se pensasse nela, pensar, pensava-se em tudo, mas definia-se que não era opção e isso é fácil de verificar consultando as actas. -----

-----Reportando-se à intervenção do Senhor Vice-Presidente sobre a lógica do turismo obedecer à construção dos hotéis, ou à construção do que quer que seja, lembrou que isso vem depois. O turismo não nasce porque se construíram hotéis, algum turismo pode nascer por isso, mas há turismo que não precisa de hotéis e esse já havia em Oeiras, o que não havia era equipas, nem programas, nem metodologias, nem práticas, nem estratégia e, sobretudo, não havia vontade. -----

-----Em relação às equipas, o **Senhor Vice-Presidente** observou que elas só se criam quando existe um campo para praticar, acrescentando que criar equipas para depois não haver sítio para jogar, não vale a pena.-----

-----Concluiu dizendo que quando o Senhor Vereador Ferreira de Matos diz que a cultura e o turismo deviam estar num único pelouro, não discorda, mas, em termos orgânicos da Câmara, estão na mesma unidade orgânica que é a Divisão de Cultura e Turismo, isso nunca foi dissociado. Personalizar num único Vereador até pode ser a atitude correcta, como aconteceu com o trânsito e transportes que estavam divididos e agora estão juntos.-----

-----III - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto. -----

-----IV - Mais foi deliberado remeter o assunto à Assembleia Municipal para aprovação. -

76 - PROPOSTA N.º 1602/04 - PROCESSO DISCIPLINAR N.º 11/04:-----

-----Esta proposta, na sequência da reunião extraordinária, hoje realizada, mantém-se

agendada a fim de ser votada na reunião extraordinária a ter lugar no próximo dia quinze. -----

**77 - PROPOSTA Nº. 1562/04 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SMAS
PARA O ANO DE 2005:** -----

----- I - A Senhora Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, em reunião extraordinária de três de Novembro de dois mil e quatro, aprovou por unanimidade as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de dois mil e cinco. -----

----- Nessa medida, para os efeitos tidos por convenientes, submete-se à apreciação da Câmara Municipal as mencionadas Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de dois mil e cinco, devendo as mesmas ser remetidas, posteriormente, à Assembleia Municipal de Oeiras, nos termos da alínea b) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro, conjugado com o disposto na alínea a) do número seis do artigo sexagésimo quarto, ambos da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro.” -----

----- II - Continuando, a Senhora Presidente disse ter mandado distribuir este documento, atempadamente, a fim dos Senhores Vereadores o poderem analisar e, pese embora, o facto de ser hábito o mesmo ser votado depois das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara, não fazia grande sentido estar a adiá-lo, visto que já está aprovado pelo Conselho de Administração dos SMAS, até porque uma coisa não invalida a outra. -----

----- Assim sendo, referiu que em termos das prioridades estabelecidas pelo Conselho de Administração e que constam da sua nota inicial, em que procura, de alguma forma, dar as linhas gerais em que assenta o desenvolvimento do projecto, mas, ao fim e ao cabo, como todos se devem recordar, decorre, também, de uma estratégia que teve oportunidade de apresentar no início do último mandato, mais concretamente, quando apresentou, na altura, o Plano de Actividades e o Orçamento para mil novecentos e noventa e nove, para um horizonte temporal já



bastante dilatado, de cerca de dez anos, em que disse tudo aquilo que, em termos de reservas estratégicas de água e em termos de remodelação de redes, sejam elas de água, sejam de esgotos, se ia fazer e que, nos anos seguintes, estes documentos, com aquela designação ou com outra, entroncavam exactamente nessa estratégia. -----

----- Acrescentou que, em termos de reservas estratégicas de água no Concelho de Oeiras, falta a situação do Alto dos Barronhos, cuja primeira fase já está programada na parte do P.D.I., no sistema próprio, concluindo-se com isso, naquela zona oriental do Concelho, toda a situação de abastecimento, não só da reserva em si, como também do abastecimento de água deixar de ser feito, directamente, pela conduta da EPAL nos casos em que tal se verifica e, portanto, passa a ser feito pelo Reservatório do Alto dos Barronhos, o que, como é óbvio, vai fazer com que toda a rede naquela zona fique, perfeitamente, restabelecida. -----

----- Portanto, com o Reservatório e com a primeira fase do Alto dos Barronhos fica-se muito confortável para um horizonte temporal de dez a quinze anos. -----

----- Relativamente à situação de Queijas, que é uma reserva estratégica mas de outra natureza, porque, no fundo, não tem significado no conjunto e tem outro tipo de funções bem mais importantes que a própria reserva estratégica, e é por isso que não a denomina como tal, mas é algo que está, ainda, pendente de algumas negociações a nível de terreno e, realmente, não tem um significado, em termos de reserva, que permita pormenorizar sobre esta matéria. -----

----- No que concerne à Amadora, todo este processo tem decorrido, normalmente, após ter sido passada e ultrapassada toda uma fase em que a negociação de terrenos foi muito difícil, dado que, mesmo depois dos mesmos estarem definidos, lembrouam-se de passar com estradas por cima ou instalar equipamentos mas, felizmente, tudo isso foi ultrapassado, está tudo sanado e, por conseguinte, neste momento, também a esse nível, as reservas estratégicas têm vindo a ser desenvolvidas, estão programadas e, portanto, não há qualquer problema em termos de desenvolvimento de toda esta situação. -----

----- A este propósito, recordou que o novo Conselho de Administração iniciou as suas funções em Setembro, conforme foi definido por esta Câmara Municipal e tem decorrido tudo de uma forma bastante satisfatória, com uma colaboração que é de enaltecer e, felizmente que isso acontece, porque todos trabalham abertamente e ninguém tem qualquer problema a apontar, seja ele bom ou mau, embora haja sempre algo a melhorar, como em tudo na vida, mas, realmente, tem havido um ambiente fantástico de trabalho e uma articulação muito boa com a Câmara Municipal da Amadora, apesar de, inicialmente, ter pensado que poderia haver algum problema que podia ser detectado, tendo em conta que os três administradores indicados por aquela Câmara não são Vereadores da mesma, mas, felizmente, não há, rigorosamente, nenhum problema e continua tudo na mesma, ou seja, a trabalhar como sempre e, volvidos estes dois meses, aquilo que pode dizer é que o ambiente é o melhor. -----

----- Prosseguindo, referiu que, como habitualmente, este documento foi apresentado ao Conselho de Administração, após o que foi enviado à Câmara Municipal da Amadora para informação, pois nunca seria aprovado pelo Conselho de Administração sem que aquela edilidade se pronunciasse e dissesse que estava tudo correcto. Ora, depois de percorridas essas etapas, o Conselho de Administração aprovou-o, por unanimidade, sem qualquer reparo e sem qualquer alteração e, a partir daí, como é óbvio, é que foi apresentado a esta Câmara que é quem tem que aprovar o documento.-----

----- Gostaria, ainda, de chamar a atenção para um aspecto que lhe parece importante e que consiste no facto do programa que tem vindo a ser desenvolvido com o LNEC, a nível da água e do sistema de esgotos, estar a correr muito bem, pois continua-se a “dar cartas” nessa matéria e a fazer com que este tipo de trabalho possa ser desenvolvido sem qualquer espécie de problemas e, ao fim e ao cabo, tem-se tido resposta para a bateria de indicadores que foram definidos, em termos internacionais, e são coordenados, a nível nacional, pelo LNEC. Houve, também, um momento muito importante na vida dos SMAS que foi a primeira fase de



acreditação do Laboratório de Análises, pelo Instituto Português da Qualidade, processo este que, quanto a si, é sempre um processo interminável, porque à medida que se vai conseguindo uma série de parâmetros, vai-se avançando e vai-se tendo sempre auditorias ao sistema, sendo indicadas pessoas que são os interlocutores. Desde logo, a primeira que é ela própria, a segunda é um administrador e a terceira é a chefia responsável que, neste caso, é a Engenheira Cristina Paiva que é a responsável pelo laboratório. No entanto, a esta fase outras se seguirão e os SMAS são, permanentemente, auditados para não haver qualquer dúvida. Acrescentou que ela própria foi felicitada pela EPAL, dado que se trata de um processo muito moroso, mas os SMAS conseguiram que ele chegasse ao fim, o que é raro, e conseguiram ser, de facto, a esse nível, também, uma referência muito importante, razão pela qual considera que foi uma vitória muito grande, ter-se conseguido, no ano de dois mil e quatro, chegar a este ponto. Assim, espera que tudo se continue a fazer no sentido de, cada vez mais, se conseguir ter os lotes de parâmetros acreditados, sucessivamente, à medida que se vai caminhando em todo este processo. -----

----- Acrescentou que nas estimativas que foram feitas se tomou como base os dois ponto oito que é, exactamente, aquilo que se segue em termos dos índices oficiais.-----

----- Relativamente à água há, também, o compromisso de que não se mexe nos seus valores, enquanto nada for decidido a nível da convenção da Direcção-Geral do Comércio e Concorrência, ou seja, enquanto não for assinada a convenção nada é mexido. -----

----- Aconselhou, ainda, os Senhores Vereadores a não ficarem admirados pelo facto da Amadora, em termos do mapa resumo de investimentos por concelhos e objectivos, estar acima dos valores de Oeiras, factor que se deve, sobretudo, às reservas estratégicas. Aliás, se se vir em termos da água, tem mais um milhão de euros do que Oeiras dado que, por razões óbvias, houve um ritmo diferente no desenvolvimento. -----

----- Concluiu dizendo que, basicamente, é isto que queria dizer; de resto, o documento segue a mesma filosofia e a mesma estrutura dos anos anteriores.-----

----- No uso da palavra o **Senhor Vereador Luís Pires** inquiriu sobre a situação em termos de diminuição de perdas de água, ao que a **Senhora Presidente** respondeu que, como todos devem estar recordados, houve uma grande oscilação mas, já no ano passado, se estava com vinte e oito por cento, este ano está nos vinte e seis por cento e, neste momento, tudo indica que o valor das perdas está estabilizado até porque o investimento foi muito grande. A este propósito, deve dizer que a determinada altura se interrogava como é que era possível, que com tanto investimento que se estava a fazer na remodelação e nas Z.M.C.'s, os valores não baixassem, apesar de saber que tudo isto é muito moroso, porque aquilo que se estava a fazer eram identificações de zonas de medição e controlo, e fazer toda esta avaliação é de uma morosidade extrema, mas, às tantas, não podia deixar de se interrogar como é que tal era possível, com tanto e tanto investimento que se tem feito a este nível mas, entretanto, foi trocando impressões com o actual Presidente das Águas de Portugal, pessoa bem entendida nesta matéria, que lhe disse que dos vários sistemas, mesmo a nível internacional, as pessoas interrogam-se muito, porque há flutuações muito grandes até entrar na fase da estabilidade, tendo-lhe adiantado que, a partir de um determinado nível de investimento se começa a sentir uma estabilização. Realmente, foi isto que aconteceu porque, no ano passado, estava-se com vinte e oito por cento, embora tivesse havido momentos com vinte e seis por cento, mas este ano já se está nos vinte e seis por cento e, por conseguinte, estará estabilizado à volta deste valor. Estando estabilizado e assim que se viu consolidado, estar-se-á em condições de dizer que, só, vale a pena ir até ao ponto x, que é isso que lhe falta saber neste momento para se encontrar um equilíbrio.- -----

----- De novo no uso da palavra, o **Senhor Vereador Luís Pires** disse que, dado o excelente trabalho que tem vindo a ser feito e que se tem verificado em diversas áreas, e tendo havido, a determinada altura, aquele célebre projecto de concessionar a exploração do fornecimento e distribuição de água, gostaria de saber qual o ponto da situação, ou seja, se está



pensado algo ou se essa hipótese foi abandonada, ao que a **Senhora Presidente** respondeu que a ideia não foi abandonada e está tudo em aberto; aliás, tem falado, frequentemente, com o Presidente da Câmara da Amadora sobre esta matéria e, a dada altura, até se colocou a ideia de, em vez de se avançar para uma concessão, se constituir uma empresa intermunicipal, embora deva dizer que, pessoalmente, tem sempre as maiores dúvidas relativamente às empresas, sejam elas municipais ou intermunicipais, e, neste caso em concreto, tem dúvidas se valerá a pena passar de um regime desta natureza para um regime de uma empresa intermunicipal, até porque se funciona em termos empresariais. No entanto, já tem outro tipo de dúvidas, tendo sido isso que defendeu no início, que era passar da situação actual para outra situação que tinha a ver com aquilo que foi discutido em oportunidade e em que se chegou àquele momento de avançar sozinhos ou em conjunto, mas continua a dizer que em conjunto é que faz sentido, até, porque, tecnicamente, não pode defender outra coisa. -----

-----No uso da palavra, o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** disse considerar muito positivo, relativamente à reserva estratégica, os progressos que se fizeram e o facto do problema estar praticamente resolvido. No que concerne às perdas de água, recorda que já foi dito que o ideal é que elas se situassem na ordem dos vinte e dois por cento e ainda se está um pouco longe, mas o documento não é explícito a esse respeito, embora pense que, certamente, haverá estudos sobre isso, porque há várias razões para as perdas e era importante saber, dessas razões, quais são as que têm que ver com o uso indevido da água da rede. Há, ainda, um outro aspecto que se prende com as perdas mas, sobretudo, com o consumo da água, dado que se desperdiça, de uma maneira criminosa, um bem escasso com é a água, situação que tem de terminar, pois não se pode prolongar por muito mais tempo, pelo que deveriam ser adoptadas medidas no que diz respeito às regas, às limpezas, etc., com vista a não ser utilizada a água da rede para esta finalidade dado que isso é um crime. A este propósito tem-se dito, sempre, que é uma matéria, um bocado, complicada mas, na sua opinião, deveria ser elaborado um programa estratégico e

definir determinados objectivos que apontassem nesse sentido. Esta é uma opinião que tem sido proclamada sempre que discutem as G.O.P.́s dos SMAS mas não sabe se têm sido feitos estudos e progressos nessa matéria. -----

----- Por outro lado, também não sabe se existe, ao nível do Concelho, um levantamento dos furos existentes e se existe, também, um controlo a esse respeito. Diz isto porque participou, há pouco, numa reunião com o responsável do Estádio Nacional, onde lhe foi dito que estavam com um problema gravíssimo ao nível da qualidade da água da piscina, etc., porque estavam a utilizar a água de furos que estavam contaminados, pelo que tiveram que fazer um rápido tratamento de descontaminação. Aliás, um dos objectivos fundamentais, neste momento, de investimento é o da substituição de toda a rede que está, completamente, ultrapassada, mas admitem que houve utilizações indevidas, como, por exemplo, o facto de, ainda há pouco tempo, lá ter funcionado uma quinta, com rebanhos, com vacas, etc.. Portanto, também era conveniente que, ao nível dos SMAS, se fizesse um estudo das reservas em termos de lençóis freáticos, dos furos existentes e da situação da água. -----

----- Relativamente à remodelação da rede, considera que o documento não é, completamente, explícito em relação ao estado em que a mesma se encontra e ao investimento que é necessário fazer, bem como a calendarização desse investimento para uma completa remodelação da rede, porque, quando aqui se fala em situações da água que não tem a qualidade desejada, isso deve-se, como é evidente, a razões pontuais que têm que ver com roturas e outras situações, mas, como a Senhora Presidente sabe, também se pode dever à situação da rede, porque a que é construída em fibrocimento e que é porosa, pode incorporar, ela própria, “bicharocos”, podendo a qualidade da água ser posta em causa por essa razão.-----

----- Seguidamente, disse que gostaria de deixar aqui uma nota sobre um assunto que, já, foi abordado e que diz respeito ao facto de, em tempos, ter sustentado, aqui, que não fazia sentido, do seu ponto de vista, concessionar a exploração dos SMAS porque estes estavam a



prestar um serviço público de qualidade, tinham uma gestão adequada e, portanto, não se percebia bem com que objectivo se ia concessionar essa exploração, além de se preconizar a criação de uma empresa intermunicipal e, a Senhora Presidente, na altura Presidente do Conselho de Administração dos SMAS e Vereadora nesta Câmara, questionava sobre a razão da criação da empresa intermunicipal e sobre qual era a diferença relativamente aos SMAS, que é a questão que se volta, hoje, a colocar. Assim, referiu que se defendeu, então, essa perspectiva pela simples razão que embora isso não diga muito aos munícipes de Oeiras, reconhece-se que, do ponto de vista político, a posição do Município da Amadora de subalternidade em relação ao Município de Oeiras é insustentável. O Conselho de Administração é eleito pela CMO, as G.O.P.'s e o Orçamento são aprovados pela CMO e pela Assembleia Municipal de Oeiras, e, independentemente dos acordos de cavalheiro que existem e, felizmente, que se tem mantido uma boa relação com o Município da Amadora, pois garante-se a participação daquele Município no Conselho de Administração, garante-se que as G.O.P.'s e o Orçamento são aprovados com a sua aquiescência, tem-se cuidado, relativamente, à distribuição dos investimentos, etc., mas a verdade é que há aqui uma questão de subalternidade jurídica que, de facto, para o Município da Amadora e para as forças políticas lá representadas pode ser inaceitável.

-----Por outro lado, do seu ponto de vista, não faz sentido, quando se fala na necessidade de criar economias de escala e da cooperação intermunicipal, que devia ser muito mais efectiva ao nível dos resíduos sólidos e ao nível da água, porque, então, está-se a caminhar para empresas municipais e em vez de se caminhar para cooperações institucionalizadas, do ponto de vista intermunicipal, está-se a ir no sentido inverso. -----

-----Portanto, quando se defendeu a empresa intermunicipal era, apenas, no sentido e na perspectiva de resolver o problema da subalternidade jurídica do Município da Amadora, relativamente ao de Oeiras, porque, do seu ponto de vista, a maneira como os SMAS estão a

funcionar é uma solução perfeitamente satisfatória e, por conseguinte, quer aqui reafirmar a sua oposição de princípio relativamente à concessão que, do seu ponto de vista, não faz sentido. -----

----- Por último disse que, talvez, fosse possível examinar uma possibilidade de contratualizar uma parceria ou um acordo que, ao nível do Conselho de Administração e ao nível de todos os instrumentos de decisão, pudesse atenuar a tal posição de subalternidade jurídica do Município da Amadora relativamente ao de Oeiras e removesse, de facto, esse obstáculo, que mesmo que agora esteja atenuado, pode sempre surgir, do Município da Amadora em relação ao Município de Oeiras, no que concerne à situação dos SMAS. -----

----- Intervieio, de novo, a **Senhora Presidente** que, reportando-se à questão das águas utilizadas nas regas, esclareceu que esta Câmara Municipal está a dar bem o exemplo, pois, como se sabe, sobretudo em grandes espaços, como é o caso do Parque dos Poetas, do Palácio dos Arcos, da Quinta de Santo António, do Palácio Marquês de Pombal, que são áreas verdes, mais recentes, estão a ser alimentadas por furos, ao que o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** acrescentou que há um outro furo que está a ser utilizado que é o da Avenida Portugal em Carnaxide, além de que se estão a adaptar os furos para abastecimento do carro de lavagem de ruas e das varredoras, observando o **Senhor Vereador Luís Pires** que é importante fazer o levantamento desses furos.-----

----- Prosseguindo, a **Senhora Presidente** esclareceu que relativamente aos materiais, os SMAS têm sempre o LNEC por trás, porque há mesmo um estudo de materiais que vai sendo, permanentemente, actualizado, a fim de se utilizarem os materiais mais adequados.-----

----- Relativamente à situação dos SMAS já se referiu a ela, embora seja uma questão que, politicamente, comprehende, mas, como disse há pouco, não tem trazido problemas, até porque tem havido uma lisura de comportamento por parte desta Câmara Municipal. -----

----- III - A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.-----

----- Os documentos em causa, dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados em Pasta



Anexa ao Livro de Actas, nos termos do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, de oitenta e dois, de dezanove de Agosto. -----

-----Nesta altura ausentou-se da reunião a Senhora Presidente. -----

78 - INFORMAÇÕES - SR^a. VEREADORA MARIA MANUELA AUGUSTO:-----

-----A Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto iniciou a sua intervenção, fazendo uma abordagem ao PIDDAC/dois mil e cinco, mais propriamente no que concerne ao concelho de Oeiras em relação ao ensino pré-escolar, embora haja uma outra situação que não quer deixar de apontar e que consiste na demonstração de uma certa arrogância por parte do Poder Central, em relação ao Poder Local e ao anseios dos seus municípios.-----

-----Ao pronunciar-se desta maneira, disse falar concretamente da situação que se prende com a atribuição de verbas em PIDDAC e, de uma forma acentuadamente gritante, das verbas relativas à implementação da Cidade Judiciária, em Caxias. Pensa que é uma arrogância política contemplar esta verba em PIDDAC, quando se sabe o que se está a passar em termos de Tribunal, em termos de parecer negativo da Câmara e de descontentamento dos municípios.-----

79 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR EMANUEL MARTINS:-----

-----O Senhor Vereador Emanuel Martins deu início à sua intervenção corroborando as palavras que a Senhora Vereadora Maria Manuela Augusto acabou de proferir, acrescentando que, quando se vê (lê) o PIDDAC regionalizado, acha que o Governo até tinha a ganhar se retirasse este termo regionalizado. -----

-----Ao olhar para o PIDDAC para dois mil e cinco, ele não leva em consideração as vontades e necessidades dos autarcas, ou seja, nos últimos três anos, tem-se assistido a constantes quebras de verbas, por exemplo no caso do dois mil e um, há menos cento e dezassete por cento de investimento do Estado, nas Autarquias Locais, o que o leva a ficar preocupado e

perplexo.--

----- Salientou que, no que concerne ao concelho de Oeiras, afectar qualquer coisa, como setenta e três por cento, do valor de investimento para este concelho, a um projecto que o Tribunal indeferiu e que até o Senhor Ministro de Justiça já disse que, talvez, já nem seja feito em Oeiras, para si, é estar a enganar as pessoas, por isso, não se pode dizer que estas são verbas para um PIDDAC regionalizado, quando de facto isto não tem nada a ver com uma solução de região, mas sim com uma solução de um todo nacional, além de que a Câmara não quer ver este problema solucionado da maneira como o Ministério da Justiça o pretende e, aliás, também os munícipes, ou seja, os últimos a terem a opinião mais valiosa têm, também, manifestado o seu desagrado pela forma como este processo se tem desenrolado, até ao momento. -----

----- Acrescentou, ainda, que noventa e tal por cento deste PIDDAC regionalizado são investimentos da Administração Central, ou equipamentos de seu uso e rendimento. Só na residência oficial do Senhor Ministro da Defesa, são investidas oitenta e nove vezes mais, do que para todo o pré-escolar do concelho de Oeiras. Além disso, também, é importante ver que existiam três protocolos entre a CMO e o Estado, contratualizados e protocolados em relação a três centros de saúde e o que se verifica é que o que vem contemplado é o Centro de Saúde de Paço de Arcos, que vai avançar e, curiosamente, aparece este ano em PIDDAC a extensão do Centro de Saúde de Algés/Carnaxide, onde está previsto quinze mil euros, os quais presume serem para a maqueta. -----

----- Resumindo, julga que este é um Orçamento que de regionalizado não tem nada. Não respeita a saúde, o ensino, a parte social, ou seja, de tudo aquilo que é suposto as autarquias pretenderm da Administração Central, este Governo o que fez foi “orelhas moucas”.-----

----- Transitam, ainda, do PIDDAC, os pavilhões desportivos, embora não sejam um assunto novo, mas em matéria de valores novos, a CMO fica, provavelmente, com menos de um milhão de euros, em cinquenta e sete milhões, por isso, pensa que, de algum modo, a Câmara



tem que manifestar o seu desagrado, apresentando a sua censura, como já o fez, no ano transacto, no que toca ao PIDDAC, através de uma Moção. -----

-----Solicitou entretanto, ao Senhor Vice-Presidente, que lhe desse a conhecer o nível médio de utilização do SATU porque, por muito esforço que faça para encontrar naquele equipamento a rentabilidade pretendida, o que é facto, é que o que é noticiado, é que o monocarril de Oeiras continua a circular vazio. Ora, num investimento desta natureza, talvez o maior que a CMO efectuou, nos últimos tempos, com o qual nunca concordou, tendo dito, até, na altura em que o projecto foi aprovado, quais eram as suas insuficiências, as suas necessidades objectivas para que um projecto desta natureza não fosse mais que um acordar dum novo riquismo.-----

-----Por último, apresentou uma Moção referente ao PIDDAC, subscrita por si e pelo seus colegas da bancada do Partido Socialista, que a seguir se transcreve:-----

-----“Analizando a Proposta de Orçamento de Estado para dois mil e cinco e, designadamente, a Proposta de PIDDAC regionalizado para o Concelho de Oeiras, mais uma vez se constata e evidência o desrespeito que o Governo tem vindo a demonstrar pelos justos anseios da Administração Local, que se vê sucessivamente confrontada com sérios constrangimentos financeiros para levar a bom termo projectos já consensualmente considerados como prioritários.

-----É, pois, evidente o recuo em projectos já contratualizados e protocolados com a Administração Central e que, sem pudor, são simplesmente retirados deste plano, (atente-se ao que se passa com os equipamentos de saúde previstos para Queijas e Barcarena, assim como com as extensões de Algés). -----

-----Por outro lado, numa altura em que deveria constituir um desígnio nacional a expansão da rede pública do ensino pré-escolar, a inscrição em sede de PIDDAC de uma verba de dois mil euros para dois mil e cinco, neste sector, só pode suscitar a nossa perplexidade! -----

-----Esta situação é tanto mais gravosa quando verificamos: -----

----- Um) que cerca de setenta e dois vírgula sete por cento do investimento inscrito nesta proposta de plano é afectada a um projecto sobre o qual o Tribunal já se pronunciou negativamente, deferindo mesmo uma Providência Cautelar que impede a sua continuidade, ou seja, a polémica construção da “Cidade Judiciária”, em Caxias; -----

----- Dois) que as melhorias na residência oficial do Senhor Primeiro-Ministro, e Ministro da Defesa e dos Assuntos do Mar, mereçam que seja contemplada uma verba que é oitenta e nove (!) vezes superior à atribuída ao ensino pré-escolar; -----

----- Três) que mais de noventa e seis por cento das verbas inscritas em PIDDAC servem para reforçar equipamentos e serviços da Administração Central, sobrando apenas poucas migalhas para equipamentos já unanimemente aceites como essenciais para a melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes. -----

----- Assim, em reunião de Câmara realizada em dez de Novembro de dois mil e quatro, foi deliberado aprovar o seguinte:-----

----- Um - Manifestar o nosso veemente protesto pela forma como o Governo tem vindo a subestimar e a desrespeitar a Administração Local, inviabilizando a continuidade de investimentos tidos como prioritários para o harmonioso desenvolvimento do Concelho de Oeiras, enquanto valoriza projectos não essenciais ou de discutível prioridade; -----

----- Dois - Tornar públicas estas nossas preocupações, levando-as até ao conhecimento do Senhor Presidente da República, da Assembleia da República, do Senhor Primeiro-Ministro e membros do Décimo Sexto Governo Constitucional. -----

----- “PIDDAC-----

----- Oeiras igual a cinquenta e sete milhões duzentos e quarenta e sete mil quinhentos e sessenta e seis euros-----

----- Investimento em equipamento da Administração Central ou de seu uso e rendimento:

----- - Escola Náutica - um milhão quarenta e dois mil oitocentos e dezanove euros-----



----- Estadio do Jamor - cinco milhões novecentos e vinte e cinco mil euros -----

----- Nova directoria da Polícia Judiciária - quarenta e um milhões seiscentos e três mil novecentos e três euros-----

----- Forte de São Julião da Barra (residência Oficial do Ministro da Defesa) - cento e setenta e oito mil euros-----

----- Instituto Superior Técnico - três milhões e duzentos mil euros-----

----- Escola Agrícola Nacional - seiscentos e setenta e dois mil euros -----

----- POSI - dois milhões e sessenta mil euros-----

----- Total - cinquenta e quatro milhões seiscentos e oitenta e um mil setecentos e vinte e dois euros -----

----- Investimento no Concelho que transitam do PIDDAC dois mil e três:-----

----- EB Dois, Três Professor Noronha Feio - trinta e cinco mil e seiscentos euros -----

----- EB Dois, Três Professor Noronha Feio (Pavilhão Desportivo) - duzentos mil euros -----

----- Escola Secundária Luís de Freitas Branco - duzentos e vinte e nove mil e quarenta euros -----

----- Escola Secundária Luís de Freitas Branco - trinta e cinco mil e seiscentos euros-----

----- Extensão do Centro de Saúde de Paço de Arcos - quinhentos e sessenta e um mil seiscentos e quarenta euros -----

----- Total - um milhão sessenta e um mil oitocentos e oitenta euros-----

----- Pelo exposto sobram os seguintes valores para:-----

----- Educação - Ensino Básico/Secundário - setecentos e dois mil novecentos e sessenta e cinco euros (igual ao do ano passado) -----

----- Pré-Escolar - dois mil euros - (!!!) Comissão Liquidatária/Edital de Nomeação-----

----- Saúde: Extensão Algés/Carnaxide - quinze mil euros - (Maqueta)”. -----

----- Por último apresentou o Relatório de Actividades do Primeiro Semestre de dois mil e

quatro, da Divisão de Património, o qual a seguir se transcreve: -----

----- “Um-----

----- Nota Introdutória -----

----- A Divisão de Património encontra-se inserida na estrutura orgânica da CMO como componente do Departamento de Finanças e Património, e é uma unidade orgânica com responsabilidade na inventariação, gestão e actualização do conjunto de bens integrados no domínio municipal, bem como na elaboração e execução de instrumentos, nomeadamente jurídicos, destinados a assegurar a referida gestão patrimonial. -----

----- O presente relatório tem como finalidade dar a conhecer, em linhas gerais, o conjunto de actividades executadas pela Divisão de Património no decorrer do primeiro semestre de dois mil e quatro, no sentido de prossecução dos objectivos propostos. -----

----- O relatório encontra-se estruturado segundo as três principais áreas de intervenção da Divisão: Sector de Bens Móveis, Sector de Património Imobiliário e Sector de Seguros, não esquecendo o apoio fundamental da Secção Administrativa.-----

----- No início do segundo trimestre, a Divisão de Património preparou um trabalho onde deu a conhecer, em reunião de Câmara no dia catorze de Abril, qual a sua posição na estrutura orgânica da CMO, quais os seus objectivos gerais, os sectores que a constituem e respectivos projectos. -----

----- O trabalho consistiu numa apresentação em Flash, na qual os elementos da Divisão participaram activamente, indicando a estrutura pretendida para a apresentação, fornecendo os textos a incluir, recolhendo imagens fotográficas, e fazendo as revisões necessárias à apresentação até à obtenção do trabalho final. -----

----- A apresentação em Flash foi acompanhada de uma brochura em suporte de papel e CD, distribuída pelos Vereadores dos vários pelouros, e pela Senhora Presidente da CMO. -----

----- Este projecto envolveu todos os funcionários da Divisão e requereu um grande



esforço da parte destes. -----

----- Dois -----

----- Sector de Gestão de Bens Móveis -----

----- Projectos -----

----- Actualmente o Sector de Gestão de Bens Móveis encontra-se envolvido em vários projectos referentes ao seu âmbito de actuação, tendo, no decorrer do primeiro semestre de dois mil e quatro, desenvolvido várias acções no sentido da sua prossecução: -----

----- Planeamento e definição da estratégia operacional para se dar início ao Inventário “in loco”; -----

----- Estudo e análise de optimização para redistribuição das fotocopiadoras; -----

----- Estudo das alterações necessárias à aplicação de imobilizado do PDT/ Burótica; -----

----- Rectificação e procedimentos inerentes à codificação de oitocentos e noventa e nove localizações municipais; -----

----- Relação dos imóveis da CMO, escolas e complexos desportivos, alguns deles já localizados, e outros ainda por localizar; -----

----- Início da actualização do inventário dos bens móveis da CMO; -----

----- Redistribution do parque de fotocopiadoras; -----

----- Levantamento das localizações dos serviços camarários; -----

----- Entrega do armazém provisório do Alto da Loba à Divisão de Habitação em troca do armazém provisório do Moinho das Rolas, para ser utilizado por esta Divisão. -----

----- Localizações -----

----- No âmbito da gestão física dos bens, deu-se continuidade ao projecto de levantamento das localizações de instalações ocupadas por serviços do Município, e respectiva codificação. Neste sentido realizaram-se novas localizações em edifícios onde este trabalho ainda não tinha sido levado a cabo, e procedeu-se a rectificações de localizações já efectuadas

aquando do início deste projecto, em Julho de dois mil e dois. -----

----- Apresentam-se em seguida, discriminados, os edifícios onde se efectuaram novas localizações, e aqueles onde foi necessário rectificar as localizações anteriormente feitas. -----

----- Quadro Um: Localizações -----

----- Novas Localizações - Rectificação de Localizações -----

----- Cemitério de Carnaxide - Fundição de Oeiras-----

----- Polícia Municipal / Jardim dos Arcos - Biblioteca Municipal de Oeiras -----

----- Cemitério de Oeiras - Biblioteca Municipal de Algés-----

----- Divisão de Viaturas e Máquinas (DVM) - Postos de Atendimento-----

----- Serviços Técnicos (CNP) - Polícia Municipal / Casal do Deserto -----

----- PROQUAL / Quinta do Sales - Divisão de Património -----

----- PROQUAL / Palácio Anjos - Centro de Documentação e Informação (CDI) -----

----- Livraria Galeria Municipal Verney - Arquivo de Brasília -----

----- Clube Jovem da Outurela - Gabinete de Juventude de Oeiras-----

----- Biblioteca Municipal de Carnaxide - Divisão de Habitação-----

----- Galeria Municipal de Carnaxide - Centro Comunitário do Alto da Loba-----

----- Auditório Ruy de Carvalho - ... -----

----- Com o objectivo de compilar e ter um registo da informação levantada, deu-se início à constituição de dois arquivos de plantas de localização dos vários serviços onde funcionam os serviços da Câmara, onde foram assinalados os diversos serviços/unidades orgânicas e as várias localizações (número de sala / número de porta). Neste sentido, foi necessário realizar diversas informações solicitando aos serviços as plantas dos referidos edifícios. -----

----- Como reforço destas acções elaborou-se o despacho número vinte e cinco, de dois mil e quatro, solicitando aos serviços que informassem a Divisão de Património dos locais onde possuem serviços a funcionar. Neste momento a Divisão aguarda ainda a resposta dos muitos



serviços. -----

----- Ainda no âmbito deste projecto, realizou-se uma reunião com a empresa Burótica, com o objectivo de se analisarem as várias opções de etiquetas disponíveis para colocar códigos de barras identificativos nas portas das salas dos vários edifícios.-----

----- Serviço Externo -----

----- O serviço externo ocupa grande parte dos recursos e esforços do sector de gestão de bens móveis:-----

----- - Inventário dos bens em funcionamento no Jardim de infância de Talaíde;-----

----- - Inventário dos bens em funcionamento nos auditórios municipais Eunice Muñoz e Amélia Rey Colaço;-----

----- Acompanhamento em setecentas e vinte e duas transferências de bens móveis, solicitadas pelos diversos serviços;-----

----- - Gestão dos bens existentes nos dois armazéns, e satisfação de necessidades internas dos serviços, o que implica deslocações à origem e ao destino dos bens e, nos casos em que é necessário restaurar o mobiliário, à carpintaria e serralharia (quarenta e seis bens); -----

----- - Recolha de equipamentos avariados nos serviços (vinte e dois), entrega para reparação nos fornecedores e posterior devolução aos serviços dos equipamentos reparados.-----

----- Tarefas Administrativas -----

----- - Elaboração de oito propostas de deliberação para abate de setecentos e quarenta e seis bens, dos quais treze (equipamento informático) foram cedidos a entidades externas; -----

----- - Elaboração de setenta e sete informações e trinta ofícios, entre outros documentos relativos a assuntos tratados no âmbito das tarefas imputadas a este sector; -----

----- - Renovação de sessenta e dois contratos de assistência técnica de diversos equipamentos em funcionamento nos serviços da CMO; -----

----- Análise e controlo de duzentas e vinte e três facturas respeitantes a contratos de

manutenção e reparação; -----

----- - Intervenção em trinta e nove pedidos de assistência técnica a fotocopiadoras; -----

----- - Elaboração de onze pareceres referentes a aquisição de diversos equipamentos e mobiliário; -----

----- - Gestão do Fundo Permanente da Divisão (setecentos e vinte e nove euros e treze centimos). -----

----- Quadro Dois: Actividades correntes realizadas pelo sector -----

----- Actividades - Primeiro Semestre dois mil e quatro -----

----- Mudanças/Recolhas - setecentos e vinte e dois -----

----- Restauro diverso de mobiliário - quarenta e seis -----

----- Reparações: -----

----- - Assistência técnica a fotocopiadoras - trinta e nove -----

----- - Assistência técnica a faxes - três -----

----- - Recolha e entrega de equipamentos para reparação - vinte e dois -----

----- Abates - setecentos e quarenta e seis (treze cedidos a entidades externas) -----

----- Facturas Visadas - duzentas e vinte e três -----

----- Renovação de contratos de assistência técnica - sessenta e dois -----

----- Três -----

----- Sector de Património Imobiliário -----

----- Aplicação Informática - NOVABASE -----

----- Deu-se início ao carregamento da segunda tranche de bens imóveis municipais, referente aos anos anteriores a mil novecentos e noventa. -----

----- Aplicação Informática - IMOSIG -----

----- Procedeu-se à importação de dados residentes no SAP R/três, aos quais foram adicionados dados complementares descritivos e geográficos. -----



-----Actualização do Inventário e Cadastro dos Bens Imóveis Municipais. -----

-----Havendo compras, vendas, permutas, doações, cedências, constituições de direito de superfície, arrendamentos, expropriações e outros processos que alteram o Activo Imóvel Municipal, torna-se necessário constituir e actualizar processos documentais cujos os elementos, ao serem compilados de uma forma estruturalmente racional e optimizada, poderão ser consultados simplificadamente. Tal recurso poderá ser utilizado em toda a sua potencialidade logo que toda a informação esteja introduzida e disponível.-----

-----Tarefas Específicas -----

-----Pedidos de certidões prediais:-----

-----Quadro Três: -----

-----Freguesia - Número de Artigos Urbanos -----

-----Oeiras - quatro -----

-----Paço de Arcos - seis -----

-----Porto Salvo - dois -----

-----Carnaxide - doze -----

-----Algés - dois -----

-----Barcarena - um -----

-----Registos prediais efectuados: -----

-----Quadro Quatro: -----

-----Tipo de Registo - Freguesia - Tipo de Terreno - Outorgante -----

-----Aquisição: -----

-----Carnaxide - catorze armazéns - Ferreira & Magalhães, Sociedade Anónima-----

----- - Porto Salvo - Parcela de terreno - Maria Nascimento D. A. Costa Almada -----

----- - Porto Salvo - Lote de terreno - Jorge Augusto da Conceição Calhau -----

----- - Barcarena - Prédio rústico - Maria Odete Pereira S. Santos e Outros -----

----- - Paço de Arcos - Prédio rústico - José Manuel Castro Pernas -----

----- Permuta - Oeiras - Parcela terreno - CMO, no âmbito do alvará de loteamento dez, de dois mil / Masteroof-----

----- Cedência:-----

----- - Carnaxide - três Parcelas de terreno - Imoplus, Capital e Imóvel, Sociedade Anónima. -----

----- - Paço de Arcos - duas Parcelas de terreno - Fernandes & Currás, Limitada. -----

----- - Oeiras (Cacilhas) - duas Parcelas de terreno (no âmbito do alvará de loteamento sete, de dois mil e três) - Logoburgo, Promoção Imobiliária, Sociedade Anónima -----

----- Pedidos de esclarecimento de propriedades:-----

----- Quadro Cinco:-----

----- Serviço Origem - Número Pedidos - Serviço Origem - Número Pedidos -----

----- Notariado - um - Divisão de Equipamento e Iluminação Pública - um -----

----- Departamento de Projectos Especiais - dois - Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística - dois-----

----- Divisão de Planeamento - onze - Gabinete Municipal de Auditoria - um -----

----- Junta de Freguesia de Porto Salvo - um - CMA - um -----

----- Gabinete Contencioso e Apoio Jurídico - dois - Departamento de Projectos Especiais - um -----

----- Divisão de Desporto - um - Gabinete da Presidência - um -----

----- Departamento de Habitação - quatro - Departamento de Finanças e Património - um -----

----- DIM/DEP - um - PROQUAL - um -----

----- Divisão de Espaços Verdes - um - ... - ... -----

----- Inscrições matriciais efectuadas:-----

----- Quadro Seis: -----



-----Freguesia - Tipo de Imóvel - Outorgante-----

-----Porto Salvo:-----

----- - Terreno - João Antunes Rodrigues-----

----- - Terreno - Bernardo Rebelo Dinis -----

----- - Terreno - Maria do Nascimento Duarte Antunes da Costa Almeida -----

-----Carnaxide:-----

----- - catorze armazéns (aquisição) - Ferreiras & Magalhães, Sociedade Anónima-----

----- - três parcelas de terreno (cedência) - Imoplus, Capital e Imóveis, Sociedade Anónima -----

-----Oeiras - dois terrenos - Turcongel, Turismo, Urbanização e Gestão, Sociedade Anónima -----

-----Paço de Arcos - Terreno - Lotemarcos, Loteamento e Urbanização, Sociedade Anónima -----

-----Desafectações do domínio público:-----

-----Quadro Sete:-----

-----Localização do terreno - Requerente - Fase da desafectação -----

-----Miraflores - SILIMO, Limitada - Registo efectuado-----

-----Porto Salvo - Maria Luísa Canteiro Moreira Rosa - Registo efectuado -----

-----Queijas - Ferreira Martins e Lopes, Limitada - Registo efectuado-----

-----Paço de Arcos - Ana Paula Damásio - Registo efectuado-----

-----Algés - Esteves Marques & Esteves, Limitada - Registo efectuado -----

-----Linda-a-Velha:-----

----- - Orlando Cabral Barreto - Em fase de registo -----

----- José Carlos Marques - Em fase de registo -----

-----Gestão de Condomínios-----

----- Foi prosseguida a gestão corrente dos processos de condomínio, que consistiu na participação em Assembleias de Condóminos em representação da CMO, e na promoção do pagamento atempado de quotas de condomínio. Muitas destas reuniões aconteceram no Bairro Doutor Francisco Sá Carneiro, em Laveiras/Caxias, e constituem um projecto-piloto de Constituição de Administração de Condomínios em bairros sociais e que será expandido aos restantes bairros sociais do Concelho. Este projecto tem como objectivo principal instruir os condóminos, de uma forma pedagógica e gradual, em toda a matéria relativa à propriedade horizontal, permitindo que futuramente sejam os próprios a gerir e a administrar os respectivos condóminos.-----

----- Projecto de Gestão de Condomínios-----

----- Foi elaborado, e entregue em Fevereiro de dois mil e quatro, um documento relativo ao Projecto de Gestão de Condomínios, onde foram apresentadas propostas de actuação neste domínio. O projecto encontra-se em fase de análise superior. -----

----- Arrendamentos -----

----- Quanto a esta tarefa, foi prosseguida a gestão corrente dos processos. -----

----- Continua a verificar-se a situação em que a gestão corrente dos processos em que a CMO assume a posição de arrendatária, continua a alcançar pouca expressão no panorama da gestão imobiliária a empreender pela presente divisão. -----

----- Chaveiros-----

----- Persiste, enquanto objectivo a prosseguir pela Divisão de Património, a reorganização e gestão dos chaveiros dos edifícios onde funcionam serviços da CMO. -----

----- Neste sentido, foi elaborado no primeiro trimestre do ano, um novo despacho interno (despacho três, de dois mil e quatro) com as normas de gestão de chaveiros, onde constam os procedimentos a adoptar no âmbito da política de gestão do Chaveiro Municipal. -----

----- No início do segundo trimestre, iniciou-se a reorganização do chaveiro do edifício da



Fundição de Oeiras onde funcionam serviços da CMO. A efectivação desta reorganização está dependente da existência de fundos para a duplicação das chaves do edifício, assim como da resposta à informação número duzentos e oitenta, do Departamento de Finanças e Património - Divisão de Património, de dois mil e quatro. Nesta informação foi proposta a contratação de um segurança que garanta a vigilância e o acesso ao edifício vinte e quatro horas por dia, motivado pelos horários especiais praticados pelos serviços ali instalados. -----

----- No âmbito desta política, prosseguiu-se com o controlo de cedência e duplicação de chaves, bem como com a cedência temporária de chaves aos serviços que delas necessitam. -----

----- Concessões -----

----- Pátio do Enxugo, na Fábrica da Pólvora, em Barcarena: -----

----- - Aprovação, na reunião ordinária da CMOeiras, de dez de Março, do Programa do Concurso, Caderno de Encargos e Anúncio relativos à concessão do direito de exploração do espaço acima referido. -----

----- - Realização dos primeiro e segundo actos públicos do concurso de concessão do imóvel, e análise das propostas dos concorrentes admitidos. -----

----- Baía dos Golfinhos, no Forte de São Bruno, em Caxias: -----

----- - Aprovação, na reunião ordinária da CMOeiras, de vinte e cinco de Fevereiro, do Programa do Concurso, Caderno de Encargos e Anúncio relativos à concessão do direito de exploração do espaço acima referido; -----

----- - Proposta de prorrogação do prazo de concessão do imóvel denominado “Baía dos Golfinhos” (informação número oitenta e nove, de três de Março); -----

----- - Realização dos primeiro e segundo actos públicos do concurso de concessão do imóvel, e análise das propostas dos concorrentes admitidos. -----

----- Diversos: -----

----- Remissão, para o Economato, de processo relativo a Concurso Público de

Concessão de Uso Privativo de terreno municipal, visto que o processo de concurso já havia sido aprovado pela Câmara Municipal prevendo a consulta do processo junto daquele serviço (informação número cinquenta e quatro, de onze de Fevereiro); -----

----- - Pedido de vistorias sanitárias para efeitos de lançamento de concessões (Octógono número cinco, no Jardim de Oeiras, Pátio Sete de Junho, Cafetaria da Terrugem) (informação número cento e dezasseis, de cinco de Março); -----

----- - Proposta de resolução de questão relativa à constituição em propriedade horizontal do prédio sito no Pátio Sete de Junho, em Oeiras (informação número cento e cinco, de três de Março); -----

----- - Proposta de aquisição de quiosque e envio de processo para a DPFS (informação número cento e sessenta, de vinte e cinco de Março).-----

----- Questões atinentes ao Palácio dos Arcos-----

----- - Pedido de autorização superior para a empresa CLAP - Filmes, realizar visita ao Palácio dos Arcos (informação número dezoito, de catorze de Janeiro); -----

----- - Pedido de autorização superior para realização de filmagens no Palácio dos Arcos (informação número vinte e nove, de vinte e um de Janeiro); -----

----- - Pedido de desligamento de cabo eléctrico para realização de filmagens (informação número oitenta e dois, de dezanove de Fevereiro); -----

----- - Parecer acerca de inventário do espólio documental existente no Palácio dos Arcos (informação número cento e sessenta e sete, de trinta de Março).-----

----- Resposta a pedidos de informação -----

----- - Pedido de instalações para a Coordenação do Ensino Recorrente e Educação Extra - Escolar do Concelho de Oeiras (informação número quarenta e nove, de quatro de Fevereiro);---

----- - Confirmação das cedências para o domínio privado municipal decorrentes do alvará de loteamento doze, de noventa e cinco (resposta endereçada ao GCAJ) (informação



número cento e trinta e sete, de dezasseis de Março); -----

----- Confirmação da propriedade do edifício sito na Rua das Pedreiras, nº A, em Leião (resposta endereçada à Divisão de Desporto) (informação número cento e trinta e oito, de dezasseis de Março). -----

----- Desafectações Parques Tejo-----

----- Mil duzentos e setenta metros quadrados, em Paço de Arcos - publicação de Edital.-----

----- Quatro mil quatrocentos e trinta e três vírgula cinquenta e três metros quadrados, em Carnaxide (“Quintal Desportivo”) - proposta de deliberação contendo referências registais e matriciais.-----

----- Três mil quinhentos e oitenta metros quadrados, em Carnaxide (Praceta Filinto Alísio) - proposta de deliberação contendo referências registais e matriciais.-----

----- Três mil quinhentos e setenta e sete vírgula setenta e sete metros quadrados, em Linda-a-Velha (Largo Maria Lamas) - realização de buscas na Segunda Conservatória do Registo Predial de Oeiras.-----

----- Processos Disciplinares-----

----- Instrução do Processo Disciplinar número dezanove, de dois mil e três - Doutora Catarina Cabrita;-----

----- Instrução do Processo Inquérito número dois, de dois mil e quatro - Doutora Catarina Cabrita;-----

----- Instrução do Processo Disciplinar número vinte, de dois mil e três, concluído e remetido ao DGRH em vinte e seis de Janeiro de dois mil e quatro, com os processos apensos disciplinares número nove, de dois mil e três, e averiguações número um, de dois mil e três - Doutor Eduíno Veloso;-----

----- Instrução do Processo Disciplinar número sete, de dois mil e quatro. Remetidas as respectivas “Notas de Culpa” em vinte e dois de Abril de dois mil e quatro, corre, presentemente,

o prazo de defesa dos arguidos - Doutor Eduíno Veloso;-----

----- Instrução do Processo Disciplinar número sete, de dois mil e quatro, concluído e remetido ao DGRH em onze de Junho de dois mil e quatro - Doutor Eduíno Veloso.-----

----- Propostas de Projectos-----

----- Um) Proposta de venda em hasta pública de imóveis municipais (informação número cinquenta e dois, de cinco de Fevereiro); -----

----- Dois) Constituição de uma equipa de trabalho, composta por funcionários do Gabinete da Fábrica da Pólvora e da Divisão de Património, tendo em vista o levantamento exaustivo de todos os edifícios municipais integrados na Fábrica da Pólvora, e respectivas características e composições, possibilitando seguidamente a realização dos necessários registos prediais;-----

----- Três) Levantamento de todos os contratos realizados com os SMAS e EDP, tendo em vista expurgar aqueles que deverão ser eliminados. -----

----- Quatro-----

----- Sector de Seguros -----

----- No decurso do segundo trimestre de dois mil e quatro, o sector de seguros encetou diversas actividades, tendo procedido à colocação de seguros de acordo com os pedidos efectuados e as necessidades sentidas pelos diversos Serviços. Neste sector fez-se a gestão da carteira de seguros da Câmara Municipal de Oeiras, realizaram-se diversas tarefas administrativas e prestaram-se esclarecimentos a dúvidas, no âmbito dos seguros, apresentadas pelos serviços. -----

----- No primeiro trimestre foram definidos os procedimentos para dois circuitos de participação de processos de sinistro, implementados a partir do dia quinze de Março de dois mil e quatro: o de “Responsabilidade Civil Geral da Autarquia”, a adoptar pelo GCAJ, e o de Acidentes Pessoais, a adoptar pelos serviços na directa dependência do Departamento de



Assuntos Sociais e Culturais (DASC), nomeadamente o Gabinete de Apoio à Juventude (GAJ), a Divisão de Assuntos Sociais (DAS), a Divisão de Desporto (DD) e a Divisão de Educação (DE).

-----No decurso deste semestre procedeu-se à validação de avisos/recibos colocados à cobrança pela seguradora Mapfre, Seguros Gerais, Sociedade Anónima, tendo os prémios de seguro totalizado duzentos e quarenta e um mil trezentos e vinte e seis euros e cinquenta e três centavos. Este número correspondeu à gestão e controlo de uma diversidade de apólices anuais e temporárias. -----

-----Realizaram-se algumas actividades relacionadas com os avisos/recibos validados, assim como outros procedimentos de índole administrativa: -----

-----Anexação dos avisos/recibos enviados pela Mapfre, com os avisos de cobrança enviados pela Secre, referentes aos prémios correspondentes, sendo todos os dados confirmados e introduzidos informaticamente;-----

-----Envio para a Contabilidade de dezanove recibos de estorno, oitenta e dois recibos de prémio liquidados através de transferência bancária, e liquidação de três franquias contratuais ao abrigo da apólice de Responsabilidade Civil;-----

-----Envio à DVM e ao GCAJ de oito e de cinco processos de regularização de sinistro, respectivamente, recebidos da Mapfre; -----

-----Envio de quinze documentos de natureza diversa, após análise, para os serviços respectivos (Contabilidade, DIM, DGRH e DCAA); -----

-----Arquivo das declarações de actualização dos valores de seguro e prémio do contrato das viaturas. -----

-----Apresentam-se em seguida as várias actividades desenvolvidas no sector, por ramo de seguro. - -----

-----Ramo Automóvel -----

-----Na esfera deste ramo foram efectuados diversos seguros, a seguir descriminaados: -----

----- - Pedidos de bonificação e suspensão das apólices das viaturas com as matrículas DX - zero um - sessenta e três, OI - catorze - trinta e seis, cinquenta e quatro - trinta e quatro - BI, vinte e um - vinte e três - ED e da máquina de limpeza de praias - Paola Nicola - em virtude destas terem sido abatidas ao Património Municipal; -----

----- - Transferência do seguro do atrelado da viatura Nissan Patrol (cinquenta e sete - vinte e um - CB) para a viatura Nissan Patrol (zero zero - cinquenta e oito - LP), pela primeira ter ficado imobilizada para reparação;-----

----- - Colocação de seguro automóvel para as viaturas com as matrículas oitenta e nove - oitenta e quatro - XD, oitenta e nove - oitenta e três - XD e oitenta e nove - sessenta e cinco - XD, e para as varredoras Volvo (cinquenta e três - trinta e sete - XO) e Ravo quinhentos e quarenta STH adquiridas em regime de leasing; -----

----- - Inclusão em apólices suspensas, de três viaturas da marca Opel com matrículas zero cinco - vinte e sete - XL, setenta e dois - zero sete - XL e setenta e dois - zero oito - XL, adquiridas em regime de aluguer de longa duração;-----

----- - Inclusão em apólice suspensa da viatura Mercedes Benz com matrícula cinquenta e sete - quarenta e um - XN, para transporte de deficientes, adquirida em regime de leasing;-----

----- - Remeteram-se certificados provisórios e declarações de direitos de ressalvados das viaturas seguras à DVM e Notariado; -----

----- - Reclamação à Mapfre do resultado da peritagem da Mundial Confiança relativo ao acidente ocorrido a seis de Dezembro de dois mil e três, e do parecer técnico da Autarquia referente ao sinistro ocorrido a dezasseis de Agosto de dois mil e um com o veículo QN - oitenta - cinquenta e oito; -----

----- - Colocação de seguro de Responsabilidade Civil Automóvel para cinquenta bicicletas CiclOeiras. -----

----- Ramo Equipamento Informático -----



----- Inseriu-se na apólice de equipamento informático um PC portátil e respectivo software com que está equipado, uma impressora, e um sistema de Vídeomeeting, adquirido no âmbito do Programa Rede Social pela Divisão de Assuntos Sociais - Projecto Univa. -----

----- Realizou-se ainda um seguro de equipamento informático para os bens destinados aos “Espaços Internet”, localizados no Centro Comunitário Alto da Loba e no Gabinete de Apoio à Juventude. -----

----- Ramo Acidentes Pessoais-----

----- No ramo de Acidentes Pessoais, procedeu-se à cotação de pedido de seguro e, posteriormente, à colocação de seguro referente aos participantes nas diversas actividades desenvolvidas pela Autarquia, nomeadamente:-----

----- - Inclusão dos participantes nas várias actividades da Semana da Juventude que decorreu de vinte a vinte e oito de Março de dois mil e quatro, nas apólices de seguro de Acidentes Pessoais do Programa Opções Jovens, do Gabinete de Apoio à Juventude, e de Responsabilidade Civil Geral da Autarquia; -----

----- - Inclusão de vinte participantes numa actividade desportiva realizada no Parque de Monsanto, decorrida a vinte e nove de Março de dois mil e quatro, na apólice de Acidentes Pessoais do Clube de Jovens - DAS - PROQUAL, e na apólice de Responsabilidade Civil da Autarquia; -----

----- - Seguro de Acidentes Pessoais e inclusão na Apólice de Responsabilidade Civil da Autarquia de cinquenta e quatro participantes no evento “Pijama Às Letras”, Comemoração do dia dois de Abril de dois mil e quatro, solicitado pela Divisão de Bibliotecas Documentos e Informação (DBDI);-----

----- - Inclusão de duzentos participantes na Comemoração do Dia Mundial da Actividade Física, realizado a quatro de Abril, na Fábrica da Pólvora (DD); -----

----- - Inclusão de doze jogadores da Selecção de Oeiras do Torneio Intermunicipal de

Futebol de Sete, realizado a um de Junho, no Estádio Nacional (DD); -----

----- - Inclusão de cem participantes no Programa de Promoção de Andebol, realizado no dia quinze de Junho, no Pavilhão de Miraflores (DD);-----

----- - Inclusão de doze participantes do Triatlo da Família, realizado no dia quinze de Maio (DAS). -----

----- Ainda no ramo de Acidentes Pessoais, procedeu-se ao envio dos cartões destinados aos participantes no Programa de Actividade Física para Idosos no ano lectivo de dois mil e três / dois mil e quatro, com informação no verso respeitante aos procedimentos a adoptar em caso de acidente pessoal. Realizaram-se participações de sinistros ocorridos no âmbito deste programa, e enviaram-se os recibos de indemnização a um lesado. Incluíram-se quatro elementos na Apólice de Acidentes Pessoais dos Bombeiros Voluntários de Linda-a-Pastora, e procedeu-se ao abate ao efectivo de dois elementos. Por solicitação da DE, incluíram-se ainda na apólice de Acidentes Pessoais da Ludoteca do Bugio, trinta crianças e dezoito jovens que frequentam a sala de estudo da Ludoteca. -----

----- Ramo Acidentes de Trabalho -----

----- No ramo Acidentes de Trabalho, por solicitação da DFPS e da Divisão de Assuntos Sociais, colocou-se seguro para um estagiário do Enclave de Emprego Protegido, e para uma vigilante no Espaço Comunitário dos Navegadores, respectivamente.-----

----- Ramo Responsabilidade Civil -----

----- No primeiro trimestre procedeu-se à liquidação de dez franquias contratuais ao abrigo da apólice de Responsabilidade Civil da Autarquia. -----

----- No segundo trimestre do ano incluíram-se nesta apólice seguros para:-----

----- - Recintos Desportivos Municipais/Espaços de Jogo e Recreio, a pedido da OeirasViva; -----

----- - Participantes nos Ciclos de Cinema realizados no Espaço Jovem de Carnaxide; -----



----- - Participantes nos espectáculos do Cool Jazz Festival; -----

----- - Participantes nas actividades desenvolvidas no Auditório Municipal Ruy de Carvalho; -----

----- Ramos Multiriscos e Responsabilidade Civil para Exposições-----

-----No ramo Multi-riscos e Responsabilidade Civil, foram realizados diversos seguros temporários para as exposições apresentadas no quadro seguinte:-----

-----Quadro Oito: -----

----- Exposições realizadas no primeiro trimestre de dois mil e quatro-----

-----Serviço - Exposição - Data de Colocação dos Seguros - Data da Exposição - Local - Capital Seguro - Prémio Total: -----

-----DCT/SAC - Pintura de Paula Ramos - dez de Dezembro de dois mil e três a catorze de Janeiro de dois mil e quatro - onze de Dezembro de dois mil e três a dez de Janeiro de dois mil e quatro - Lagar do Azeite - vinte e dois mil cento e cinquenta euros - trinta e seis euros e noventa e sete cêntimos-----

-----DCT/SAC - Exposição colectiva de pintura DNA “As Voltas de uma Molécula” - dois de Fevereiro de dois mil e quatro a quatro de Março de dois mil e quatro - cinco de Fevereiro de dois mil e quatro a vinte e nove de Fevereiro de dois mil e quatro - Galeria Palácio dos Anjos em Algés - dezasseis mil novecentos e setenta e cinco euros - trinta e três euros e sessenta e dois cêntimos -----

-----DCT/SAC - Exposição de Vítor Pomar - dezanove de Fevereiro de dois mil e quatro a dezanove de Abril de dois mil e quatro - onze de Março de dois mil e quatro a dez de Abril de dois mil e quatro - Lagar do Azeite - trinta mil euros - quarenta e oito euros e noventa cêntimos -

-----DCT/SAC - Exposição de pintura de André Kano - trinta de Março de dois mil e quatro a vinte e nove de Abril de dois mil e quatro - dois de Abril de dois mil e quatro a vinte e quatro de Abril de dois mil e quatro - Galeria de Arte Fundação Marquês de Pombal - doze mil

oitocentos e cinquenta euros - trinta e seis euros e vinte e três cêntimos -----
----- DCT/SAC - Exposição de pintura "Camila, Princesa dos Laços Encarnados" de Ana Cristina - cinco de Abril de dois mil e quatro a cinco de Maio de dois mil e quatro - sete de Abril de dois mil e quatro a cinco de Maio de dois mil e quatro - Galeria Municipal Palácio dos Anjos - nove mil e trezentos euros - três mil seiscentos e cinquenta e seis euros -----
----- DCT/SAC - Exposição de pintura "Pipocas Imagens Terminadas" de José Batista Marques - vinte e dois de Abril de dois mil e quatro a vinte e seis de Maio de dois mil e quatro - vinte e cinco de Abril de dois mil e quatro a vinte e três de Maio de dois mil e quatro - Galeria Municipal do Centro Cívico de Carnaxide - doze mil cento e cinquenta euros - dezanove euros e quarenta e três cêntimos -----
----- DCT/SAC - Exposição onze Artistas / Colecção Manuel de Brito - vinte e quatro de Abril de dois mil e quatro a vinte e cinco de Julho de dois mil e quatro - vinte e nove de Abril de dois mil e quatro a dezoito de Julho de dois mil e quatro - Galeria Lagar de Azeite - um milhão quatrocentos e dez mil euros - dois mil trezentos e um euros e sessenta e seis cêntimos -----
----- DCT/SAC - Exposição de pintura de Silvina Lynce e coleção de joalharia de Gabriela - vinte e nove de Abril de dois mil e quatro a vinte e quatro de Maio de dois mil e quatro - trinta de Abril de dois mil e quatro a vinte e dois de Maio de dois mil e quatro - Galeria de Arte Fundação Marquês de Pombal - trinta e cinco mil e cem euros - cinquenta e dois euros e trinta cêntimos -----
----- DCT/SAC - Exposição de pintura "Oceanos da Nossa Imaginação" de André de São Marcos - um de Junho de dois mil e quatro a vinte e nove de Junho de dois mil e quatro - três de Junho de dois mil e quatro a vinte e sete de Junho de dois mil e quatro - Sala Polivalente do Aquário Vasco da Gama - nove mil setecentos e cinquenta euros - trinta e seis euros e setenta e um cêntimos -----
----- DCT/SAC - Exposição de fotografias de Jorge Guerra - três de Junho de dois mil e



quatro a doze de Julho de dois mil e quatro - quatro de Junho de dois mil e quatro a onze de Julho de dois mil e quatro - Galeria Municipal Palácio Ribamar - vinte e cinco mil euros - quarenta euros e sessenta e oito cêntimos -----

-----DCT/SAC - Exposição de pintura “Estórias” de João Paulo Carneiro - quinze de Junho de dois mil e quatro a vinte de Julho de dois mil e quatro - dezassete de Junho de dois mil e quatro a dezoito de Julho de dois mil e quatro - Galeria Municipal do Centro Cívico de Carnaxide - cinco mil e novecentos euros - trinta e quatro euros e noventa e nove cêntimos -----

-----DCT/SAC - Exposição de pintura de Rico Sequeira - vinte e três de Junho de dois mil e quatro a vinte e sete de Julho de dois mil e quatro - vinte e seis de Junho de dois mil e quatro a vinte e quatro de Julho de dois mil e quatro - Galeria de Arte Fundação Marquês de Pombal - oitenta e seis mil e setecentos euros - cento e quarenta e um euros e sessenta e dois cêntimos -----

-----DCT/SAC - Exposição de pintura de Júlio Alves - vinte e nove de Junho de dois mil e quatro a três de Agosto de dois mil e quatro - um de Julho de dois mil e quatro a um de Agosto de dois mil e quatro - Galeria Municipal Palácio dos Anjos - dezoito mil euros - trinta e seis euros e cinquenta e quatro cêntimos -----

-----DCT/NM - As sombras do tempo - dezanove de Dezembro de dois mil e três a dois de Março de dois mil e quatro - sete de Janeiro de dois mil e quatro a vinte e nove de Fevereiro de dois mil e quatro - Casa do Salitre - Fábrica da Pólvora de Barcarena - três mil e oitocentos euros - trinta e cinco euros e dez cêntimos -----

-----DBDI - Exposições Primeiro Ciclo Temático “A Ciência entre a Realidade e a Ficção”. Exposições: “Ciência Viva”, “António Gedeão: Letras Não são Tretas” e “Viagens pelas Ciências da Terra” - treze de Janeiro de dois mil e quatro a vinte e cinco de Fevereiro de dois mil e quatro - dezasseis de Janeiro de dois mil e quatro a vinte e nove de Fevereiro de dois mil e quatro - Foyer da Biblioteca Municipal de Oeiras - cinquenta e oito mil trezentos e trinta e

seis euros e quarenta cêntimos - noventa e cinco euros e oitenta cêntimos-----

----- DBDI - Exposição de Ruy Belo - “Que Por Todos se Faça a Poesia” - dezanove de Maio de dois mil e quatro a dez de Julho de dois mil e quatro - dezanove de Maio de dois mil e quatro a trinta de Junho de dois mil e quatro - Biblioteca Municipal de Oeiras - vinte e dois mil euros - trinta e cinco euros e sessenta e quatro cêntimos -----

----- DAE - Exposição de Promoção do Dia Nacional da Energia - vinte e três de Maio de dois mil e quatro a trinta e um de Maio de dois mil e quatro - vinte e quatro de Maio de dois mil e quatro a trinta de Maio de dois mil e quatro - Oeiras Parque - quatro mil duzentos e quarenta e oito euros e noventa e nove cêntimos - trinta euros e quarenta cêntimos -----

----- LGMV - Exposição Pintora Helena Alexandra, escultor António Cândido e as Escritoras Cristina Norton e Maria Rosário Pedreira - dois de Setembro de dois mil e três a seis de Março de dois mil e quatro - dezassete de Janeiro de dois mil e três a vinte e nove de Fevereiro de dois mil e quatro - Livraria Galeria Municipal Verney - sessenta e sete mil e trezentos euros - cento e nove euros e noventa cêntimos -----

----- LGMV - Exposição Guerra de África e trinta anos do Vinte e Cinco de Abril - vinte e nove de Outubro de dois mil e três a vinte e um de Maio um de dois mil e quatro - vinte de Março de dois mil e quatro a vinte de Abril de dois mil e quatro - Livraria Galeria Municipal Verney - setenta e seis mil cento e vinte e oito euros - cento e vinte e quatro euros e vinte e dois cêntimos -----

----- LGMV - Exposição da Academia Cultural para a Terceira Idade - quatro de Junho de dois mil e quatro a quinze de Julho de dois mil e quatro - dezassete de Junho de dois mil e quatro a três de Julho de dois mil e quatro - Livraria Galeria Municipal Verney - cinquenta e oito mil duzentos e trinta e cinco euros - noventa e quatro euros e setenta e dois cêntimos-----

----- LGMV - Exposição da Pintora Ana Duarte de Almeida em conjunto com Escultura do Professor Joaquim Correia e em articulação com a apresentação literária de Alice Vieira -



quinze de Junho de dois mil e quatro a três de Dezembro de dois mil e quatro - nove de Outubro de dois mil e quatro a vinte e oito de Novembro de dois mil e quatro - Livraria Galeria Municipal Verney - cinquenta e sete mil seiscentos e cinquenta euros - trinta e nove euros e noventa e cinco cêntimos-----

-----Ramo Multiriscos-----

-----No ramo Multiriscos segurou-se:-----

----- - Edifício referente à fracção A, sita na Rua Thomaz de Mello, número quatro, Alto da Loba, em Paço de Arcos;-----

----- - Edifício referente à fracção número quarenta e dois, da Rua Instituto Conde de Agrolongo, Alto da Loba, em Paço de Arcos; -----

----- - Material técnico utilizado no Ciclo de Cinema decorrente no Parque dos Poetas; ---

----- - Material do espectáculo “Pinturas de Luz”; -----

----- - Parede de Escalada do Centro de Juventude de Oeiras.-----

-----Na apólice Multiriscos Mapfre Líder número três quatro nove cinco sete zero um zero zero oito um quatro procedeu-se à: -----

----- - Inclusão das esculturas representativas dos poetas Guerra Junqueiro e Soares de Passos, destinadas à segunda fase do Parque dos Poetas, e guardadas no armazém do Hangar K Sete da Fundição de Oeiras;-----

----- - Inclusão de vinte e quatro fotografias adquiridas pela Galeria Livraria Verney; -----

----- - Inclusão da obra de arte intitulada “Tríptico I”, da autoria da pintora Helena Alexandra, oferecida à Livraria Verney, e que passou a integrar o espólio da CMO;-----

----- - Inclusão de nove esculturas representativas dos poetas Vitorino Nemésio, Carlos Oliveira, Jorge Sena, Manuel Alegre, António Gedeão, José Régio, Ruy Belo, Camilo Pessanha e David Mourão-Ferreira colocadas no Parque dos Poetas;-----

----- - Inclusão da obra de arte “Busto”, de David Mourão Ferreira. -----

----- No panorama geral podemos ver, por análise do quadro seguinte, o número de recibos de prémio validados em cada um dos ramos seguradores, quais os serviços requerentes desses seguros, e quais os montantes de prémio envolvidos.-----

----- Quadro nove: Recibos validados e prémios pagos por serviço -----

----- Orgânica/Serviço - Número de Recibos - Prémios -----

----- DE - dois - oitocentos e oitenta e seis euros e noventa cêntimos -----

----- DAS - um - catorze mil quatrocentos e sessenta e um euros e seis cêntimos -----

----- DGRH - dezanove - trinta e cinco mil trezentos e noventa e nove euros e oito cêntimos -----

----- DI - um - quatrocentos e trinta e um euros e quarenta e um cêntimos -----

----- DAPFS - um - trezentos e nove euros e setenta e três cêntimos -----

----- DPT - seis - dezassete mil quinhentos e noventa euros e trinta e sete cêntimos -----

----- DCT/SAC - onze - três mil quatrocentos e sessenta e oito euros e oitenta e dois cêntimos -----

----- LGMV - quatro - trezentos e onze euros e vinte e três cêntimos -----

----- DVM - cento e noventa e dois - cento e sessenta e oito mil duzentos e setenta e nove euros e dezasseis cêntimos -----

----- DBDI - um - cento e oito euros e vinte e nove cêntimos-----

----- Total - duzentos e trinta e sete - duzentos e quarenta e um mil cento e trinta e sete euros e setenta e seis cêntimos -----

----- Tarefas de relevo desenvolvidas -----

----- - Análise de Risco -----

----- No segundo trimestre do ano foi solicitada autorização superior pela Seguradora Mapfre para realizar uma visita no dia vinte e um de Abril de dois mil e quatro, no âmbito da Prevenção e Análise de Riscos. Após vários contactos com a Secre e o analista da Mapfre,



durante os quais se obtiveram informações mais concretas sobre a visita, agendou-se nova visita, solicitando-se para isso a colaboração, para além da Divisão de Património, do Departamento de Gestão de Recursos Humanos (DGRH), da Divisão de Viaturas e Máquinas (DVM), do Departamento de Ambiente e Equipamento.

----- Durante todo o dia catorze de Maio de dois mil e quatro a técnica do Sector de Seguros acompanhou o analista da Mapfre e o técnico da Secre durante a visita efectuada às instalações da CMO designadamente, edifício dos Paços do Concelho, Parque de Máquinas, Serralharia, Carpintaria e DGRH.

----- Colocação de três esculturas no Parque dos Poetas, com utilização de uma Aeronave

----- A preparação da operação de colocação de três esculturas no Parque dos Poetas (primeira fase), representativas dos Poetas Vitorino Nemésio, Carlos de Oliveira e Jorge de Sena, com utilização do Helicóptero da Força Aérea exigiu, num curto espaço de tempo, algum esforço e dedicação por parte da Divisão de Património, Divisão de Obras Municipais, Secre, Mapfre e Gabinete do Chefe de Estado-Maior. Foram efectuados vários contactos com todos os intervenientes para esclarecimento dos dados necessários para a efectivação do seguro referente à operação.

----- Para esta operação foi solicitada a colaboração do Gabinete do Chefe de Estado-Maior do Ministério da Defesa Nacional da Força Aérea, tendo este exigido seguro de carga, de transporte e de Acidentes Pessoais para os seis tripulantes da aeronave envolvidos na missão (quinhentos mil euros cada).

----- O seguro de Acidentes Pessoais para os seis tripulantes obrigou que a seguradora fizesse um resseguro, visto tratar-se de um montante muito elevado (três milhões de euros). No entanto, conseguiu-se a colocação do seguro atempadamente graças à colaboração de todas as entidades envolvidas.

----- - Festas do Concelho de Oeiras dois mil e quatro -----

----- Para efectivação dos seguros referentes às várias actividades decorrentes nas Festas do Concelho dois mil e quatro, procedeu-se à análise de todas as fichas enviadas pelo DASC, encaminhando-as seguidamente para a Secre. Efectivou-se assim os seguintes seguros: -----

----- - Acidentes Pessoais para participantes no Animódromo; -----

----- - Inclusão na apólice de RC dos participantes nos eventos: “Mexa-se na Marginal”, marchas populares e diversos espectáculos realizados no decorrer das Festas; -----

----- - Seguro de Multiriscos das tendas/stands da Feira de Oeiras que decorreu no Jardim Municipal de Oeiras.-----

----- É de referir que alguns pedidos de seguro foram enviados tarde para a Divisão de Património, pondo assim em risco a efectivação destes. Apesar disso, foram efectuados vários contactos telefónicos com o Sector de Turismo, GAJ e Divisão de Desporto para obtenção de informações adicionais à efectivação dos seguros, de forma a cumprirem-se os prazos pretendidos. -----

----- Cinco -----

----- Secção Administrativa -----

----- Nesta área desenvolveram-se tarefas administrativas e prestou-se apoio aos diversos sectores. -----

----- Tarefas Administrativas: -----

----- - Reorganização da base de dados das informações; -----

----- - Reorganização da base de dados das entradas de expediente; -----

----- - Reorganização do quadro de faltas e férias do pessoal; -----

----- - Arquivo da documentação relacionada com o expediente; -----

----- - Gestão e actualização da base de dados do expediente; -----

----- - Gestão e actualização da base de dados das informações; -----



- - Entrada de expediente geral - quinhentas e sessenta e nove entradas; -----
- - Atendimento telefónico; -----
- - Gestão mensal dos consumíveis (material de escritório); -----
- - Realização de relatórios quinzenais de todas as entradas de expediente ainda sem procedimento (saída), e entrega às respectivas pessoas para obtenção de resposta quanto ao procedimento efectuado ao expediente; -----
- - Realização da listagem quinzenal dos protocolos enviados e ainda não recepcionados pela Divisão de Património. -----
- Apoio ao Sector de Património Imobiliário: -----
- - Apoio ao Sector de Património Imobiliário no processo de completar os alvarás existentes na Divisão de Património, através da tiragem de cópias das plantas originais dos alvarás; -----
- - Consolidação dos processos de escrituras com os processos de alvarás; -----
- - Arquivo dos processos de escrituras por freguesias, por ano e por número; -----
- - Carregamento da base de dados com os elementos existentes nos alvarás, para posterior selecção da informação e carregamento no SAP; -----
- - Organização do quadro dos Registos das Conservatórias, e arquivo dos respectivos talões e recibos para posterior envio mensal à Tesouraria. -----
- Apoio ao Sector de Gestão de Bens Móveis: -----
- - Envio aos serviços das respectivas facturas de tiragem de cópias e de contratos de assistência técnica de fotocopiadoras, para estes as visarem, e posterior visagem das mesmas facturas pela Divisão de Património e envio destas ao Economato. -----
- Apoio ao Chefe de Divisão: -----
- - Apoio administrativo; -----
- - Gestão da agenda do Chefe de Divisão; -----

----- - Pesquisa de informação de apoio ao Chefe de Divisão; -----

----- - Gestão e controlo dos assuntos relacionados com os recursos humanos da Divisão.

----- Seis -----

----- Notas Finais -----

----- Consustanciado no princípio da economia, eficiência e eficácia, surgem alguns projectos que se revelam cruciais para um melhor desempenho de cada um dos sectores da Divisão. -----

----- Assim, no Sector de Gestão de Bens Móveis urge dar conclusão ao inventário do património móvel do Município, e à implementação do projecto “Gestor de Bens Móveis”. -----

----- Na área do Património Imobiliário afigura-se importante dar continuidade ao projecto de implementação de administrações de condomínios em bairros sociais, e ter em conta as propostas de projectos atrás apresentadas: a hasta pública de imóveis municipais, a constituição de uma equipa de trabalho para efectuar o levantamento da Fábrica da Pólvora, e proceder ao levantamento de todos os contratos realizados com os SMAS e EDP para expurgar aqueles que deverão ser eliminados. -----

----- No sector de Seguros afigura-se importante dar continuidade ao projecto de reestruturação de procedimentos na óptica da simplificação e eficácia dos processos.” -----

----- Nesta altura ausentou-se da sala o Senhor Vereador Jorge Barreto Xavier. -----

80 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR LUÍS PIRES: -----

----- O Senhor Vereador Luís Pires iniciou a sua intervenção dando conhecimento que quando começou a ouvir notícias relacionadas com o SATU, resolveu ir consultar as actas das reuniões, onde este meio de transporte foi discutido, as críticas que lhe foram feitas, por si e pelos seus colegas de partido, dando até a entender que os elementos do PS tinham uma perspectiva de “velhos do Restelo”, que não tinham razão naquilo que diziam. -----

----- Entretanto, o tempo passou, mas estava à espera do final do mês de Outubro, para



pedir elementos que lhe pudessem dar uma noção do que está a ser a ocupação deste modo de transporte, e, gostaria, por essa razão, que lhe fosse fornecido, relativamente ao mês de Outubro, o número de passageiros que foram transportados durante os dias de semana, sábados, domingos e feriados, bem como a receita realizada.-----

-----Acrecentou, ainda, que se preocupa quando ouve afirmações feitas pela mais alta responsável da empresa, dizendo que este primeiro troço serve para ganhar experiência, o que, no seu entender, é uma experiência muito cara para o erário público porque, também, contrariamente, ao que foi afirmado, inicialmente (e está em acta), a Câmara não punha um tostão para realização deste modo de transporte, mas, neste momento, já chegou à conclusão de que não é, bem, assim, pois, não sabe bem quanto na realidade se se pôs ou não, mas pôs-se nas expropriações, nos arranjos exteriores das estações e talvez em mais algumas outras situações, já para não contar com todo o apoio técnico que lhe tem sido dado. -----

-----Entende que a Câmara tem de fazer uma chamada de atenção à empresa SATU, para saber o que a mesma pretende para este meio de transporte, se o vai integrar num sistema tarifário, se o quer como um elevador deitado, em que cada um chega à estação e carrega no botão, chama-o e vai para onde quer, ou se não se andou a enganar os municíipes ao dizer que ele era o mais moderno e revolucionário meio de transporte, e agora diz-se que ele anda vazio, porque se está a ganhar experiência. -----

-----A propósito deste assunto, observou que se o objectivo é para servir de meio de transporte a quem se dirige aos seus postos de trabalho, não pode funcionar nos horários em que, neste momento, está a funcionar, ou seja, só da parte da tarde. Ora como só funciona à tarde quem vai para os seus empregos de manhã, não o pode utilizar e para o utilizar só à tarde é demasiado caro, o que quer dizer que à volta do SATU existe um imbróglio e, oxalá que não se caminhe para uma situação em que não é tão líquido, que não tenha custos elevados para o Município e, mesmo em termos ambientais, quando se sacrificou os municíipes que tinham

adquirido as suas residências e as viram desvalorizadas, porque a Câmara lhes impôs a passagem do que, na altura, se dizia “meio de transporte revolucionário” para o concelho, é preciso que na realidade se saiba o que é que vai ser o futuro deste modo de transporte e o que é que pensam fazer dele: se integrá-lo num projecto mais vasto de uma rede de transportes, ou se passar a ter, e aqui, pensa que o Senhor Vereador do Pelouro do Turismo, também, tem uma palavra a dizer, passar a ser mais uma atracção turística do concelho de Oeiras.-----

----- Passou de seguida à questão do PIDDAC, frisando que, já o ano passado, houve a constatação daquilo que são os conceitos de desenvolvimento do actual Governo. Tudo o que queria dizer sobre esta matéria, já os seus colegas disseram, no entanto, pensa que ele merece um forte protesto, tanto da parte do seu partido, como dos outros aqui representados, pois já são muitos anos de penúria, a tanga já desapareceu e, também já não há parra, a desculpa do passado também já não cola, o que tem que ser feito é exigir mais de quem governa, apesar de, nem ele próprio, nem ninguém ter votado neste Governo, mas ele está lá e, como tal, tem que assumir a responsabilidade. Quando se tem uns míseros euros para o pré-primário e, quando se constata que há falta de equipamentos públicos, falta também o apoio do Governo Central, para se fazer aquela revolução que é dita necessária para se ganhar o futuro e que é a educação e, se ela não for ganha irão surgir, desta forma, períodos muito negros e muito difíceis, no futuro. -----

----- Por último, deu conhecimento de que nos dias catorze e quinze de Outubro, esteve presente numa feira de autocarros em Madrid, relativa a dimensões de tipologias de viaturas que se adaptam, perfeitamente, ao que deve ser um projecto de sistema de transportes urbanos, a implementar nas várias freguesias do concelho. -----

----- Salientou que o transporte a gás que, contrariamente, à sua expectativa, é uma tecnologia que, ainda, está muito pouco desenvolvida. Neste momento, a Mercedes está a desenvolver um médio autocarro, mas que vai para além de quatro ou cinco vezes mais do que o convencional, embora estes convencionais já tenham sistemas que reduzam, bastante, a poluição,



mas a gás, em termos de utilização mais corrente e em viaturas pequenas, ainda estão atrasados. -

----- Ainda no âmbito desta feira e, à semelhança do que viu em Madrid, recomendou que seria bom sugerir aos operadores do concelho, a adaptação de plataformas para pessoas de mobilidade reduzida, o que é, extremamente, fácil de fazer, tanto nestes transportes como nos da Câmara. -----

81 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR JOSÉ FERREIRA DE MATOS:-----

----- O Senhor Vereador José Ferreira de Matos iniciou a sua intervenção, observando que o SATU é de facto um pólo de atracção turística em Oeiras, tal como o Senhor Vereador Luís Pires, há pouco, dizia, ou seja, há pessoas que visitam Oeiras para ver o SATU. É um meio de transporte inovador, não poluente, ao ponto de virem estrangeiros, precisamente, para o visitarem, o que significa que, pelo menos, tem esta função. -----

----- De seguida, deu conhecimento de que, amanhã, dia onze, pelas dezassete horas e trinta minutos, vão ser inauguradas as iluminações de Natal, ligadas a uma festa de São Martinho, no Largo Cinco de Outubro, em Oeiras. A Câmara Municipal vai ofertar, em colaboração com os comerciantes, água-pé e castanhas, durante duas horas, para que se comemore esta data e, também, para animação do Centro Histórico de Oeiras. -----

----- Por fim, deu conhecimento de que no dia vinte e três, às dezanove horas, no Palácio do Marquês de Pombal, vai ser efectuada uma Conferência apresentada pelo Professor José Hermano Saraiva, sobre o “Ouro Português”, por ocasião da apresentação da colecção do mesmo nome, em colaboração com a Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico, onde irá ser feita a divulgação de um conjunto de medalhas, através das Colecções Phillay. -----

82 - INFORMAÇÕES - SR. VICE-PRESIDENTE: -----

----- O Senhor Vice-Presidente deu início à sua intervenção, apresentando uma informação relativa à Vigésima Nona Conferência Internacional de Engenharia Costeira, cujo teor é o seguinte: -----

----- “No âmbito da Vigésima Nona Conferência Internacional de Engenharia Costeira em que a Câmara esteve representada, teve lugar a vinte e dois de Setembro, por solicitação da respectiva Comissão Organizadora, uma visita técnica ao Porto de Recreio de Oeiras.-----

----- A Conferência envolveu cerca de setecentos participantes, noventa por cento dos quais eram técnicos especialistas internacionais, representando cerca de quarenta diferentes países de todo o mundo e em que se discutiram quatrocentas e vinte e cinco comunicações sobre a problemática de questões relativas à Orla Costeira e se demonstraram diversas soluções possíveis de adopção para resolução de questões referentes à protecção, preservação e reabilitação das zonas costeiras.-----

----- Das quatro visitas técnicas agendadas para o dia vinte e dois, uma delas referia-se aos portos e marinas na margem norte do Estuário do Tejo, incluindo o Porto de Recreio de Oeiras. ----

----- Com cerca de setenta participantes dos mais diversos países, foi apresentado pela Câmara um conjunto de painéis referindo a finalização da obra do Porto de Recreio assim como todo o conjunto de obras já executadas entre o Forte de São Julião da Barra e o Forte de São João das Maias, elucidando os presentes sobre as diversas intervenções, os problemas associados, as soluções encontradas bem como dos objectivos da própria Câmara no respeitante à reabilitação da Orla Costeira e o seu retorno à livre e correcta utilização por parte das populações.-----

----- Os painéis, utilizando material recentemente desenvolvido para o Concurso Internacional do Waterfront Center, e como tal escritos em inglês, foram determinantes para o entendimento do projecto em curso que mereceu por parte dos visitantes um elevado grau de satisfação patente no diálogo e troca de informações que se processou no local”. -----

----- Ainda a propósito deste assunto, salientou que, esta conferência teve uma grande adesão, uma grande receptividade, onde foram tecidos os maiores elogios ao projecto da CMO, e



à intervenção ao nível da orla ribeirinha. -----

----- Agradeceu à Oeiras Viva, pelo facto de ter disponibilizado as instalações da Piscina Oceânica, onde se realizou a recepção desta delegação que visitou Oeiras. -----

----- Para terminar, referiu-se à Conferência e Exposição Anual do Waterfront Center, onde esteve presente, de catorze a dezasseis de Outubro e que se realizou nos Estados Unidos da América, tendo sobre a mesma apresentado um relatório final, cujo teor é o seguinte: -----

----- “Introdução -----

----- Realizou-se nos passados dias catorze, quinze e dezasseis de Outubro, de dois mil e quatro, a Vigésima Segunda Conferência e Exposição Anual do Waterfront Center, subordinada ao tema “Juntos pela Água” (Gathering by the waters), na qual a Câmara Municipal de Oeiras marcou presença com um stand de exposição. -----

----- Conferência-----

----- A Conferência iniciou-se com a Cerimónia da Água, para a qual foram convidados alguns participantes, incluindo Oeiras. -----

----- Cada um dos delegados escolhidos foi convidado a trazer água da sua cidade. Essa água foi então depositada numa tina por cada um dos delegados, simbolizando desta forma a união dos povos pela água. -----

----- O programa da Conferência encontrava-se organizado por temas, tratados sob a forma de painéis de discussão, e distribuído por todos os delegados. -----

----- Também enquadrada no programa estava a Cerimónia de entrega dos prémios, no âmbito do Décimo Oitavo Prémio Anual Waterfront Center, tendo o primeiro prémio sido atribuído, na área de projecto ao Museu Mill City e ao Distrito Ribeirinho de Minneapolis. O Primeiro Prémio, na área plano, foi atribuído à cidade de São Francisco, pelo seu projecto de recuperação da zona este da Baía de São Francisco. -----

----- Conclusão-----

----- Em termos gerais, a melhor conclusão que se pode tirar desta conferência é a grande preocupação pelas frentes de água, quer seja mar, rio, estuário, ribeira ou canal, assiste-se generalizadamente à sua preservação, conservação e recuperação. -----

----- Com efeito, a reabilitação e requalificação de frentes ribeirinhas é uma prioridade em países como os Estados Unidos, Canadá, China ou Inglaterra, verificando-se um empenho muito grande de entes públicos e privados.-----

----- A grande mais valia nesta participação é assim a troca de experiências e soluções no que respeita a esta temática, bem como a grande aprendizagem que é o conhecer o que se vai fazendo noutras cidades e países.” -----

----- Referiu que, em relação à zona ribeirinha há uma ideia que está a germinar, não só em si, mas também nalguns técnicos e que consiste na implantação de uma obra marcante em termos arquitectónicos, sociais e culturais. -----

----- De seguida, observou que a Conferência teve o seu início, numa cerimónia simbólica, que constava da mistura da água, de todos os países participantes, numa tina, sendo Oeiras o primeiro a ser chamado, para aí colocar a sua água. -----

----- Acrescentou que levou consigo um placard com uma fotografia do géiser, da Marginal e outra a dizer “Oeiras Convida” e, muitas pessoas que ali se encontravam não associavam Oeiras a Portugal, tal como um roteiro turístico que levou do concelho, tendo que colocar na mesa um escrito a dizer que era gratuito, porque a grande maioria pensava que era pago, ou seja, o que quer dizer com isto é que, algum voluntarismo, tudo o que se queira fazer tem que ser bem pensado e bem preparado com uma grande antecedência, em todas as vertentes. Considera que estas oportunidades são excelentes, porque através delas dá-se a conhecer, ao mundo, o trabalho que se faz, onde é que Oeiras fica localizada e o que é que Oeiras é ao nível da Área Metropolitana e da Europa. Aliás, foi abordado por pessoas residentes nas Bahamas que, também, estavam presentes naquela conferência e que, quando vinham a Portugal, vinham,



também, a Oeiras e conheciam o trabalho, aqui realizado.-----

-----Por fim, fez circular pelos restantes membros do Executivo um livro comos temas da conferênciа e algumas fotografias referentes à mesma. -----

83 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR JOSÉ EDUARDO COSTA:-----

-----O Senhor Vereador José Eduardo Costa iniciou a sua intervenção dando conhecimento de que, de vinte e oito a trinta de Outubro, esteve em Barcelona, em representação da Junta Metropolitana de Lisboa, na Conferência Bienal da Metrex, que é a Rede Europeia de Áreas Metropolitanas, em que esteve também presente o Doutor Paulo Sousa, como colaborador da Junta Metropolitana, onde fizeram uma comunicação, subordinada ao tema “Ambiente e Sistemas de Informação Geográfica e Implementação na Área Metropolitana de Lisboa”. -----

-----Para concluir, observou que, após ter presenciado, no passado Domingo, a cerimónia de entrega de fogos às famílias do Observatório de Habitação, deve referir que, enquanto funcionário desta Câmara Municipal, há dezanove anos, foi aquela que mais o impressionou, sob o ponto de vista de carga emotiva. -----

-----Já assistiu, muitas vezes, a cerimónias idênticas a esta, mas foi a primeira vez que viu, na esmagadora maioria das pessoas que receberam a chave da sua casa, a emoção e o reconhecimento pelo Município se ter lembrado deles, tendo também ficado com a sensação de que aquelas pessoas, apesar de estarem inscritas no Observatório, nunca acreditaram que iriam ter uma casa, uma habitação digna. -----

-----Acrescentou, ainda, que toda esta obra se deve muito ao empenho do Senhor Vereador Rui Soeiro, da Senhora Presidente e dos funcionários do Departamento de Habitação, tal como a Senhora Presidente concluiu no final desta cerimónia.-----

-----São estes pequenos gestos, pequenos pormenores, mas grandes para quem recebeu uma casa, que marcam a existência do Executivo, enquanto autarcas, pensando que, se se continuar a satisfazer estas carências, está-se a efectuar um trabalho de coesão social. -----

84 - INFORMAÇÕES - SR^a. VEREADORA ANA ISABEL BEÇA: -----

----- A Senhora Vereadora Ana Isabel Beça, usou da palavra para dar conhecimento de algumas actividades em que participou de catorze de Outubro a oito de Novembro, as quais a seguir se transcrevem: -----

----- “Catorze de Outubro - Primeiro Fórum da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis, realizado no ISCTE, em Lisboa. -----

----- Quinze de Outubro - Segundo Festival Intergeracional de Fado do Concelho de Oeiras, que teve lugar no Auditório Municipal Eunice Muñoz, em Oeiras. -----

----- Dezoito de Outubro - Mesa de Encerramento do Décimo Encontro da Alimentação, subordinado ao tema “A Alimentação e a Família”, que decorreu no Centro de Apoio Social de Oeiras, em Oeiras. -----

----- Dezanove de Outubro - Vigésima nona reunião do Núcleo Executivo do Conselho Local de Acção Social, da Rede Social, que decorreu no Salão Nobre do Edifício da Fundição de Oeiras, em Oeiras. -----

----- Vinte e um de Outubro - Acompanhamento de um grupo de seniores para assistir ao espectáculo «A Rainha do Ferro Velho», realizado no Teatro Politeama, em Lisboa, integrado nos Encontros de Outubro. -----

----- Vinte e dois de Outubro - Espectáculo “À Espera de Godot”, integrado nos Encontros de Outubro, que teve lugar no Centro Social Paroquial de Queijas, tendo acompanhado para o efeito a deslocação de um grupo de seniores. -----

----- Vinte e quatro de Outubro - Entrega de cento e oito fogos de habitação social, no Páteo dos Cavaleiros, em Carnaxide. -----

----- Vinte e sete a vinte e nove de Outubro - Primeira reunião da Fase Quatro da Rede Europeia de Cidades Saudáveis, da Organização Mundial de Saúde, realizada em Udine, Itália. --

----- Três de Novembro - Trigésima reunião do Núcleo Executivo do Conselho Local de



Acção Social, da Rede Social, que decorreu no Salão Nobre do Edifício da Fundição de Oeiras, em Oeiras. -----

----- Início do NetSénior, integrado no Programa Oeiras Solidária, com o primeiro curso de informática para a Terceira Idade a beneficiar a Obra Social Madre Maria Clara, em Algés. A iniciativa mereceu a atenção da comunicação social, em particular da SIC e da TVI. -----

----- Cinco de Novembro - Assinatura do Protocolo Porto de Recreio, que teve lugar na Piscina Oceânica, em Oeiras. -----

----- Entrega de Diplomas NetSénior/Compuquali, acção integrada no Programa Oeiras Solidária, em cerimónia que decorreu no Taguspark, em Porto Salvo. -----

----- Sete de Novembro - Entrega de cento e sessenta e cinco fogos de habitação social, no Alto dos Barronhos, em Carnaxide. -----

----- Oito de Novembro - Sessão de Abertura, em representação da Senhora Presidente, do projecto “Férias em Saúde”, organizado pela Centro de Saúde de Oeiras e realizado na sala reuniões do INATEL, em Oeiras.” -----

85 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARNALDO PEREIRA: -----

----- O Senhor Vereador Arnaldo Pereira, iniciou a sua intervenção, dando conhecimento de uma “Recomendação de Alteração do Regulamento Municipal Toponímico”, cujo teor é o seguinte: -----

----- “O Regulamento Municipal Toponímico, foi aprovado na reunião de Câmara de treze de Junho de dois mil e um, por unanimidade, depois de efectuada a apreciação pública, de acordo com o disposto no artigo centésimo décimo oitavo do Código do Procedimento Administrativo, e na qual não se verificaram quaisquer reclamações ou sugestões. -----

----- Três anos volvidos sobre a aprovação do supra mencionado Regulamento, e tendo em conta as características do concelho de Oeiras, e o modelo tendencial de estruturação Urbana, preconizado na “Estratégia e Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável” (Oeiras

Vinte e Um), de Espaço Cidade Multipolar (ou Policêntrico), evitando-se o contínuo edificado, proponho: -----

----- a) a alteração do artigo sétimo, que define que “as designações topónimicas do concelho não poderão, em caso algum, ser repetidas”, acrescentando-se a formulação “no mesmo aglomerado urbano e na área do mesmo código postal”; -----

----- b) que relativamente às situações existentes de repetições de topónimos, as eventuais alterações a efectuar se processem ouvidas as populações e a Junta de Freguesia; -----

----- c) que, no que concerne à alteração dos topónimos no Casal da Choca (Porto Salvo), objecto de deliberação de Câmara em onze de Junho de dois mil e três, e uma vez que não se encontram repetidos, se mantenham as designações usadas durante anos, embora não constantes da toponímia oficial, dos seguintes arruamentos: Avenida Dom Pedro Quinto, Rua Adriano Correia de Oliveira, Rua Trinta e Um de Janeiro, Rua Antero de Quental, Rua Dom Afonso Henriques, Rua Humberto Delgado, Rua Egas Moniz, Rua Sacadura Cabral, Rua Primeiro de Dezembro e Calçada Vinte e Cinco de Abril”. -----

----- Acerca deste mesmo assunto, observou que aquando da aprovação do regulamento, ele próprio e o restante Executivo estiveram de acordo, no sentido de constatar que não fazia sentido que o regulamento interditasse a repetição de topónimos em localidades e freguesias, suficientemente afastadas para não permitir qualquer confusão, desde que, não houvesse coincidência em termos de código postal. Naquela altura fez-se essa alteração ao regulamento, mas tudo isto surgiu a propósito de um caso levantado pela alteração dos topónimos no Casal da Choca, na sequência da reconversão do bairro, o que ocasionou alguma contestação por parte dos residentes e, na altura, a explicação que foi dada, é que decorria do regulamento, embora também se tivesse verificado que, noutras locais do concelho, se verifica essa repetição. -----

----- Na sequência dessa proposta, na altura, recomendou que, em relação a algumas situações que vêm sinalizadas na alínea c), se mantivessem os topónimos existentes, até porque



os que existem noutras localidades do concelho, não são susceptíveis de fazerem qualquer confusão como estes.-----

-----Frisou que o Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo, sempre que o encontra, tem chamado a atenção e pergunta-lhe “o que é que se passa relativamente à sequência da proposta de alteração do regulamento toponímico”, até porque, tanto quanto sabe, o próprio Presidente fez chegar à Câmara o parecer favorável da Junta relativamente a esta matéria. -----

-----Ainda a propósito deste assunto, solicitou à Senhora Vereadora Ana Isabel Beça, que o informe sobre o mesmo. -----

-----Prosseguindo, chamou a atenção para uma notícia que leu no Jornal de Oeiras, publicada no dia catorze de Outubro, respeitante à utilização da segunda pista de atletismo, do Complexo Desportivo do Jamor, ou seja, a Direcção deste complexo entendeu passar a cobrar pela primeira vez, uma taxa de utilização, aos utilizadores desta pista, o que provocou descontentamento ao nível tanto dos atletas, como dos clubes do concelho que praticam esta modalidade, porque os preços cobrados são cerca de dois euros por atleta, o que significa um encargo por atleta, de dois a quatro euros diários, o que é incomportável para os clubes.-----

-----Na sequência desta notícia entrou em contacto com o Complexo Desportivo do Jamor e, retomando um processo que há cerca de pouco mais de um ano tinha sido encetado e, para o qual também já tinha solicitado parecer dos Senhores Vereadores, nomeadamente do Senhor Vereador José Eduardo Costa e do Senhor Vice-Presidente, no sentido de saber se seria possível chegar a um acordo com o Complexo Desportivo do Jamor, com vista a saber se seria possível ceder gratuitamente aos atletas e clubes do concelho os equipamentos deste e, também, ceder gratuitamente para iniciativas municipais, a troco de contrapartidas que pudessem ser prestadas pela CMO, o que já tem acontecido, seja por ocasião da Taça de Portugal, do Open de Oeiras, ou outros momentos, em que a Câmara sempre tem prestado colaboração, nomeadamente, em acções de limpeza do Estádio.-----

----- Observou que, neste momento, este assunto está a ser estudado e quando houver uma proposta concreta, encaminhá-la-á para a Senhora Presidente, pois pensa que vai ser possível chegar a um acordo, no sentido do Complexo Desportivo do Jamor facultar aos municípios de Oeiras, nomeadamente atletas e Clubes, a utilização gratuita das suas instalações. Enquanto não se chegar a um acordo, tanto ao nível dos atletas como dos clubes do concelho, o pagamento da taxa de utilização da pista de atletismo não é paga. -----

----- De seguida apresentou uma Moção referente ao PIDDAC para dois mil e cinco, a qual a seguir se transcreve:-----

----- “Proposta de PIDDAC para dois mil e cinco relativa ao concelho de Oeiras -----

----- O Orçamento de Estado para dois mil e cinco mantém as restrições financeiras às autarquias locais, nomeadamente no tocante às condições exigidas para a contratação de empréstimos, nas situações em que estes sejam considerados absolutamente indispensáveis para assegurar a realização ou continuação de investimentos oportunamente assumidos pelos Municípios. Este quadro é agravado pela insuficiência de verbas consignadas no PIDDAC, as quais, no que ao Concelho de Oeiras diz respeito, são, nuns casos, substancialmente reduzidas relativamente ao ano de dois mil e quatro em áreas essenciais como a Saúde e, noutras, continuam a não permitir dar uma resposta satisfatória a carências locais há muito identificadas, designadamente ao nível dos equipamentos sociais, da rede viária e dos transportes. Com efeito, uma sumária análise comparativa permite verificar que: -----

----- a) Em relação à Saúde, o investimento previsto em dois mil e quatro - e que, importa sublinhá-lo, não se concretizou -, é reduzido de um milhão quatrocentos e setenta e três mil quinhentos e trinta e seis euros para quinhentos e setenta e seis mil seiscentos e quarenta euros, contemplando apenas a Extensão de Saúde de Paço de Arcos, dotando com uma verba simbólica a Extensão de Saúde de Algés, e deixando de fora compromissos oportunamente contratualizados com a Administração Central, como as Extensões de Queijas e de Barcarena; --



-----b) Quanto ao Ensino Básico e Secundário, a verba diminui de um milhão quinhentos e oitenta e oito mil setecentos e setenta e sete euros para um milhão duzentos e três mil duzentos e cinco euros, muito aquém das necessidades de manutenção e recuperação do parque escolar, e, concretamente, não permitindo efectuar os arranjos exteriores projectados aquando da construção dos pavilhões escolares;-----

-----c) A verba prevista em dois mil e quatro para o Património Edificado (cento e oitenta e nove mil seiscentos e cinquenta euros) desce para cento e setenta e oito mil euros, e a respeitante ao Movimento Associativo de duzentos e setenta e quatro mil setecentos e trinta e sete euros para duzentos e dez mil setecentos e noventa euros;-----

-----d) A rede viária e os transportes, áreas fundamentais para assegurar a acessibilidade e mobilidade urbanas, cada vez mais dificultadas por um crescimento urbanístico acelerado, passam de uma verba, aliás irrigária, de duzentos e trinta e cinco mil e catorze euros em dois mil e quatro, para uma dotação zero em dois mil e cinco; -----

-----e) O mesmo sucede com a reabilitação urbana, que dos duzentos e trinta e cinco mil e catorze euros em dois mil e quatro, fica reduzida a zero em dois mil e cinco. -----

-----f) O caso mais insólito é o do ensino pré-escolar, o qual, dotado da verba meramente simbólica de cinco mil euros em dois mil e quatro, passa a ser contemplado com dois mil euros em dois mil e cinco, tornando manifesta a vacuidade da alegada aposta governamental no tão proclamado desígnio estratégico da Educação;-----

-----Assim, manifestamente sub-dotados ou completamente omitidos da proposta de PIDDAC para dois mil e cinco, continuam a estar acções e projectos essenciais para a resolução de carências locais e para a qualidade de vida das populações, os quais têm sido objecto de sucessivas e sempre adiadas promessas, sendo de destacar: -----

-----Um) O reforço e melhoria da rede pública do ensino pré-escolar;-----

-----Dois) A construção de uma Escola Básica Dois, Três em Porto Salvo;-----

----- Três) A edificação de novas Extensões de Saúde em Caxias e Porto Salvo, bem como do novo Centro de Saúde de Carnaxide; -----

----- Quatro) A construção de Centros Comunitários e de Convívio para a população idosa; -----

----- Cinco) A modernização da linha de Cascais, a edificação de interfaces de transportes e a construção da linha de eléctrico rápido Algés-Falagueira; -----

----- Seis) O reforço e melhoria da rede viária, em particular a Via Longitudinal Norte; -----

----- Sete) A requalificação da orla ribeirinha, sem uma única intervenção contemplada; -----

----- Oito) As obras de saneamento básico, em particular na área correspondente à ribeira de Algés; -----

----- Nove) A recuperação de um acervo significativo do património edificado, sendo o caso mais evidente o do Paço Real de Caxias, monumento nacional em fase adiantada de degradação.-----

----- Tendo em conta estes factos, a Câmara Municipal de Oeiras, reunida em dez de Novembro de dois mil e quatro, exige a criação de meios de financiamento aos Municípios que lhes permitam desenvolver os seus programas de investimento, e manifesta o seu vivo protesto pela redução ou eliminação na proposta do PIDDAC de dois mil e cinco de acções previstas em dois mil e quatro, bem como a omissão de acções e projectos oportunamente contratados com Administração Central, exigindo, no mínimo, a sua reposição.-----

----- “PIDDAC inicial dois mil e cinco - Regionalização - Óptica Administrativa Concelho de Oeiras dois mil e três/dois mil e cinco (em euros).-----

----- Áreas / dois mil e três / dois mil e quatro/ dois mil e cinco-----

----- Educação: -----

----- Pré-Escolar - cinco mil novecentos e dezasseis - cinco mil - dois mil -----

----- Básico/Secundário - um milhão quatrocentos e quarenta e sete mil trezentos e doze -



um milhão quinhentos e oitenta e sete mil setecentos e setenta e sete - um milhão duzentos e três mil duzentos e cinco -----

----- Politécnico - zero - zero - oitocentos e sessenta e oito mil quatrocentos e oitenta e um

----- Superior - trezentos e noventa e cinco mil - novecentos e setenta mil - três milhões quatrocentos e cinquenta mil -----

----- Investigação/Inovação - dois milhões catorze mil trezentos e quinze - dois milhões setecentos e noventa e sete mil quatrocentos e oitenta e seis - três milhões cento e noventa e três mil e doze -----

----- Movimento Associativo - cento e trinta e sete mil trezentos e sessenta e nove - duzentos e setenta e quatro mil setecentos e trinta e sete - duzentos e dez mil setecentos e noventa -----

----- Reabilitação Urbana - duzentos e setenta e cinco mil quinhentos e oitenta e seis - duzentos e trinta e cinco mil e catorze - zero -----

----- Rede viária/Transportes - zero - duzentos e noventa e cinco mil - zero -----

----- Património Edificado - setecentos e setenta e sete mil setecentos e trinta e dois - cento e oitenta e nove mil seiscentos e cinquenta - cento e setenta e oito mil -----

----- Saúde - um milhão cento e vinte e seis mil duzentos e treze - um milhão quatrocentos e setenta e três mil quinhentos e trinta e seis - quinhentos e setenta e seis mil seiscentos e quarenta -----

----- Diversos: -----

----- Cidade Judiciária - cem mil - zero - quarenta e um milhões seiscentos e três mil novecentos e três -----

----- Complexo Desportivo do Jamor - dois milhões trezentos e quarenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e sete - quatro milhões cento e trinta e sete mil - cinco milhões oitocentos e vinte e cinco mil -----

----- Outros - oitocentos e noventa e nove mil quinhentos e trinta e quatro - duzentos e sessenta e cinco mil setecentos e setenta e três - cento e trinta e seis mil quinhentos e trinta e cinco -----

----- Totais - nove milhões quinhentos e vinte e quatro mil quinhentos e trinta e quatro - doze milhões duzentos e trinta mil novecentos e setenta e três - cinquenta e sete milhões duzentos e quarenta e sete mil quinhentos e sessenta e seis.” -----

----- Reportando-se ainda à questão do PIDDAC, observou que o que ainda considera mais grave nele é a situação da Saúde e do Pré-Escolar. Na Saúde há compromissos que foram contratualizados, com a Administração Central que apontavam não apenas para a construção da extensão do Centro de Saúde de Paço de Arcos, mas também para as de Algés, Queijas e Barcarena e, nenhuma delas ficou contemplada no PIDDAC para dois mil e cinco.-----

----- No que diz respeito à Educação, importa sublinhar que para o pré-escolar a verba é de facto ridícula.-----

----- Há ainda duas acções extremamente importantes, que têm que ver com a rede viária e transportes e com a requalificação urbana, que apesar de estarem contempladas com verbas manifestamente insuficientes, em dois mil e quatro e dois e três, desaparecem do PIDDAC de dois mil e cinco. Ora, quando se elege como aposta estratégica o desenvolvimento sustentado do concelho, a recuperação ambiental e a resolução do problema da mobilidade e acessibilidades, de facto, a completa omissão relativamente à rede viária e aos transportes, do seu ponto de vista é inaceitável. -----

----- Disse haver ainda um outro dado, sobre o qual a Senhora Presidente poderá dar uma explicação mais satisfatória e que tem a ver com a concretização do PIDDAC, de dois mil e quatro, porque não há dados em relação a essa matéria, uma vez que é dito que muita dessa verba não foi aplicada, como por exemplo, no caso do Estádio Nacional, houve verba que estava prevista para dois mil e quatro, que transitou para dois mil e cinco. -----



-----Ainda relativamente ao PIDDAC, embora considere que seja difícil destacar projectos que sejam fundamentais para o concelho de Oeiras, que têm que ver com os transportes e mobilidade urbana, nomeadamente o eléctrico rápido, visto ser um antigo compromisso governamental e que não ficou inscrito no PIDDAC de dois mil e quatro, perguntou se vem inscrito directa ou indirectamente no PIDDAC de dois mil e cinco.-----

-----Projectos que tenham a ver com Saneamento Básico e Recuperação das Ribeiras, tendo há algum tempo o Senhor Vice-Presidente informado sobre o calendário previsto pelo INAG, para a recuperação integral das ribeiras do concelho e que, apontavam para investimentos plurianuais e que todo este processo estaria completado lá para dois mil e oito/dois mil e nove. --

-----Em termos de saneamento básico, cingiu-se à ligação da bacia de Algés à ETAR de Alcântara, inquirindo se no PIDDAC está prevista alguma verba a este respeito.-----

-----Quanto ao pré-escolar, opinou que de facto vem diminuindo o investimento, se bem que, até nem tem muito sentido falar em diminuição de investimento porque ele era meramente simbólico e residual.-----

-----No que diz respeito ao ensino básico e secundário verifica-se grandes carências ao nível da requalificação e preservação do parque tanto de um, como de outro. -----

-----O aumento que se regista no ensino superior, explica-se apenas pela construção do módulo do Técnico, no TagusPark, o que é de saudar. Mantêm-se as verbas respeitantes à investigação e inovação, mas tendo em conta o papel do concelho de Oeiras e os Institutos que aqui existem. -----

-----O Movimento Associativo é contemplado muito aquém das suas necessidades. -----

-----No que tange ao Património Edificado, observou que ainda hoje se falou no Turismo Cultural, sublinhando que esse Turismo Cultural depende de maneira decisiva de uma política de recuperação do património edificado, existente aqui no concelho. Na sua Moção citou o caso mais evidente e mais lamentável e que é o Paço Real de Caxias, propriedade do Ministério do

Exército, que é património nacional, monumento nacional, que é a mais alta classificação em termos patrimoniais, aliás, a Lei do Património estabelece coimas para particulares que deixem degradar o património e o Paço Real de Caxias está em estado adiantado de degradação, sem que aparentemente se dê muita importância ao assunto; de qualquer modo pensa que a CMO também deveria tomar uma posição muito firme de exigência, de recuperação e preservação deste monumento nacional. -----

----- Continuando, abordou a questão do SATU, lembrando que na altura da sua aprovação foi a única força política aqui representada que votou contra este sistema, por razões que na ocasião foram expostas na declaração de voto respectiva. -----

----- Esclareceu que votou contra, não por ser contrário ao projecto em si, até porque ele tem o seu valor em termos de ambiente, de inovação, mas sempre considerou que o SATU seria um projecto completamente inviável, se efectivamente não garantisse a ligação de Paço de Arcos e a amarração da Linha de Cascais à Linha de Sintra. De todo o modo salientou que mesmo com o falhanço do SATU não se sente nada confortado, o que quer é que ele de facto tenha êxito e cumpra o seu papel, mas também concorda que ele nunca cumprirá esse papel se não ficar integrado no sistema de transportes, no entanto, mantém que mesmo com a segunda fase de ligação ao Lagoas Parque, não se vai resolver o problema da utilização do SATU. -----

----- Quanto a si, este projecto só será eficaz e terá algum sentido no sistema de transportes, quando efectivamente amarrar a Linha de Cascais à Linha de Sintra, por um lado, e por outro, quando se integrar num sistema de transportes, de que ele também faça parte. -----

----- A propósito do Parque Escolar usou de seguida da palavra o **Senhor Vereador José Eduardo Costa**, referindo que há obras que não estão no PIDDAC Regionalizado, visto serem obras de uma dotação global da DREL, como é o caso, por exemplo, da Escola Aquilino Ribeiro, que começou este ano a sofrer obras de recuperação, estando previsto o seu terminus no início do próximo ano, sendo que a reabilitação da escola importa em cento e vinte mil contos. -----



-----Quanto ao Estádio Nacional esclareceu, também, que, por exemplo, quando o Benfica jogou no Estádio Nacional, a Câmara cobrou a este e este por sua vez ao Benfica, a limpeza após os jogos. Aquando dos jogos da final da Taça de Portugal, a Câmara efectuou limpeza no exterior, orçamentou, mas não debitou, no entanto, o Complexo do Jamor por ordem do Senhor Director do Instituto do Desporto de Portugal, cobrou à Câmara Municipal e, ele próprio, por sua vez, deu ordens para pagar mil e tal euros pela utilização do Estádio Nacional, para “Um Dia da Actividade Física das Escolas do Primeiro Ciclo”, querendo com isto dizer que há, de facto, uma diferença de posturas.-----

-----De novo no uso da palavra o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** deu conhecimento das actividades em que participou, durante Outubro e Novembro, as quais a seguir se transcrevem:-----

-----“Dia - Hora - Iniciativa - Local -----

-----Catorze - doze - Reunião com a Liga de Melhoramentos e Recreios de Algés - Gabinete do Vereador -----

-----Catorze - dezasseis - Reunião com o Senhor Afonso Domingos da Afopat, sobre a escola de vela no Porto de Recreio - Gabinete do Vereador -----

-----Quinze - Catorze às dezasseis - Visita aos Unidos Caxienses e Grupo Recreativo de Tercena - ... -----

-----Quinze - Quinze - Reunião com a Associação de Moradores da Outurela/Portela - Gabinete do Vereador -----

-----Quinze - dezasseis - Reunião com o Senhor António Peter's do CDPA - Gabinete do Vereador -----

-----Dezassete - onze - Corrida das localidades da SIMECQ - Sede da colectividade -----

-----Dezoito - quinze - Reunião com Soccerpro - Gabinete do Vereador -----

-----Vinte e um - onze horas e trinta minutos - Reunião com o Clube de Basquetebol de

Oeiras - Gabinete do Vereador -----

----- Vinte e um - quinze - Reunião com o Senhor Luís Barata, sobre motards - Gabinete do Vereador -----

----- Vinte e um - dezasseis horas e trinta minutos - Reunião com o Grupo Recreativo e Cultural “Os Amigos do Alto do Mocho” e Associação Juvenil “Pandilha Jovem” para apresentação de um projecto para um Centro Cívico em Paço de Arcos - Gabinete do Vice-Presidente -----

----- Vinte e quatro - onze - Cerimónia de entrega de fogos - Páteo dos Cavaleiros - Carnaxide- -----

----- Vinte e cinco - quinze - Reunião com o Maratona Clube de Portugal sobre Cross Internacional de Oeiras - Gabinete do Vereador -----

----- Vinte e oito - quinze - Reunião com a Liga Portuguesa de Futebol Profissional - Gabinete do Vereador-----

----- Vinte e oito - dezassete horas e trinta minutos - Reunião com o Professor Albino Maria do Estádio Nacional - Estádio Nacional-----

----- Um de Novembro - Onze - Corrida das localidades Valejas Atlético Clube - Sede da colectividade-----

----- Um - dezoito - Hóquei em patins - Liga de Melhoramentos e Recreios de Algés - Pavilhão Gaspar Passos de Almeida-----

----- Dois - vinte - Assembleia Plenária do C.O.P. - Auditório da Sede -----

----- Três - dezasseis horas e trinta minutos - Reunião com a Associação de Basquetebol de Lisboa - Gabinete do Vereador -----

----- Cinco - quinze - Assinatura de Protocolo de financiamento da construção do Porto de Recreio - Piscina Oceânica-----

----- Seis - catorze horas e trinta minutos - Torneio de Xadrez da Sociedade Filarmónica



Fraternidade de Carnaxide - Sede da Colectividade -----

----- Sete - dez horas e trinta minutos - Entrega de fogos de habitação social - Alto dos Barronhos - -----

----- Sete - Quinze - Torneio de Xadrez da Sociedade Filarmónica Fraternidade de Carnaxide - Sede da Colectividade -----

----- Oito - quinze - Reunião com o Grupo Musical Primeiro de Dezembro, de Queijas - Gabinete do Vereador -----

----- Nove - dez - Reunião com o Senhor Mariano Gonçalves sobre o Observatório Euroespacial de Oeiras - Gabinete do Vereador.” -----

----- Ainda a propósito do SATU, usou da palavra o **Senhor Vereador Emanuel Martins**, observando que, quando, há pouco, o Senhor Vereador Arnaldo Pereira disse que estava numa posição confortável porque foi o único Vereador que votou contra este sistema de transporte, deve dizer que não foi, porque o PS, desde sempre, teve uma posição contrária, aliás, até foram os únicos que abandonaram a reunião de Câmara, depois de terem sido considerados ignorantes e passaram grandes dificuldades nesta matéria, justamente por dizerem que o SATU, só faria sentido se, no mínimo, fosse servir as zonas que carecem de transporte, inclusivamente, os bairros sociais; portanto a bancada do PS nunca o aceitou mas, também, nunca teve uma posição de negação, porque o progresso não lhes mete medo, desde que a sua perspectiva vise a viabilidade. -----

----- Por fim, e, de novo no uso da palavra o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** deu conhecimento de que no dia vinte e um de Novembro, pelas dez horas, vai realizar-se o Cross Internacional de Oeiras, no Estádio Nacional. -----

86 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES: -----

----- Reportando-se às questões apontadas, tanto pelo Senhor Vereador Arnaldo Pereira, como pelo Senhor Vereador Emanuel Martins, relativamente ao SATU, o **Senhor Vice-**

Presidente observou que, desde o início, tem trabalhado neste projecto e irá continuar a fazê-lo em plena consciência.-----

----- No que tange aos dados solicitados em relação a este meio de transporte, referiu que, brevemente, os Senhores Vereadores os irão ter em seu poder.-----

----- Quanto à fraca utilização que se tem verificado, salientou que ela se deve ao horário em que ele circulava, mas, desde o dia oito deste Mês, passou a funcionar, ininterruptamente, das oito horas da manhã às vinte e quatro horas e trinta minutos, julgando que, com o alargamento do horário, a procura vai ser outra.-----

----- Há pouco, quando o Senhor Vereador Luís Pires questionou sobre qual seria o futuro deste meio de transporte, retorquiu que, quanto a si, ele será o transporte do futuro. É certo que também se sabe que este modo de transporte à medida que for alargado, ou expandido, terá uma maior utilização, nomeadamente, para o Lagoas Parque e daí para Porto Salvo e, mais tarde, segundo conversações tidas com o Presidente da CM de Sintra, também irá até lá. -----

----- Reportando-se, de seguida, à questão que o Senhor Vereador Arnaldo Pereira colocou em relação ao PIDDAC, quando diz que o eléctrico rápido não consta do mesmo, quanto a si, nem tem que constar, uma vez que o consórcio que estava a liderar este processo é o Metro e a Carris, e, por conseguinte, o mais que pode acontecer é que ele esteja nos planos destas mesmas empresas.-----

----- Sobre uma outra questão focada pelo Senhor Vereador Arnaldo Pereira, respeitante à ligação da bacia de Algés a Alcântara, julga que uma parte será assegurada através dos SMAS, ou seja, o investimento a nível das redes de saneamento será assumido por estes na Baixa de Algés e, em princípio, será a Câmara Municipal de Lisboa a efectuar as reparações, na Estação Elevatória de Alcântara, para receber esses mesmos esgotos. Portanto, este é, também, um investimento que não deverá estar contemplado no PIDDAC, a não ser que haja algum investimento, ou colaboração a nível do Governo Central.-----



-----Quanto à recuperação das ribeiras do concelho, mais propriamente quando disse que nenhuma delas constava no PIDDAC, quanto a si, só uma delas é que deveria constar, ou seja, a Ribeira de Algés, pelo facto de ser uma obra da responsabilidade do INAG. Todas as outras, como seja, a da Lage, Porto Salvo e Barcarena, têm protocolos assinados entre a CMO, SMAS e SANEST. Após a intervenção nestas três ribeiras, ir-se-á efectuar um novo protocolo entre as mesmas entidades, para regressão de esgotos na Ribeira do Jamor, pois são estas ribeiras que têm drenagem para o sistema de saneamento da Costa do Estoril.-----

-----A propósito do SATU interveio o **Senhor Vereador Luís Pires**, frisando que é um pouco abusivo dizer que este sistema, ainda, está em fase experimental e que este primeiro troço, acima de tudo, serve para se ganhar experiência. Acha que não deveria ser assim, dever-se-ia, sim, ter partido para este projecto, evidentemente com um período experimental, mas não tão alongado. Por outro lado, não vai ter sucesso enquanto transporte público, se não estiver integrado numa rede tarifária, isto é, quando as pessoas do Bairro do Moinho das Rolas utilizarem o mesmo título de transporte para irem até Paço de Arcos e, em Paço de Arcos conseguirem, com o mesmo título de transporte, utilizar outro meio, ou rodoviário, ou de caminho de ferro, aí ter-se-á sucesso. Até lá, é muito difícil, não só por razões financeiras que sobrecarregam demasiado as famílias, porque o preço é elevado, além de que é adicionado à outra tarifa, com a agravante de haver o incómodo de ter mais do que um título de transporte. Na altura, foram feitas várias críticas à perspectiva de integração no tarifário dos transportes públicos, de uma maneira geral, mas é preciso que todos se convençam que não se vive num concelho, só, de gente de classe média alta, que tem poder de compra, porque, também, há as que têm dificuldades.-----

-----Em relação à utilização deste sistema para turistas, concorda que é um vertente que deve ser explorada, pelo menos nesta primeira fase, até com um tarifário próprio, com variantes em termos de utilização e com um preço atractivo.-----

----- Por outro lado, acrescentou que todos se deveriam congratular por este Governo ter retomado o projecto do penúltimo Governo eleito, sobre a travessia do Tejo em Algés, tendo-se, na altura, o PS manifestado, favoravelmente, em relação a essa travessia através de uma Moção.

----- Interveio, de seguida, o **Senhor Vereador Emanuel Martins**, para colocar duas questões. A primeira refere-se a uma notícia publicada no dia cinco deste mês, sobre a qual o Senhor Vereador Luís Pires também se pronunciou há pouco, e que dizia respeito ao horário praticado pelo SATU e, curiosamente, o horário, logo na segunda-feira seguinte, foi alterado, perguntando quem é que providenciou esta alteração. -----

----- A segunda questão, diz respeito a uma Moção aprovada, há mais de um ano, na Assembleia Municipal, no sentido de haver passe social que satisfaça as pessoas com mais de sessenta e cinco anos, inquirindo no sentido de saber quando é que se pretende implementar este tipo de passe. -----

----- Ainda a propósito da notícia referente ao SATU, observou que gostaria que não ficassem com a ideia de que foi o PS que inventou estes factos, mas, infelizmente, é confrontado com eles, sendo certo que já colocaram diversas perguntas e alertas sobre esta matéria, para eventuais soluções, que não inviabilizem o projecto do SATU, mas que o tornem eficaz, de modo a que se realize o projecto da forma como o Senhor Vice-Presidente o pretende. -----

----- Usou, de seguida, da palavra, o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira**, referindo que, pelo facto de na altura ter votado contra este projecto, não significa que se regozija com o seu falhanço, embora, haja uma questão que, para si, é decisiva e que, há pouco, também, foi focada pelo Senhor Vereador Luís Pires, que é a seguinte: enquanto o SATU não se integrar numa rede de transportes, não resulta, porque não é só o passe social que é importante, ele tem que ficar integrado em termos tarifários numa rede de transportes, hipótese que foi recusada, peremptoriamente, quando, na altura, se falou no projecto do SATU. Ora, o SATU concebido como isolado de um sistema público de transportes, do seu ponto de vista, não tem viabilidade, e



foi esta uma das razões que motivaram o seu voto contra, porque, na altura, foi dito de maneira muito enfática, que não havia qualquer possibilidade de este sistema ficar integrado no sistema acima mencionado. -----

----- Julga, no entanto, que se deve reflectir, para se fazerem os reajustamentos necessários, sublinhando que, na altura, nem sequer foi dada nenhuma garantia em relação à extensão ao TagusPark, quanto mais a amarração à Linha de Sintra. -----

----- Salientou ainda, que tudo isto envolve investimentos, extremamente, pesados, e por esse motivo é uma questão que deve merecer a preocupação e reflexão de todo o Executivo, porque depois pode envolver a tal “pescadinha de rabo na boca”. Não quer, com isto, dizer que haja falhanço, mas na primeira ou segunda fase, pode haver a não satisfação de expectativas que tinham sido criadas, o que, de algum modo, dificulta ou inviabiliza os investimentos que se têm que fazer para a terceira e quarta fases. -----

----- Julga que tudo isto é, extremamente, importante e, da parte da Câmara Municipal, tem que significar uma atenção redobrada e um empenhamento e envolvimento num projecto que, do seu ponto de vista, só terá êxito, após a satisfação destes dois requisitos. -----

----- Prosseguindo a sua intervenção, referiu-se ao PIDDAC, chamando a atenção para a Senhora Presidente do seguinte: na Moção que acabou de apresentar e, provavelmente a Senhora Presidente poderá ter esses dados e essas informações quanto às acções que não foram contempladas, mas sobretudo outras que ali não estão apontadas e, aqui, até a propósito do esclarecimento que o Senhor Vereador José Eduardo Costa prestou, seria importante que se soubesse, em sede de Orçamento de Estado, seja ao nível do saneamento básico, do ambiente, dos transportes, etc., que acções estão contempladas no Orçamento de Estado, que sejam relativas a Ministérios ou a outras instituições, que tenham repercussão no concelho de Oeiras. --

----- No que diz respeito ao saneamento, observou que quando na sua proposta de Moção fala na Ribeira de Algés, fá-lo no sentido do esclarecimento que o Senhor Vice-Presidente

prestou, ou seja, no sentido das responsabilidades da Câmara onde é referida a questão genérica da ribeira de Algés, que, por sua vez, tem que ver com a duplicação da ribeira, bem como a sua integração numa rede, porque toda a bacia de Algés descarrega os esgotos domésticos no Tejo.--

----- No que tange ao eléctrico rápido, quanto a si, poderia haver aqui por parte da Câmara a necessidade de garantir algum investimento, seja ao nível de expropriações, de infra-estruturas, etc., sendo também importante verificar em sede de Orçamento de Estado, independentemente de se tratar de uma acção da Carris, dado que ela exige um investimento de tal ordem, que se não estiver previsto em Orçamento de Estado, é evidente que não se vai realizar, mesmo na fase inicial até à Falagueira, solicitando à Senhora Presidente a possibilidade de obter estes elementos, ou seja, o que é que é relevante para Oeiras e que não está incluído no PIDDAC regionalizado e se poderá estar incluído no Orçamento de Estado.-----

----- De seguida interveio o **Senhor Vice-Presidente**, observando que continua a estar optimista em relação a este projecto do SATU e a não partilhar de algumas preocupações, que julga serem demasiado catastróficas por parte de alguns Senhores Vereadores, sobre este importante meio de transporte. É certo, que há algumas lacunas, nomeadamente a do horários, porque não estava adaptado às necessidades da população; o actual certamente que corresponde mais à realidade.-----

----- A propósito deste assunto interveio a **Senhora Presidente** que, entretanto, entrou na sala, dizendo que após a inauguração do SATU houve, desde logo, um horário limitado, porque neste sistema e de acordo com a forma da empresa OTIS trabalhar, aconselham sempre que haja, durante um período de três ou quatro meses, a circular, apenas, uma parte do dia que se entendesse mais adequada, para poderem fazer todas as aferições, tendo-lhes perguntado, na altura, porque é que não o punham a trabalhar de manhã à noite e durante a noite faziam os testes, sendo-lhe transmitido que não podia ser dessa forma por uma questão de segurança. -----

----- Referiu que o horário foi, de facto, algo que sempre a perturbou e, após o período de



férias voltou a interferir no assunto de uma forma muito irritada, porque entende que as pessoas quando se comprometem com prazos, têm que os cumprir, a não ser que haja algo que justifique algum deslizamento. Começou por lhes dizer que não aguentava mais a situação e, exigia que pusessem o horário que ficou combinado como sendo o adequado, sujeito, obviamente, a um limar de arestas.-----

-----Teve a oportunidade de falar com o Senhor Presidente do Conselho de Administração da empresa Teixeira Duarte, manifestando-lhe o seu desagrado e a sua não aceitação relativamente a esta matéria. Acertaram-se os novos prazos, tendo-lhes transmitido que no início de Novembro, o sistema tem que começar a funcionar, não lhes dando mais tempo. Houve uma situação que provocou alguma preocupação, que consistia na afinação de umas peças, porque tinham detectado um pequeno problema e pretendiam saná-lo.-----

-----Entretanto reuniu-se com a Administradora do SATU, Senhora Engenheira Fátima Azevedo e com a Engenheira Teresa Galhardo, responsável pela empresa Teixeira Duarte, tendo-lhes transmitido que, a partir do dia oito de Novembro, o SATU tinha que ter o horário das oito horas da manhã às zero horas e trinta minutos, o que de facto aconteceu, só que, de momento, não tem dados sobre como está a decorrer.-----

-----De novo no uso da palavra o **Senhor Vereador Emanuel Martins** inquiriu no sentido de saber, se a alteração do horário é ou não significativa do ponto de vista do interesse da exploração do equipamento e se deve ou não ser publicitada, ao que a **Senhora Presidente** retorquiu que sim, volvendo o **Senhor Vereador Emanuel Martins**, que gostaria que lhe explicasse como é que no dia cinco, tendo sido inquirida, a Senhora Presidente do Conselho de Administração do SATU referiu o seguinte: “o facto do horário não ser total, teve consequência directa no número de utentes, pois as pessoas acabam por utilizá-lo de forma mais esporádica, mas quando o horário passar a tempo inteiro, o que irá acontecer muito em breve, temos a certeza que o número de utilizadores irá crescer bastante”. Ora, há aqui a coincidência de a

Senhora Presidente ter decidido que no dia oito de Novembro iria haver um novo horário, pelo que pergunta se não seria pertinente que fosse feita divulgação do horário. No entanto, a Senhora Presidente do Conselho de Administração deu uma entrevista no dia três ou no dia quatro, que foi publicada no dia cinco e disse que não, quando a notícia sai dia cinco e dia oito passa a ter outro horário. Perante esta situação, a **Senhora Presidente**, referiu que sem ter que fazer de advogada de defesa da Engenheira Fátima Azevedo, admite, contudo, que com esses “escaldanços”, que entretanto, tem tido sucessivos problemas ao longo deste tempo, que se quisesse escudar, relativamente, à data, não fosse haver qualquer coisa e o horário não ter avançado, mas admite que tenha sido uma situação destas e que ela se quisesse proteger a si, e ao proteger-se, protegia também a Câmara. -----

----- Continuando, o **Senhor Vereador Emanuel Martins** relativamente ao estudo do passe social, chamou a atenção para as recomendações que entretanto foram avançadas por um Senhor Deputado Municipal, numa das reuniões da Assembleia Municipal, ao que a **Senhora Presidente** respondeu que, neste momento, tem conhecimento que as referidas engenheiras estão a trabalhar num modelo específico, mas, entretanto vai ter uma reunião com a mesmas, onde lhes irão apresentar o que gizaram, relativamente aos passes sociais. De qualquer forma, em finais de Novembro, vai ser proporcionado durante uns dias, um bloco de títulos de transporte para idosos, que serão para já de trezentos e que irão surgir mais perto do Natal. -----

----- Quanto à situação do falhanço ou não, de todo este processo, observou que é evidente que, também, está preocupada, mas está convicta de que esta alteração de horário vai, seguramente, modificar o cenário, no entanto, este é um projecto que não pode ser analisado em termos de rentabilidade de sucesso por troços, e, muito menos neste primeiro, dado que com ele só haveriam duas hipóteses, ou se punha a funcionar quando acabasse, como se fez, apesar de todas as insuficiências, ou, pura e simplesmente, mantinha-se o troço fechado e, quando se chegasse ao final da segunda fase, que é a altura em que entra naquele eixo em que já começa a



dar alguma rentabilidade, por razões óbvias, só aqui é que se punham os dois troços a funcionar.

-----Acrescentou, ainda, que este processo tem um retorno imediato de investimento muito diferente, do que quando comparado com o outro modo de ligação, que permite a ligação a Sintra e a amarração ao Cacém e às duas linhas de Cascais e Sintra.-----

-----No meio de todo este processo, frisou que faz todo o sentido que a REFER esteja ligada a este processo e, como é óbvio, Sintra considera que é fundamental que ela esteja presente no desenvolvimento das negociações e que haja, desde logo, um envolvimento do Governo.-----

-----Focou ainda um outro aspecto muito importante que diz respeito à Autoridade Metropolitana de Transportes que, infelizmente, ainda não está a funcionar. Aliás, não foi por acaso que, na altura, um membro de Governo anterior fez questão que a Senhora Presidente da Autoridade Metropolitana de Transportes e algumas pessoas do Metro do Porto, visitassem o SATU e analisassem todo o sistema, exactamente, para virem estudar, tendo em conta que o ideal era ligar as duas linhas, tendo esta Autoridade que ter em conta todas estas articulações.----

-----Recorda que este sistema, para já, não tem qualquer apoio do Estado, embora aquando do lançamento da primeira pedra, houvesse a promessa de que iria haver, certamente, uma participação para a segunda fase, mas, o que é facto, é que ele não está contemplado, mas poderá haver algum momento em que o titular ao nível governamental avance com esta situação. Apesar de tudo isto, frisou que ficará muito descansada quando tiver a certeza que as duas linhas ficam ligadas, através deste meio, o que a leva também a concluir que este projecto não é um falhanço, ou seja, o sistema ficou, desde logo, preparado para ser compatibilizado com derivações que são permitidas tecnicamente.-----

-----Neste momento entrou na sala o Senhor Vereador Jorge Barreto Xavier.-----

-----Passou de seguida à questão do PIDDAC, referindo que, sobre o mesmo, vai também apresentar uma Moção, mas entretanto, há questões que necessita de analisar melhor, como seja

a questão, por exemplo, do eléctrico rápido, e outras. Após essa análise, apresentá-la-á, devidamente, elaborada.-----

----- Continuando, reportou-se a um outro assunto, que diz respeito às instalações da Polícia Judiciária, em Caxias, sobre as quais teve ontem uma reunião com o Senhor Ministro da Justiça, cujo objectivo se prendeu com a análise desta questão, fazendo uma retrospectiva, desde dois mil e dois até ao momento, justificando-lhe as posições assumidas pela CMO ao longo deste processo e que foram transmitidas, quer ao Ministério da Justiça, quer ao Tribunal, no âmbito da providência cautelar que foi interposta pela Comissão de Moradores denominada “Salvem Caxias”.-----

----- Ao longo da conversação, reafirmou-lhe a sua posição que, obviamente, é a da Câmara Municipal, que a Polícia Judiciária era benvinda a Oeiras, mas não a qualquer preço.----

----- Quanto ao projecto que foi apresentado não servia a Câmara e, muito menos naquele local, contudo, admitia que tudo estivesse a ser equacionado, dado que a Câmara sabe em que estado é que está o processo, podendo ajudar o Senhor Ministro a encontrar soluções adequadas para a resolução do problema.-----

----- Após, a explanação de tudo quanto tinha para transmitir, sentiu que teve uma grande receptividade por parte do Senhor Ministro, observando que está aberto e receptivo a encontrar uma solução. Está a ter uma abordagem do problema, que lhe parece a mais correcta, que era a que faria como gestora, política, etc., perante toda a confusão que se gerou à volta deste assunto, ou seja, considerou que o Senhor Ministro foi muito compreensivo ao olhar para este problema, está disposto a ir para esta ou aquela solução, mas tem de ponderar, em termos legais, face ao que foi desenvolvido, assim como o tem de fazer em termos de custos e, no caso de haver uma outra solução, em termos técnicos, porque não sabe o que é que se pode fazer num ou outro local e, ainda, em termos de compatibilização entre as necessidades do serviço e as possibilidades que se podem deparar num ou outro sítio.-----



----- Transmitiu-lhe, ainda, que estava receptivo a tudo, de forma que, está a solicitar elementos, alguns dos quais já recebeu, mas há outros que ainda está a receber, confirmando perante o Senhor Director Nacional da Polícia Judiciária, também, presente na reunião, que os trabalhos deveriam ser desenvolvidos com toda a celeridade e assim que tivesse dados sobre este assunto, ou, até, se houvesse, entretanto, necessidade de lhes fornecer alguma documentação por parte da Câmara, se seria possível, ao que, desde logo, se mostrou disponível, concluindo que após toda esta tramitação falaria consigo, no sentido de dizer o que é que achava de toda esta problemática.-----

----- Posto isto, viu que o Senhor Ministro está muito sensível a todos estes problemas, tem conhecimento daquilo que a população de Caxias pensa sobre esta matéria, mas também lhe disse que nunca se pode agradar a gregos e a troianos, ou seja, se por acaso a localização for mudada para um ou outro sítio, não se pense que todas as pessoas concordam, porque há pessoas que dizem que “não e não” em parte nenhuma, no entanto, a esperança é a última coisa a morrer, e, portanto, acredita no Senhor Ministro, como em qualquer um outro governante deste País. -----

87 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR JORGE BARRETO XAVIER:-----

----- O Senhor Vereador Jorge Barreto Xavier, deu conhecimento à Câmara, das actividades por si desenvolvidas de vinte e sete de Outubro a dez de Novembro, nomeadamente:

----- "Assistiu ao Painel sobre Cultura, Conhecimento e Unidade Europeia integrado na Conferência Gulbenkian: As Novas Fronteiras da Europa - O Alargamento da União: Desafios e Consequências, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, no dia vinte e sete de Outubro, quarta-feira, pelas dez horas e trinta minutos; -----

----- Esteve presente e moderou, em representação da Câmara, a conferência sobre a obra "A riqueza das Nações" de Adam Smith, com o orador convidado Professor José Luís Miranda Cardoso, integrada no projecto municipal "Dez livros que mudaram o mundo", no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras, no dia vinte e sete de Outubro, quarta-feira, pelas vinte e uma

horas e trinta minutos; -----

----- Esteve presente na inauguração da exposição de Leonardo e Tiago Marques (aguarela e cerâmica), na Galeria de Carnaxide, Carnaxide, no dia vinte e oito de Outubro, quinta-feira, pelas dezoito horas; -----

----- Esteve presente na inauguração da exposição "Trabalhos de James Coleman", no Museu do Chiado, em Lisboa, no dia vinte e oito de Outubro, quinta-feira, pelas dezanove horas;

----- Esteve presente no recital de piano de Javier Perianes, no Auditório Municipal Eunice Muñoz, integrado no Festival Península de Músicas, no dia vinte e nove de Outubro, sexta-feira, pelas vinte e uma horas e trinta minutos; -----

----- Esteve presente na conferência do musicólogo Rui Vieira Nery, no Auditório Municipal Eunice Muñoz, integrado no Festival Península de Músicas, no dia trinta de Outubro, sábado, pelas dezanove horas; -----

----- Esteve reunido com o director do Clube Português de Artes e Ideias, no Clube Português de Artes e Ideias, em Lisboa, no dia dois de Novembro, terça-feira, pelas onze horas e trinta minutos; -----

----- Recebeu em audiência o realizador Nuno Vieira, no dia dois de Novembro, terça-feira, pelas quinze horas; Recebeu em audiência Mafalda Milhões, no dia dois de Novembro, terça-feira, pelas quinze horas e trinta minutos; -----

----- Recebeu em audiência o Senhor Luís Sousa Dias, no dia dois de Novembro, terça-feira, pelas dezasseis horas; -----

----- Esteve presente em reunião sobre a reconversão/reabilitação do Mercado Municipal de Linda-a-Velha, no dia dois de Novembro, terça-feira, pelas dezassete horas; -----

----- Esteve presente, em representação da Senhora Presidente, na abertura dos primeiros Cursos de Património, com o debate "História da Arquitectura e Património", no dia dois de Novembro, terça-feira, pelas dezoito horas e trinta minutos, na Biblioteca Municipal de Oeiras; -



----- Recebeu em audiência os representantes da Associação Juvenil de Linda-a-Velha, no dia três de Novembro, quarta-feira, pelas dezassete horas; -----

----- Recebeu em audiência o Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo, no dia quatro de Novembro, quinta-feira, pelas catorze horas; -----

----- Esteve presente na inauguração da exposição "Vidas Imaginárias", na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, no dia quatro de Novembro, quinta-feira, pelas vinte e duas horas e trinta minutos; -----

----- Almoçou com Manuel de Brito, em Oeiras, no dia cinco de Novembro, sexta-feira, pelas treze horas, a propósito da instalação da coleção Manuel de Brito, no Concelho de Oeiras;

----- Esteve presente na assinatura do protocolo de financiamento da construção do Porto de Recreio, na Piscina Oceânica, no dia cinco de Novembro, sexta-feira, quinze horas; -----

----- Visitou e fez parte do júri do concurso de grafitti do Festival Hip Hop, no Centro de Juventude de Oeiras, no dia seis de Novembro, sábado, pelas dezanove horas; -----

----- Esteve presente no recital de música de câmara, que encerrou o Festival Penínsulas, no Auditório Eunice Muñoz, no dia sete de Novembro, domingo pelas dezassete horas; -----

----- Esteve presente na sessão de abertura do Curso de Formação para Dirigentes Associativos, no Centro de Juventude de Oeiras, no dia oito de Novembro, segunda-feira, pelas dezanove horas; -----

----- Representou a CMO na assinatura da candidatura aprovada ao Programa de Apoio à Qualificação dos Museus, no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa, no dia dez de Novembro, quarta-feira, pelas dezasseis horas.” -----

88 - APROVAÇÃO EM MINUTA DA ACTA DA PRESENTE REUNIÃO:-----

----- A Senhora Presidente, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezembro de Setembro com a redacção alterada pela Lei número cinco-A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, e de acordo com a

deliberação tomada em reunião de dezasseis de Janeiro de dois mil e dois (ponto quarenta e cinco), propôs a aprovação da presente acta em minuta, o que foi aprovado por unanimidade.----

89 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: -----

----- Às vinte e duas horas e vinte minutos, a Senhora Presidente declarou encerrada definitivamente a reunião, da qual foi lavrada a presente acta, que vai ser por si assinada e pela Directora do Departamento de Administração Geral. -----

A Presidente,

A Directora do Departamento de Administração Geral,